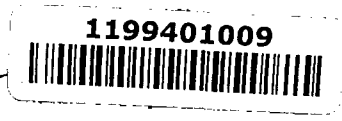


34



A ECOLOGIA ORGANIZACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES ECOLÓGICAS

ERRATA

p.89: "Com o objetivo de chamar a atenção do grande público para o problema, foi realizada uma Reunião Aberta, na Assembléia Legislativa de São Paulo, nos dias 16 e 17 de dezembro de 1986." Onde se lê 1986, leia 1985.

p.104: "Ainda no final do mês de dezembro, foi aprovada na Assembléia Legislativa a lei que criava a EEJI, constituindo mais uma garantia para a proteção daquela área." Acrescentar ao trecho em negrito: **de autoria do Deputado Rubens Lara.**

"Em janeiro de 1987, um ano após **decretação da lei** que criou a EEJI..." No lugar de "decretação da lei", leia o **decreto, assinado por Montoro.**

p.105: Nota (39): Esclarecimento: **DUP = Decreto de Utilidade Pública.**

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

NT

**A ECOLOGIA ORGANIZACIONAL
DAS
ORGANIZAÇÕES ECOLÓGICAS**

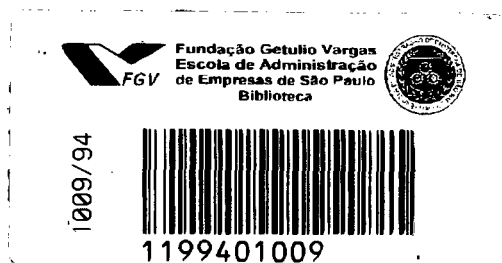
Silvia Ferreira Mac Dowell

Banca Examinadora:

Prof. Orientador: Peter Kevin Spink

Prof.:

Prof.:



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

SILVIA FERREIRA MAC DOWELL

A ECOLOGIA ORGANIZACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES ECOLÓGICAS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-
Graduação da EAESP/FGV - Área de
Concentração: Organização, Recursos Humanos
e Planejamento, como requisito para
obtenção de título de mestre em
Administração.

Orientador: Prof. Dr. Peter Kevin Spink

SÃO PAULO

1994

MAC DOWELL, Silvia Ferreira. A Ecologia Organizacional das Organizações Ecológicas. São Paulo, EAESP/FGV, 1994. 179 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Organização, Recursos Humanos e Planejamento).

Resumo: Este trabalho discute a dinâmica das entidades ambientalistas no Brasil e sua articulação com outros setores da perspectiva da temática interorganizacional da Teoria das Organizações. Após a construção de um painel geral sobre a emergência do ambientalismo e a sistematização do referencial teórico adotado, é apresentado um estudo de caso sobre a formação e a dinâmica do movimento em torno da preservação da região da Juréia. As discussões apontam as inter-relações e os arranjos desenvolvidos, procurando explicar a expansão e o funcionamento de uma organização não-governamental ecologista e a consolidação de uma arena interorganizacional ambientalista em São Paulo.

Palavras-chave: ecologia, movimento ecológico, ecologia organizacional, ambientalismo, entidades ambientalistas, organizações não-governamentais, arranjos interorganizacionais, redes.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Jorge e Emiliana,
por inculcarem nas filhas o vírus da
participação política.
Ao Sérgio,
por sua paciência, carinho e bom humor.
A todos os ecologistas,
pela loucura necessária à busca da razão.

AGRADECIMENTOS

Solidão e solidariedade. Apesar de opostos, foram intensamente experimentados durante a construção deste trabalho.

Solitária precisava estar para refletir e desenvolver o texto. No entanto, para que este se consolidasse, pude contar com muito apoio e incentivo. Compartilho, assim, a realização desta obra com muitas pessoas, conforme relaciono a seguir.

Agradeço primeiramente à professora Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva, pelo apoio institucional recebido da Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP durante todo o processo de realização de créditos e dissertação.

Registro também meus agradecimentos aos professores Regina Silvia Pacheco e Ramon Garcia, pelas observações cuidadosas realizadas durante o exame de qualificação, norteando o desenvolvimento do projeto de tese.

Sou particularmente grata ao apoio técnico do Centro de Documentação e Biblioteca da FUNDAP, traduzido pela atenção de Fernando, Norma, Ana, Wilma, Cida e Adilcer.

Para o levantamento de informações, contei com a valiosa colaboração do Belô, do Randau, da Beruja, do Ícaro, do Rubinho, do Fábio e suas assessoras Virgínia, Bia e Celeste, e do amigo Ortega, o qual muito me ajudou com sua leitura atenta.

Também foi fundamental o levantamento das referências jurídico-legais feito pela Cláudia.

Agradeço igualmente à Associação em Defesa da Juréia e à Fundação SOS Mata Atlântica pelos seus preciosos bancos de dados.

Cabe destacar a revisão e edição acuradas da Gis, acompanhando e aperfeiçoando meu texto nas noites e fins-de-semana de fevereiro.

Também registro o incentivo recebido dos colegas e amigos Sylvia, Zoara, Hivi, Rosângela, Hadjimu, Sandra Inês, Felicíssimo (com suas referências na penúltima hora), Shirley, Edna, Augusta, Berenice, Ana Emília, Marie, Plínio e, em particular, do Paulo Vaz.

Por fim, faço um agradecimento especial ao meu orientador, professor Peter Spink, que acompanhou meus tropeços e minhas luzes, encorajando-me em todas as horas.

"Queria ser solitário como uma árvore
e solidário como uma floresta"

Carlito Maia

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 - Importância do Tema: A Emergência do Ambientalismo	1
1.2 - O Objeto de Estudo	3
1.3 - Objetivo	7
2 - METODOLOGIA	9
3 - A TEMÁTICA INTERORGANIZACIONAL	13
3.1 - Evolução da Noção de Ambiente na Teoria das Organizações	13
3.2 - A Análise de Redes na Temática Interorganizacional	19
3.3 - Relações Interorganizacionais: Abordagem Sistêmica ou Conceito de Ecologia Organizacional	26
4 - A EXPANSÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E O PAPEL DO MOVIMENTO ECOLÓGICO	40
4.1 - Contexto da Emergência da Questão Ambiental no Mundo	40
4.2 - As Entidades Ambientalistas no Brasil e em São Paulo	48
4.3 - A Multissetorialização da Questão Ambiental e as ONGs no Brasil	60

5 - O MOVIMENTO PELA PRESERVAÇÃO DA JURÉIA:	
ESTUDO DE CASO	70
5.1 - O Que é a Juréia	71
5.1.1 - A terra	72
5.1.2 - O homem	77
5.1.3 - A luta	82
5.2 - As Movimentações pela Preservação da Juréia ..	87
5.2.1 - Primeira fase (1985-1986)	87
5.2.2 - Segunda fase (1986-1989)	102
5.2.3 - Terceira fase (1990-1992)	128
6 - DISCUSSÃO	153

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
----------------------------------	-----

ANEXOS

- Mapa da Estação Ecológica Juréia-Itatins
- Documentos Ilustrativos das Atividades da Luta em Defesa da Juréia

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - IMPORTÂNCIA DO TEMA: A EMERGÊNCIA DO AMBIENTALISMO

A preocupação pública pelos problemas ambientais consolida-se na década dos 80, sendo o crescimento e difusão do movimento ecológico o grande catalisador desse processo.

Apesar de se manifestar de diferentes maneiras e escalas em todo o mundo, esse fenômeno foi mais intenso e articulado nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Herdeiro dos movimentos hippie e pacifista, o movimento ecológico estruturou-se somente nos anos 70 com a disseminação de entidades ou organizações não-governamentais (ONGs) articuladas e independentes.

Prova disso é a constituição de grupos radicais, como o Greenpeace, com ações diretas contra agressões à natureza, e que é sustentado exclusivamente por contribuições de pessoas físicas a fim de manter sua autonomia política. Também são consolidadas entidades conservacionistas, com enfoque de preservação e recuperação do ambiente; entidades voltadas para o "ecologismo camponês" ou desenvolvimento comunitário rural; e entidades de "ação global", que procuram soluções para questões planetárias. Uma outra vertente do movimento segue a partidarização da causa ambientalista, formando os Partidos Verdes em vários países.

No Brasil, esse processo de conscientização e mobilização também se desenvolveu, observando-se diferenças de escala e de

intensidade e localizando-se, sobretudo, nos grandes centros urbanos, como São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Apesar de já existirem entidades de perfil conservacionista, como a Fundação Brasileira para a Conservação de Natureza, criada em 1958, somente nos anos 70 o ambientalismo passou a se expressar como movimento social, e apenas a partir da segunda metade da década dos 80 que veio a se politizar e estruturar, firmando sua atuação na arena pública.

Seguindo a atuação precursora da Associação Gaúcha de Proteção à Natureza - Agapan, criada em 1971, o ativismo das entidades ambientalistas em sua primeira fase, acompanhado muitas vezes pela comunidade científica e outros setores da sociedade, voltou-se contra as ameaças e agressões à natureza, e contra o regime autoritário. Diversas lutas foram deflagradas, como as denúncias sobre as devastações na Amazônia e a tragédia ambiental de Cubatão; o Movimento contra o Programa Nuclear Brasileiro; a mobilização contra a construção do aeroporto de Caucaia do Alto, em São Paulo; as denúncias sobre o uso abusivo de agrotóxicos; entre outras.

Na segunda metade dos anos 80, o movimento ambientalista tomou novos rumos, partindo de um ativismo de denúncia e conscientização para uma atuação multissetorial, articulando o tema da proteção à natureza com o debate sobre desenvolvimento econômico. Nesse momento, o movimento institucionaliza-se através de inúmeras ONGs e passa por uma crescente politização,

com o surgimento do Partido Verde e o lançamento de candidaturas ecologistas por diversos partidos.

Além do fortalecimento das entidades ambientalistas, esse período também assiste à consolidação de um "campo ambiental" brasileiro, difundindo-se a ótica do meio ambiente nos espaços governamental, empresarial, jurídico, acadêmico, assim como na mídia e na imprensa.

Atualmente, a relevância da questão ambiental está presente em vários debates sobre a cena brasileira, inclusive sobre o modelo de desenvolvimento.

As discussões mundiais sobre um modelo que seja economicamente eficiente, ecologicamente prudente e socialmente justo, que se iniciam na primeira Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o tema, em Estocolmo, em 1972, consolidam-se nos últimos 20 anos, desembocando na segunda conferência, a ECO-92, no Rio de Janeiro.

A ECO-92 gerou uma consciência pública maior sobre meio ambiente e sedimentou a visão de desenvolvimento sustentável, legitimando a questão ambiental na arena pública nacional e a participação da sociedade civil nesse processo.

1.2 - O OBJETO DE ESTUDO

A importância da questão ambiental no Brasil e, em particular, da ação do movimento ecológico, tem-se refletido também na produção acadêmica. Constata-se um crescimento progressivo das "ciências sociais do meio ambiente", com a

proliferação de trabalhos de temática ambiental em disciplinas específicas como sociologia, antropologia, ciência política, geografia humana e economia, entre as principais. Além disso, observa-se uma expansão de núcleos de estudo voltados para o tema, como, por exemplo, o Núcleo de Estudos de Política Ambiental - Nepam, da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, e o Núcleo de Estudos sobre Economia, Sociedade e Meio Ambiente - Nama, da Universidade de São Paulo - USP; a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs tem um grupo específico para estudar a questão.

Em um mapeamento geral sobre as áreas temáticas mais recorrentes, Vieira (1992) destaca a "análise do movimento ecologista", "educação, participação e meio ambiente", e "ecologia e relações internacionais", embora a concentração das pesquisas esteja nos estudos sobre avaliação de impactos sócio-ambientais das políticas de desenvolvimento.

Delimitando-se mais ainda o campo de pesquisas, os estudos sobre movimento ecológico e ONGs no País tem sido examinados de diversas maneiras, do ponto de vista social, histórico e político; da relação Estado, ecologia e sociedade; e ainda há aquelas análises "redentoras ou messiânicas" do movimento ecológico.

Constata-se pelo rápido painel acima apresentado que, entre as pesquisas já realizadas, o movimento ecológico não é analisado da perspectiva da Teoria das Organizações e, especificamente, da temática interorganizacional.

Dessa perspectiva, as análises voltam-se para a relação entre organizações e seus "meio ambientes" (aqui compreendidos como o todo que entorna as organizações) e os arranjos e formas de ação que as instituições desenvolvem para o enfrentamento das questões emergentes à sua volta.

Tais questões emergem na crescente complexidade das organizações e das relações econômicas e sociais, e pela intensificação da interdependência entre instituições, gerando no mundo organizacional atual uma situação de grande incerteza, definida como "turbulência ambiental".

Nesse contexto, as relações interorganizacionais se desenvolvem de formas mais flexíveis, como "conexões" e "redes", afastando-se da lógica burocrática e adotando o enfoque da "ecologia organizacional".

Essa discussão torna necessária uma rápida apresentação conceitual. O termo **ecologia**, em seu sentido corrente é o "estudo do ambiente da casa", sendo definido como o "estudo do lugar onde se vive, com ênfase sobre a totalidade ou padrão de relações entre organismos vivos e o seu ambiente" (Odum, 1988, p.1). Enquanto **ecologia organizacional** refere-se ao campo organizacional criado por um determinado número de organizações, cujas inter-relações compõe um sistema (Trist, 1976).

Ao adotar, de propósito, a metáfora "ecologia", Trist buscava produzir na Teoria das Organizações um confronto com os modelos anteriores, que observavam de maneira simples a relação

entre a organização e seu meio. Para ele e outros pesquisadores, a falsa separação entre os dois fez com que o "lá fora" fosse visto como algo separado e independente da ação organizacional. Esse novo enfoque buscava, portanto, enfatizar que a organização é parte de seu meio.

Assim, a "ecologia organizacional", parte integrante da Teoria das Organizações, procura compreender a dinâmica das relações interorganizacionais através da montagem de novos arranjos, como redes pessoais, redes de decisão, conexões, incorporando diferentes estratégias de atuação numa causalidade complexa e múltipla.

A abordagem interorganizacional traz novos subsídios para entender a expansão das ONGs ecologistas no contexto brasileiro de "ambientalismo tardio", ocorrido na segunda metade dos anos 80. Por meio dela, pode-se observar a articulação de redes e arranjos interorganizacionais ecologistas, sob a intensa "turbulência ambiental" (complexidade de relações, incerteza, interdependência), gerada pela multissetorialização, politização e institucionalização da questão ambiental, concernente à qualidade de vida e aos recursos naturais. Ao mesmo tempo, o enfoque da "ecologia organizacional" chama a atenção sobre a dinâmica das entidades e sua inserção na arena pública, isto é, o conjunto de organizações públicas, particulares, políticas, voluntárias, sindicais ou comunitárias, que se envolvem na troca de recursos, definição de políticas e estabelecimento de programas de ação (Spink, 1978).

1.3 - OBJETIVO

Esta dissertação objetiva ampliar a compreensão da formação e dinâmica de entidades ambientalistas no Brasil e sua articulação com outros setores na arena pública, pela abordagem da temática interorganizacional da Teoria das Organizações.

Dessa forma, o trabalho procura desenhar as inter-relações e arranjos desenvolvidas nas organizações nascidas do movimento ecológico e através disso, com o referencial de redes e de "ecologia organizacional", explicar sua expansão e funcionamento e a consolidação de uma arena interorganizacional ambientalista como fator de eficácia política desse movimento.

Para o desenvolvimento dessa proposta, foi escolhido um estudo de caso sobre uma entidade ecológica de São Paulo, a Associação em Defesa da Juréia, e sua dinâmica interorganizacional.

Essa entidade inseria-se em uma rede ambientalista atuante no Estado, constituída por ONGs de meio ambiente, imprensa, políticos, Ministério Público e técnicos de agências governamentais.

Por fim, cabe assinalar que este trabalho estrutura-se em seis capítulos. Após a introdução, é apresentada a metodologia, com as observações referentes à adoção do método de estudo de caso. Em seguida, no terceiro capítulo, que trata da temática interorganizacional, são elencados os principais conceitos e debates sobre o tema na Teoria das Organizações, montando-se o referencial teórico a ser utilizado. O quarto capítulo procura

traçar um painel geral sobre a emergência da questão ambiental e a inserção crescente das entidades ambientalistas na arena pública. A partir dessa visão mais ampla, é apresentado, no capítulo 5, o estudo de caso enfocando a formação e a dinâmica do movimento em torno da preservação da região da Juréia. O sexto e último capítulo traz as discussões gerais da dissertação, analisando, da perspectiva interorganizacional, o movimento e a rede existente à sua volta.

2 - METODOLOGIA

Conforme apresentado na introdução, o objetivo desse trabalho é compreender a formação e dinâmica das entidades ambientalistas e como, em geral, tem-se articulado o movimento ecológico, valendo-se, para isso, de subsídios da Teoria das Organizações.

Desse modo, além de construir um painel geral sobre o campo ambientalista no Brasil e de sistematizar o referencial teórico adotado, optou-se pelo desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa centrada numa entidade ambientalista, a Associação em Defesa da Juréia, sem preocupar-se com representações estatísticas. Tampouco esta pesquisa pretende dar uma explicação global para o fenômeno, apenas debruça-se sobre o evento que objetiva compreender.

Como toda pesquisa sobre um evento social, esta exigiu contínua observação, com resultados influenciados pela percepção e julgamento do observador e, até mesmo, pelo momento em que ela foi realizada. Esse caminho, entretanto apresenta algumas dificuldades e, ao mesmo tempo, corre-se o risco de negligenciar fatores importantes, cuja relevância pode ser desconhecida, pelo fato de a situação social ser tão complexa que apenas alguns de seus aspectos foram selecionados para a observação.

Contudo, a pesquisa qualitativa representa um dos métodos menos limitantes para a apreensão da riqueza da realidade, não

deixando de atentar para o controle dos aspectos subjetivos e circunstanciais.

Assim, para este trabalho, foi escolhido o método de Estudo de Caso, adotando-se a definição de Bruyne *et alii* (1977, p.54), segundo os quais esse método permite "analisar de forma intensiva em uma organização real, informações tão numerosas e detalhadas quanto possível, com vistas a apreender a totalidade de uma situação".

O método de Estudo de Caso apresenta muitas vantagens, como a possibilidade de haver interação direta entre observador e objeto, organizando, desse modo, as informações circundantes à sua unidade, o objeto de estudo. Entretanto, sua maior vantagem está em permitir o descobrimento das estruturas organizacionais e dos processos dinâmicos que nelas ocorrem.

Por outro lado, esse método tem caráter particularizante, que pode ser contornado se for admitida a importância de algumas generalizações empíricas nos estudos de caso. Como aponta Bruyne *et alii* (1977), isso ocorre quando essas generalizações são submetidas ao chamado "princípio da validade transitória", segundo o qual elas têm validade até que surjam novas informações que as tornem obsoletas ou inadequadas.

Quanto às fontes de informação, foram realizadas entrevistas e depoimentos informais; levantamento e análise de legislação, de documentos internos e externos da organização estudada, de artigos e matérias da imprensa. Além disso, a

observação participante foi utilizada como estratégia de pesquisa de campo.

A observação participante ou pesquisa participante, apesar de a sua utilização ter-se iniciado no campo da pesquisa antropológica e etnográfica, constitui-se num método cada vez mais difundido e aceito nas ciências sociais, sobretudo no campo da educação. Através dele os pesquisadores procuram compartilhar, mesmo que superficialmente, "os papéis e os hábitos dos grupos observados para estarem em condição de observar fatos e situações que não ocorreriam ou que seriam alterados com a presença de estranhos" (Thiollent, 1984, p.42). Por outro lado, a "lógica, a técnica e a estratégia de uma pesquisa de campo dependem tanto de pressupostos teóricos quanto da maneira como o pesquisador se coloca na pesquisa e através dela" (Brandão, 1984, p.6), procurando reconstituir o fenômeno observado.

Assim, a escolha da observação participante justifica-se à medida que se buscou apreender a formação e a dinâmica das relações intra e interorganizacionais, o que seria impossível apenas através de documentos ou entrevistas formais. Ao mesmo tempo, ao se adotar um enfoque centrado na organização estudada, procurou-se identificar as articulações entre os agentes envolvidos e a própria evolução da organização e da rede em seu entorno.

O objeto definido foi a luta pela preservação da região da Juréia (no litoral sul de São Paulo), enfocando o período entre 1985 e 1992, tendo como organização de referência a Associação

em Defesa da Juréia. A escolha deveu-se à facilidade de acesso a informações e agentes envolvidos por parte da pesquisadora, que atuou no movimento ambientalista e nessa entidade. Além disso, o padrão de atuação e articulação desse grupo ecológico com outros atores, num contexto de expansão da questão ambiental, forneceu um interessante caso para análise de relações interorganizacionais e de formação de redes.

Por fim, o Estudo de Caso é apresentado de forma a evidenciar não apenas a atuação dos ecologistas que militavam em prol da preservação da Juréia, mas também o contexto de sua articulação com a imprensa, com o setor governamental (estadual e municipal), com políticos, com o Ministério Público e com outros grupos ambientalistas.

3 - A TEMÁTICA INTERORGANIZACIONAL

Este capítulo elenca os conceitos mais relevantes e apresenta as principais discussões sobre a temática interorganizacional, que tem como um de seus principais pontos de partida a discussão sobre ambiente ou tudo aquilo que entorna a organização.

Esse ambiente torna-se progressivamente mais turbulento com a crescente complexidade e incerteza social e econômica vigente, tornando ineficazes os mecanismos formais das organizações. Diante desse fato, arranjos alternativos passam a ser cada vez mais considerados, como as conexões e redes entre pessoas e organizações, originando novas dinâmicas no contexto interorganizacional.

3.1 - EVOLUÇÃO DA NOÇÃO DE AMBIENTE NA TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES

A teoria das organizações inicia a discussão sobre ambiente a partir dos anos 60. Até então, a empresa ou organização era observada fundamentalmente do enfoque da formação e dinâmica de grupos¹ ou de suas relações intra-organizacionais. Contudo, a intensificação da complexidade nas relações sociais e econômicas levou à percepção mais acurada da crescente influência dos acontecimentos externos no contexto interno da organização. Ao mesmo tempo, os modelos convencionais de compreensão da problemática organizacional tornam-se insuficientes na busca da intervenção, pois desconsideravam a crescente interdependência organizacional e a

(1) O grupo também pode ser considerado como uma forma relativamente protegida de ambiente. Além disso, a formação de grupos é vista como um processo de estabelecimento de fronteiras. Ver Spink (1978).

rede de relações de poder intra e interorganizacional (Gonçalves, 1987).

Assim, a organização começa a ser considerada como um "sistema aberto", com trocas e relações com seu ambiente e processamento de energia (Katz e Kahn, 1976), seguindo o modelo de comportamento biológico desenvolvido por von Bertalanffy, na década dos 50 (Gonçalves, 1987). A partir daí, vários estudos apontam a sua interação com o ambiente, discutindo relações de dependência (Weick, 1973) ou diferenciando tipos de ambiente (Duncan, 1972; Dill, 1958; Emery e Trist, 1965).

Esse estudos recebem marcante contribuição a partir do clássico de Lawrence e Lorsh, *As Empresas e o Meio Ambiente: Diferenciação e Integração Administrativas* (1973). Nele, os autores indicam que ambientes industriais caracterizados pela incerteza e pelos rápidos ritmos de mudança no mercado e na tecnologia impõe às empresas exigências diferentes das impostas por ambientes estáveis. Além disso, observaram que, em ambientes mais dinâmicos - como o setor de plástico, estudado em sua pesquisa -, nos quais partes estratégicas da empresa enfrentam ambientes diferentes, as indústrias mais eficientes eram aquelas que adotavam formas organizacionais diferenciadas, tornando as partes estratégicas mais apropriadas.

O reconhecimento desses diferentes ambientes e suas influências na organização, levam à diferenciação e à integração dentro da empresa, devendo a integração ser formulada de um modo novo, isto é, em vez de controle burocrático, maior negociação.

Feita a correlação entre estrutura organizacional e ambiente, observa-se também que à medida que uma simples organização torna-se mais complexa, ela passa a ser regida não apenas pela regulação burocrática, mas cada vez mais por princípios de ecologia. Há crescente relevância da perspectiva sócio-ecológica proporcional às relações entre organização e ambiente (distintas das relações intra-organizacionais) (Trist, 1976).

Ao mesmo tempo, alguns pesquisadores ampliaram o conceito de ambiente, considerando-o um universo cada vez mais abrangente de unidades específicas e diferenciadas, que devem ser definidas. Em seu estudo sobre a regulação de sistemas sociais complexos, Crozier e Thoenig (1976) apresentam uma rápida evolução do tema, entre as décadas dos 60 e 70, comparando a descrição de alguns autores sobre o assunto.

Dentre eles, Evan é um dos iniciadores de tal discussão ao formular o conceito de conjunto organizacional ("organisational set"), identificando e especificando as organizações que formam o ambiente de uma determinada organização ("focal organisation"). Já para Warren, outro dos autores citados, o ambiente é um campo estruturado contendo uma série de organizações. Nessa mesma linha, Turk afirma que o campo forma uma rede interorganizacional com características específicas e que sua existência deve-se a alguns graus de integração social. A partir daí, a noção de rede passa a ser crescentemente incorporada. Mesmo Crozier (1972, p.240) observa que a rede pode ser considerada "um sistema organizado mais ou menos

estruturado e que pode ser analisado pelos métodos da sociologia das organizações". E, nesse sentido, Aldrich (1979) o complementa, observando o ambiente como uma categoria residual e identificando tudo que não pertence à rede.

A relevância maior à perspectiva sócio-ecológica, em contraposição ao enfoque da regulação burocrática, também viabiliza o aparecimento de novos tipos de abordagem.

Ainda nos anos 60, Emery e Trist (1965) desenvolvem a Análise da Textura Causal do Ambiente Organizacional, demonstrando a conexão entre o contexto turbulento emergente e o comportamento das grandes organizações burocráticas. Para eles, essa "turbulência" do meio advém da intensificação da complexidade das relações econômicas e sociais, das crises de transformação e transição, e de maior interdependência entre as organizações, gerando um quadro de incerteza. Diante dessa "perda do estado estável", segundo a expressão de Donald Schon (1971), organizações de grande porte, orientadas por um enfoque burocrático, reagem acentuando estratégias tradicionais e aumentando ainda mais a turbulência ambiental.

Assim, o ambiente mundial contemporâneo caracteriza-se pelos níveis mais elevados de interdependência e complexidade até hoje existentes. Com isso, as forças do campo contextual começam a penetrar no conjunto das organizações.

Com esse enfoque de análise, Emery e Trist (1965) distinguem quatro tipos de ambiente: "placid random" (estável e dispersado), "placid clustered" (estável e concentrado),

"disturbed reactive" (instável, concentrado e reativo) e "turbulent field" (instável, dispersado e turbulento).

Os dois primeiros tipos de ambiente descrevem condições de relativa estabilidade, com pouca ou nenhuma mudança, os quais tornam-se progressivamente marginais no "mix ambiental contemporâneo" (Trist, 1983). Exemplos do primeiro tipo de ambiente são as sociedades agrícolas de subsistência, e do segundo, as pequenas comunidades mercantis. Já o terceiro tipo é traduzido pelo mundo das grandes organizações industriais, acompanhadas pelo aumento da máquina de Estado. Por fim, o ambiente mais recente, o quarto tipo, caracteriza-se pela intensa competição entre organizações, agindo de formas independentes em diversas direções, produzindo conseqüências imprevistas e dissonantes. Essas dissonâncias ocupam cada vez mais o ambiente, tornando-o complexo, incerto e instável, gerando, desse modo, a turbulência ambiental.

Paralelamente aos trabalhos de Emery e Trist, o Instituto Tavistock, de Londres, desenvolve uma análise de projetos com "sistemas-clientes", cujos próprios ambientes revelavam-se como uma variável causal importante na textura dos problemas que eles enfrentavam (Spink, 1978). Esses projetos, conhecidos como "pesquisa-ação", demonstraram evolução no campo da análise: da observação de uma simples organização para o esforço em desenhar sistemas sociais em larga escala, envolvendo muitas e diferenciadas organizações.

Essa mudança de postura, através da qual os pesquisadores consideraram cada vez mais o campo da ecologia organizacional,

reflete a preocupação em identificar novas formas de análise que dessem conta do contexto de crescente turbulência ambiental. Ao mesmo tempo, os projetos de pesquisa-ação são concebidos como mecanismos de aprendizagem mútua, "onde tanto o cientista social aprende no teste prático de seus modelos teóricos de mudança, quanto os responsáveis pela ação em uma dada organização aprendem a perceber a realidade da problemática que enfrentam" (Gonçalves, 1986, p.11).

Outra linha muito próxima de discussão foi desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Operacional, sediado junto com o Instituto Tavistock. As suas pesquisas, voltadas principalmente para o setor público, procuram focalizar a proliferação de órgãos e agências com ações sobrepostas e até desconectadas. Seus resultados revelaram que havia uma ligação muito forte entre o aumento da preocupação com políticas e diretrizes e a crescente interdependência e complexidade da sociedade. Procurando explicar esse processo, John Stringer, diretor do Instituto, elabora o termo "multiorganização" ("multiorganisation"), arena na qual agências e órgãos do setor público encontrariam-se forçados, cada vez mais, a trocar informações e consultas sobre seus planos e atividades (Stringer, 1980). Esse espaço amplificaria as tensões e conflitos entre os órgãos sobre suas atuações, criando confusão entre as suas fronteiras organizacionais.

Por fim, é interessante destacar a perspectiva de Miller (1977), relacionando ambiente organizacional e desenvolvimento econômico e social. Ao estudar programas isolados de

agricultura e saúde na América Latina e suas vulnerabilidades, o pesquisador dá novo enfoque ao conceito de subdesenvolvimento. Para ele, subdesenvolvimento significa a relativa falta de controle, por parte de organizações (instituições, cooperativas, associações), sobre as suas relações com o ambiente. Nesse caso, o conceito de ambiente engloba tanto o ambiente local e físico como o sistema sócio-político e econômico ou ambiente externo.

Nessa perspectiva, programas que visem o desenvolvimento devem voltar-se para ajudar o "sistema-cliente" a capacitar-se para aumentar o seu controle sobre o seu ambiente, a fim de realizar mudanças.

3.2 - A ANÁLISE DE REDES NA TEMÁTICA INTERORGANIZACIONAL

A evolução do conceito de ambiente e o conseqüente desenvolvimento da análise interorganizacional levaram à necessidade de ampliação da temática de ecologia organizacional. Com isso, são procurados conceitos e metodologias que auxiliem a compreensão dos fenômenos organizacionais em contextos de crescente complexidade e incerteza.

Contudo, antes de discutir novos conceitos, faz-se necessário apresentar claramente a distinção entre **relações interorganizacionais e ecologia organizacional**. Segundo Trist (1976), o primeiro conceito refere-se ao sistema de relações do conjunto organizacional, definido por Evan (apud Trist, 1976), composto pela organização focal e suas relações com outras

organizações com as quais ela mantém contatos diretos, enquanto ecologia organizacional é o campo organizacional criado por um determinado número de organizações, cujas inter-relações compõem um sistema.

Um dos conceitos básicos para a compreensão dos sistemas de ecologia organizacional é a noção de redes ("networks"). Apesar de não ser um termo absolutamente novo, o seu uso na análise interorganizacional auxilia o esforço de mapeamento de linhas e nós entre os componentes do campo e a compreensão da sua dinâmica de relações.

Para isso, houve um processo de conscientização da potencialidade e necessidade do trabalho em rede, como análise e como estratégia organizacional, catalisado por Schon em *Beyond the Stable State* (1971). Nesse estudo, o autor mostra que a situação de contínua transformação e crescente incerteza da sociedade leva a uma "perda do estado estável" e que, em vez de se procurar uma nova estabilidade, os indivíduos e as organizações devem preparar-se para as mudanças. Para isso, deve-se "aprender" a compreender essas transformações para poder influenciá-las e até redirecioná-las. Assim, os indivíduos precisam não apenas tornarem-se adeptos da aprendizagem (forma de enfrentar as mudanças), como também devem criar e desenvolver instituições que sejam "sistemas de aprendizagem". Schon enfatiza, então, que as organizações devem funcionar como sistemas de aprendizagem, de modo a enfrentar eficazmente o ambiente em alta mutação. Por outro lado, a "união inadequada" entre a especificidade das organizações e a

generalidade dos problemas sociais enfrentados é inevitável. Conseqüentemente tornam-se necessários outros arranjos para o desenvolvimento da aprendizagem organizacional (ou difusão de mudanças). Com essa preocupação, Schon analisa dois modelos, nos quais essa "aprendizagem" pode ocorrer: o modelo centro-periferia e as redes.

Após descrever e analisar as características de cada um, o autor aponta que apenas o modelo de rede pode possibilitar a aprendizagem e a inovação e, desse modo, enfrentar o ambiente sócio-econômico cada vez mais turbulento.

Além de Schon, outros pesquisadores, como Friend e Spink (1978) percebem (em estudos sobre planejamento e processo decisório no setor público) que, além de estruturas interorganizacionais visíveis e formais, como comitês e comissões, começam a aparecer diversas redes de relações entre pessoas e organizações, ao redor das quais se processam valores, hipóteses e alternativas de ação.

O uso da palavra rede reflete a crescente preocupação com as formas mais fluidas de relações no campo interorganizacional. Além de seu sentido metafórico, o qual reflete a complexidade da malha de relações sociais, há intensa busca por parte dos pesquisadores de um conceito mais preciso.

Para Spink e Friend (1978), a análise das redes constitui apoio ao estudo do funcionamento da sociedade e dos seus padrões de comportamento. Dessa forma, as redes sociais ("social networks") poderiam ser definidas como "conjuntos de

ligações, entre indivíduos, que atravessam fronteiras de várias categorias (grupos, famílias, organizações), nas quais esses indivíduos são geralmente vistos" (Spink e Friend, 1978, p.500). Esses pesquisadores também discutem algumas características pelas quais as redes podem ser descritas, tais como a densidade de ligações, o número de ligações para estabelecer contato com algum indivíduo ou organização ("reachability") ou, ainda, o número de diferentes relações entre um indivíduo e outro ("multiplexity"). Por fim, o desenho de uma rede é representado por um conjunto de pontos, que representam as pessoas, conectados por linhas, que refletem as relações sociais.

Para a compreensão do fenômeno de redes, é necessária a introdução de um outro conceito: as conexões ("linkage" ou "lines"). Ao se discutir o termo "multiorganização", lançado por Stringer (apud Spink, 1978), foi apresentado o processo crescente de tensões na arena interorganizacional, definida pelas relações complexas entre organizações que atuam na arena pública, isto é, entre organizações públicas, particulares, políticas, voluntárias, sindicais ou comunitárias, envolvendo-se na troca de recursos, definição de políticas e estabelecimento de programas de ação.²

Proliferam-se, como resultado dessas tensões, novas formas de ligação, além da extensão dos arranjos e estruturas existentes na arena interorganizacional, tornando-a intercorporativa ou metacorporativa (Spink, 1978).

(2) Desse modo não se deve confundir arena pública com administração do setor público.

Esse fenômeno de expansão de ligações e conexões revela-se de vários modos entre organizações e pessoas, e resulta de um processo cumulativo, no qual indivíduos relacionam-se com outros por diferentes motivos e de diferentes formas.

O uso analítico do conceito de "linkage", na temática interorganizacional,³ foi muito explorado nos estudos de serviços comunitários e dinâmica da comunidade. Entretanto, outros autores, incluindo Stringer (1980) em suas pesquisas na Austrália, procuraram alargar e generalizar as teorias de conexões, gestão e ecologia organizacional também para o contexto industrial.

Não obstante, é no campo de estudos sobre administração pública que o conceito de conexões tem maior repercussão. A proliferação de comitês e conselhos entre autoridades, grupos técnicos de projeto e de planejamento emerge da preocupação crescente em cooperar e planejar de forma mais integrada. Por outro lado, geralmente os problemas a serem enfrentados são maiores que as instituições criadas para a sua solução (Schon, 1971).

Essa preocupação, por sua vez, reflete a percepção de que os problemas sociais e ambientais estão organizacionalmente conectados (Spink, 1978).

A importância em se discutir e observar as ligações desenvolvidas e até herdadas entre indivíduos e entre

(3) A difusão do uso analítico do conceito de "linkage" propiciou a criação de periódicos sobre o assunto, como o Linkage e o Futures Networks, para a discussão sobre o tema e a troca de informações e experiências. Também foram desenvolvidos grupos de pesquisa como o International Network Analysis, sediado no Canadá e o Organisational Development Network, sediado na Inglaterra.

organizações reside no fato de a estrutura dessas conexões compor a base da rede.

Assim, as redes funcionam dentro e em torno das estruturas de ligações interorganizacionais, fornecendo aos indivíduos que a compõe um quadro mais pessoal de referências e integrando papéis.

Com um enfoque analítico mais específico sobre a relação entre redes e indivíduos, um outro pesquisador, Power (apud Spink, 1978) ressalta um outro tipo de característica. Segundo suas observações, no centro das redes agiriam pessoas com habilidades para manter, desenvolver e usar malhas de ligações organizacionais, profissionais e pessoais. Seriam os "reticulistas" ("networkers"), indivíduos capazes de lidar com diferentes tipos de relações, afinados com as "culturas" das diversas organizações implicadas.

No entanto, a relevância da idéia de redes está em seu uso analítico na pesquisa interorganizacional. A observação da rede social na arena interorganizacional pode ser visto como complementar aos métodos tradicionais (Gonçalves, 1987). Além disso, o estudo de redes fornece elementos geralmente pouco manifestados para compreender como ocorrem alguns eventos e, principalmente, a forma que os indivíduos desenvolvem para enfrentar situações complexas.

Esse uso analítico de redes sociais foi discutido por Spink e Friend (1978), que também destacaram a análise de redes

de decisão e sua importância para a compreensão de processos decisórios.

As redes de decisão são formadas por indivíduos que interagem diretamente, através de ligações estruturais ou pessoais, numa arena de processo decisório. Pela sua flexibilidade inerente, essas redes podem fornecer importante contraparte para as características mais estáveis dos sistemas políticos formais, principalmente quando se intensifica a complexidade e imprevisibilidade dos problemas observados.

Em outro trabalho sobre redes de decisão, Friend (1977) observa a intrincada ecologia organizacional entre o sistema decisório e o sistema político na arena pública, discutindo os níveis de coordenação centrados no governo ou na comunidade.

Com isso, as redes pessoais assim como podem inovar as organizações, podem também fornecer importantes elementos de estabilidade e continuidade às mesmas, na medida em que tratam com sucessivas situações problemáticas.

Finalizando essa breve discussão sobre redes e conexões, deve-se registrar a preocupação de alguns pesquisadores, como Friend e Spink (1978), a respeito de julgamentos de valor.

Apesar da importância das redes sociais no processo decisório da arena pública, deve-se evitar uma conclusão apressada de que seja positivo o seu papel. As redes são reais e efetivas, mas, assim como podem facilitar e agilizar a tomada de decisões, aumentando a sensibilidade dos componentes da arena, podem também "obstruir e desviar atenções, criar novas

ou destruir antigas ligações, quebrar regras, corrigir políticas, apoiar amigos, congelar, inimigos etc." (Friend e Spink, 1978, p.502).

Dessa forma, deve-se observar redes, sem qualificações positivas ou negativas, considerando-se apenas que muito além de meros canais de comunicação, elas constituem "práticas de poder". Como tais, as redes também podem pressionar, penalizar ou gratificar seus membros e, sobretudo, reforçar as conexões entre pessoas, a fim de garantir a sua própria institucionalização (que pode ser compreendida como processo de colocação de fronteiras em torno dos seus membros).

3.3 - RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS: ABORDAGEM SISTÊMICA OU CONCEITO DE ECOLOGIA ORGANIZACIONAL

A evolução das pesquisas e dos debates sobre a arena interorganizacional sofre um cisma a partir das discussões levantadas por Crozier e Thoenig (1976), de um lado, e Trist (1976), de outro. Para este, é o conceito de ecologia organizacional que permite o estudo das relações interorganizacionais, enquanto para aqueles, estas são reguladas, fundamentalmente, por um sistema complexo, mais ou menos organizado, e não por uma rede interorganizacional. A partir da colocação desse divisor de águas na teoria interorganizacional, procurar-se-á apresentar as principais idéias dessas linhas de análise.

Essas duas abordagens são fundamentais para qualquer estudo que busca compreender a emergência do "novo" numa

situação politicamente "velha". Ou seja, em países em desenvolvimento, a questão da mudança na arena pública, com a criação de novas oportunidades, novas configurações e a manutenção de ordens políticas anteriores, coloca-se de forma coletiva na evolução da sociedade.

Assim, apesar de a bibliografia sobre estudos interorganizacionais avançar até a atualidade, a discussão, para efeito deste trabalho, será focalizada sobre as questões levantadas por Trist e aquelas desenvolvidas por Crozier e Thoenig, por se considerar suas argumentações ainda instigantes para a compreensão do objeto escolhido.

No texto A Regulação de Sistemas Organizacionais Complexos, Crozier e Thoenig (1976) retomam as discussões sobre ambiente, organização e rede, tecendo algumas críticas. Para eles, a maioria das contribuições é mais conceitual que empírica e os métodos de análise utilizados (fluxos de comunicação, troca de recursos etc.), assim como a comparação de características formais da organização e seu ambiente, compõem um "universo estático". Além disso, essas análises não tocam em um ponto fundamental: o processo de mudança.

Assim, em comparação a esses tipos de análise, os autores procuram mostrar que as regulações sutis no meio interorganizacional são melhor compreendidas utilizando-se o conceito de sistema complexo, mais ou menos organizado, em vez da idéia de redes e ecologia organizacional. Para eles, sistema significa regulação, integração e homeostase, e, se uma organização faz parte de um sistema maior, há um jogo coletivo

que funciona independentemente dos jogos individuais que cada uma das organizações desse sistema desenvolve - o sistema é maior que a soma das partes.

Ao elaborar um estudo de caso sobre processo decisório na arena pública francesa, Crozier e Thoenig (1976) apontam que questões públicas em nível local são geridas por um complexo mas estável e organizado sistema de organizações e grupos (burocracias estatais, associações, prefeitos, deputados etc.). A análise também relaciona os sistemas de poder em nível local com o papel político, administrativo e econômico das elites.

Como em qualquer sistema complexo, nenhuma decisão pode ser tomada unilateralmente, havendo enorme interdependência de ações. Além disso, o processo decisório e de poder não é "nem hierárquico, nem democrático, nem contratual" (Crozier e Thoenig, 1976, p.553) é um processo interseccional ("zig-zagging process").

A complexidade do sistema também transparece através da rede de organizações que intervém na gestão local dos assuntos públicos, havendo grande interpenetração de diferentes canais, que se regulam entre si ("cross-regulation"). E, apesar dessa profusão de canais, é um sistema centralizado, com uma divisão clara de trabalho entre níveis hierárquicos que decidem e aqueles que implementam a decisão. Ao mesmo tempo, a circulação de informações é muito deficiente, pois elas são sempre "mediadas" (evitando-se também conflitos diretos).

Outra característica da rede interorganizacional, segundo a pesquisa do estudo de caso de Crozier e Thoenig, é a sua dinâmica como sistema homeostático, isto é, diante das mudanças ou ameaças ao meio, ele não se adapta, ao contrário, fecha-se, reagindo para manter-se no mesmo estado.

Entretanto, o ponto central da abordagem sistêmica de redes (ou relações) interorganizacionais encontra-se nos mecanismos de regulação (regras coletivas e processos de integração e interdependência). Para os autores, em vez de se enfatizar a frequência de relações (ou conexões) ou as diferentes formas de estrutura, a análise interorganizacional deve deter-se nas "estratégias" dos parceiros, consubstanciadas nos jogos⁴ coletivos e nas regras de regulação que governam os jogos.

Dessa forma, os sistemas interorganizacionais são diferentes de redes de relações humanas e sociais mais ou menos estruturadas.

Sobre o problema da **mudança**, os autores criticam um certo "determinismo" presente no modelo de contingência estrutural (iniciado por Lawrence e Lorsch *apud* Crozier e Thoenig, 1976), que relaciona tipos ambientais com tipos organizacionais. Para eles, deve-se atentar para a "capacidade sistêmica da organização" de resolver seus problemas em relação ao ambiente. Além disso, essa capacidade deve ser observada não como fenômeno humano complexo, mas como uma variável dependente ou

(4) Os jogos poderiam ser compreendidos como formas de agir de cada um dos componentes do sistema, entre si e com o ambiente, havendo regras (de nível do sistema e de nível interpessoal) para o seu funcionamento.

subjetiva de processo decisório. Assim, o processo decisório não pode ser considerado como "determinado" pelo ambiente, nem como resultado de decisões deliberadas, desenvolvidas com a ajuda de especialistas. Ao contrário, a mudança pode representar a construção de uma capacidade coletiva de valer-se dos próprios erros para resolver problemas do ambiente interno e externo.

Concluindo, os autores afirmam que a variável decisiva nas relações interorganizacionais é a sua capacidade coletiva, ou seja, o conjunto de jogos desenvolvidos em uma organização e na rede interorganizacional e sua regulação, constituindo um sistema. É desse sistema que surge a capacidade de encontrar soluções para os enfrentamentos ambientais. Se um sistema é dominado por jogos burocráticos ou defensivos, ele terá maior dificuldade em resolver problemas gerados por um ambiente turbulento. Contudo, se a regulação desses jogos for direcionada para essa adaptação, "figuras carismáticas emergirão e oferecerão soluções intuitivas para o problema da mudança" (Crozier e Thoenig, 1976, p.558).

Adotando outro enfoque, Trist (1976) sustenta o uso analítico do conceito de ecologia organizacional para a compreensão da dinâmica das relações interorganizacionais. Partindo da Análise da Textura Causal do Ambiente Organizacional, já apresentada anteriormente, desenvolvida por ele e Emery no final dos anos 60, e passando pela discussão dos tipos de ambiente, Trist observa alguns fenômenos no amplo e fluido campo da ecologia organizacional (que se encontra no

nível intermediário entre o "socialmente micro" e o "socialmente macro").

Dentre esses fenômenos, Trist (1983) destaca a formação de **domínios organizacionais**. Com o crescente estado de "turbulência", há uma reorientação no foco de atenção: da organização simples, individual, separada, para um sistema maior do qual ela faz parte, o domínio organizacional.

O domínio organizacional contrapõe-se ao "conjunto organizacional" definido por Evan (*apud* Trist, 1976) . Enquanto o conjunto organizacional traduz-se por uma organização determinada, rodeada pelas organizações com que se relaciona diretamente, o domínio organizacional é o campo mais amplo, no qual essa organização focal está inserida, incluindo outras entidades com as quais ela nem mantém contato.

Um exemplo que esclareça tais conceitos pode ser dado por um hospital. Como organização focal um hospital relaciona-se, resumidamente, com fornecedores de medicamentos e máquinas, sindicatos de médicos e enfermeiros, pacientes diversos, órgãos públicos de saúde pública, empresas de convênios médicos etc. Esse seria o conjunto organizacional desse hospital. Entretanto, o mesmo hospital faz parte de um domínio organizacional mais amplo, formado pelo sistema de saúde.

Os domínios organizacionais são relativos a "populações organizacionais" associadas ou conectadas a um conjunto de problemas ou área de preocupações societais comuns. Geralmente, essa área de problemas envolve questões muito extensas ou

multifacetadas, o que impossibilita o seu enfrentamento por apenas uma instituição (por maior que ela seja) e exigindo uma capacidade de respostas inter ou multiorganizacional (Spink, 1978).

Porém, essa capacidade interorganizacional ainda é fraca se comparada com a existente na simples organização. Desse modo, Trist (1976) insiste na necessidade de maiores avanços na "arquitetura institucional" (seguindo uma expressão de Perlmutter (apud Trist, 1976) que contemple a constituição de domínios organizacionais.

Em sua discussão sobre domínios, considerados como sistemas sociais funcionais, que ocupam uma posição entre a sociedade como um todo e a simples organização, Trist (1983) levanta algumas de suas características. Os domínios têm estruturas (grandes ou pequenas, apropriadas à área de problemas ou não), fronteiras (estreitas, como entre o hospital e o sistema de saúde; ou largas, como o setor industrial), assim como podem ter direção (procurando aproximar-se de outros domínios ou mantendo-se isolados). Quanto ao processo de formação, eles são cognitivos, têm significados e, assim, são baseados em "atos de apreciação" que, segundo a definição de Vickers é o "processo complexo de percepção e conceituação que une julgamento de realidade e julgamento de valor" (apud Trist, 1983). Dessa forma, uma nova apreciação ("appreciation") é feita quando se reconhece um novo metaproblema. Na medida em que esse reconhecimento se amplia e é compartilhado por um número maior de pessoas/organizações, um novo domínio passa a

ser identificado. Com identidade própria, procura ou direciona-se para o futuro (enfrentamento do problema). Com isso, o domínio toma forma, observando fronteiras e tamanho (quais as organizações incluídas, quais os critérios de homogeneidade etc.). Enfim, há uma contrapartida interna do domínio, quando seus "fundadores" ("stakeholders") iniciam a acomodação de seus interesses, potencialmente conflitantes, para assegurar a conformação de um terreno comum.

Ao desenvolver a análise de domínios, Trist, nesse mesmo trabalho, observa o aparecimento de outro fenômeno, as "organizações de referência". Segundo suas observações, há dois tipos de domínio: aqueles centrados em torno de organizações de referência e aqueles que se mantêm como "rede pura" ("purely network character"), isto é, não-centrados. Os domínios não-centrados são aqueles relativos a movimentos sociais que articulam valores alternativos, surgindo espontaneamente na periferia da sociedade. Pode ocorrer, no entanto, o surgimento de uma organização de referência, tomando ações determinadas em nome do domínio. Contudo, para ser "aceita" pelo domínio, ela não pode "usurpar" funções das organizações já constituídas nesse campo, e, principalmente, ter uma liderança apropriada.

As organizações de referência têm três funções básicas: a regulação do domínio, a "apreciação" e a mobilização de recursos. Trist define a regulação como sendo a colocação de regras básicas, a determinação de critérios para a definição de membros (estabelecimento de fronteiras), a manutenção de valores dos quais derivam os objetivos e as direções do

domínio, a responsabilidade pela resolução de conflitos e a
sancão de atividades. Já a apreciação ("appreciation"),
definida anteriormente, pode ser visualizada também como a
observação contínua das tendências e questões emergentes. Com
isso, a organização de referência posiciona-se com perspectivas
de longo prazo, assumindo consideráveis responsabilidades pelo
futuro do domínio. Enfim, esse tipo de organização volta-se
também para a mobilização de recursos, considerados não apenas
como infra-estrutura básica, mas, principalmente, como a busca
e difusão de informações para o domínio e o desenvolvimento de
uma rede de relações externas de apoio.

Além das funções, Trist elenca dois tipos básicos de
organizações de referência. O primeiro ocorre quando uma
organização, já constituída dentre aquelas que compõe o
domínio, torna-se uma organização de referência. O segundo
apresenta-se no momento em que uma nova organização é criada
para levar à frente os objetivos dos membros do domínio.

Esses dois tipos de organizações de referência podem
combinar de formas diferentes algumas características
organizacionais, como ser representativa (composta de membros
escolhidos de várias organizações) ou constituída (composta de
membros próprios), voluntária (espontânea) ou com mandato (ter
diretrizes definidas), emergente (voltada para a inovação) ou
estável (voltada para a conservação), e múltipla (com várias
atividades) ou simples (com um direcionamento específico)
(Trist, 1983).

Trist aponta as organizações de referência do primeiro tipo, geralmente voluntárias e emergentes, como as que têm maior sucesso no enfrentamento das turbulências, pois incluem um amplo cruzamento de interesses de grupos e mantêm uma conexão em rede com a maioria dos membros-chave do domínio, apresentando rápida e inovadora capacidade de respostas. Por outro lado, as organizações-membro de um determinado domínio têm maior controle sobre as ações de uma organização de referência do segundo tipo.

Nos estudos voltados para serviços comunitários ou sobre a arena pública, observou-se que as organizações de referência, não importando o tipo, têm em comum o fato de conterem o "establishment" local, assumindo o inusitado ("unfamiliar") papel de liderar a mudança. Geralmente, o "establishment" das comunidades é a "franja" do ponto de vista mais amplo da sociedade, e é dessa franja que são feitas as apreciações mais relevantes sobre metaproblemas. É nessa franja que esses metaproblemas são mais direta e concretamente experimentados, assim como a sua escala menor pode tornar o seu enfrentamento menos complexo. Aí surgem organizações de referência mais efetivas. No entanto, esses grupos periféricos normalmente não têm poder ou acesso à implementação de mudanças, mas Trist observa, já em 1983, algumas modificações em seus padrões de atuação. Várias organizações de referência ("na sombra", segundo expressão do pesquisador) passam a estabelecer redes em escala mais ampla, procurando maior efetividade conjunta. Um exemplo trazido pelo próprio Trist é a rede crescente de grupos e ONGs que, a partir de 1972, pressionam os governos por

reconhecimento e participação maiores nas conferências das Nações Unidas.

Um outro processo relevante, que Trist observa sobre o tema, é a existência de domínios nos quais mais de uma organização de referência está presente. Nesses casos, pode haver polarizações entre essas organizações ou deflagração de conflitos e distúrbios (pela proliferação de diferentes linhas de atuação e direção). Isso significa que há mais de uma apreciação compartilhada emergente e, não havendo mais identidade clara, as ações são paralisadas ou tomadas em sentidos até divergentes. Com isso, instala-se o conflito e a dúvida e os membros do domínio "não sabem mais o que é real".

Trist observa também que os domínios podem desenvolver-se por meio de vários processos. O primeiro é a própria constituição de uma rede ("networking"), pois são sistemas sociais ilimitados, não hierarquizados, com canais rápidos e fluidos de comunicação. Com isso, atravessam os níveis sociais e os setores público e privado, abarcando assim os mais diversos tipos de pessoas. Geralmente, são os indivíduos mais pró-ativos (os reticulistas) que contatam e articulam outros indivíduos cujas apreciações estão formando-se ou movendo-se na mesma direção, iniciando uma rede e, possivelmente, um domínio. Outro tipo de processo são as "conferências de busca" ("search conferences"), que procuram reunir indivíduos destacados de grupos ou organizações para promover uma apreciação compartilhada sobre algum metaproblema e discutir estratégias de enfrentamento (Spink, 1978). Um terceiro processo é o

desenho de organizações de referência apropriadas, feito por membros do domínio. Por último, Trist evidencia o processo fundamental de manutenção do contato entre a organização de referência e o extenso campo social do domínio. Para que esse não apenas se desenvolva, mas, principalmente, para que sobreviva, a organização de referência não deve atuar separadamente. A comunidade do domínio deve tornar-se parte integrante da formação contínua da apreciação.

Concluindo, Trist discute o aspecto da regulação. Para ele, em vez de princípios burocráticos, as atividades que envolvem a "arquitetura social" deveriam se aproximar de princípios da ecologia organizacional, de modo a tornar as instituições mais flexíveis e "auto-reguladas". Assim, a observação e a aceitação, no mundo organizacional, das redes e dos domínios não apenas absorveria grande parte da "turbulência" ambiental, como poderia até reduzi-la. E, nesse sentido, o autor aponta, em seu texto de 1983, para a formação de uma rede contemporânea de movimentos, chamando-a de "revolução organizacional", que consiste em uma recentralização da vida organizacional, envolvendo uma mudança básica: do enfoque da simples organização limitada para a primazia das redes sem limites, através das quais desenvolvem-se os domínios interorganizacionais.

Por fim, a temática interorganizacional e a preocupação com a dinâmica de redes são temas que continuam emergentes, durante a década dos 80 e o início dos anos 90, ampliando-se inclusive o seu enfoque de análise. Dois exemplos mais recentes.

são a concepção de redes como "instrumento de realização democrática" (Garcia, 1986) e o enfoque da procura da eficiência econômica pelas organizações através do uso compartilhado de recursos e da articulação de capacitações setoriais (Gonçalves, 1992).

Segundo Garcia, a formação de redes possibilita constituir organizações plenamente democráticas e instituir práticas de gestão participativa, com a valorização dos recursos humanos e a eficiência institucional, não se perdendo o sentido de missão. Além disso, o modelo de rede seria a solução organizacional para viabilizar iniciativas de interesse público ou comunitário, que da ótica convencional burocrática não seriam realizadas. Como exemplo, o autor discute a formação de uma rede de pesquisa e apoio institucional ao cultivo de trigo, em pequena e média escala, no Estado de São Paulo.

Por outro lado, Gonçalves procura discutir a "expansão da busca da eficiência econômica para fora das fronteiras organizacionais", como as "alianças estratégicas" ou "competitivas", formando redes interorganizacionais. O autor levanta que o processo de interdependência organizacional não compreende apenas fluxos físicos visíveis, como troca ou compartilhamento de recursos. É também possível observar intensa interdependência no plano tecnológico, normativo e processual, assim como no plano perceptivo, de linguagem e comportamento, configurando-se a intensa conexão de valores.

Após discutir quatro papéis condicionantes na operacionalização de redes interorganizacionais (institucional,

articulador, coordenador e operacional), ligando-os inclusive à discussão sobre organizações de referência, abordadas por Trist (1983), Gonçalves levanta o problema da gestão em redes. Para esse autor, a competição interorganizacional é fator importante na explicação do sucesso de determinadas redes na efetividade da gestão de suas unidades componentes. Essa competição se materializa na busca de padrões operacionais predefinidos, como custeio, produtividade física, qualidade, flexibilidade ou confiabilidade operacional (Gonçalves, 1992).

4 - A EXPANSÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E O PAPEL DO MOVIMENTO ECOLÓGICO

4.1 - CONTEXTO DA EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL NO MUNDO

A entrada da questão ambiental para arena pública está intimamente ligada à emergência do movimento ecológico. Herdeiro dos movimentos hippie e pacifista, o ecologismo, que se inicia nos Estados Unidos no final da década dos 60, espalhou-se, nos anos seguintes, pelos países da Europa Ocidental, Japão e Austrália, mundializando-se nos anos 80 (Viola e Leis, 1990).

Ainda que já houvesse em vários países entidades de caráter conservacionista (voltadas para a proteção de espécies animais e vegetais), é apenas a partir dos anos 70 que a preocupação ambiental surge como movimento social, com a formação de grupos e ONGs (McCormick, 1992).

Contudo, muito além do conservadorismo, esses novos atores da arena pública vão contestar a prevalência do consumismo - propagando valores pós-materiais - e discutir o modelo de desenvolvimento econômico e os padrões de qualidade de vida. Ao mesmo tempo, à medida que os problemas ambientais - causados muitas vezes por apropriações privadas dos recursos naturais - afetam a coletividade e o espaço público e tomam dimensões cada vez maiores, o seu enfrentamento irá requerer maior vontade política em todos os níveis - local, regional, nacional e internacional -, voltada para a qualidade de vida no curto

prazo e para a sobrevivência ecológica no longo prazo (Pádua, 1989).

Ao lado da pressão crescente da sociedade sobre governos e as empresas, a discussão sobre os problemas ambientais ultrapassam as fronteiras acadêmicas.

O estudo *Os Limites do Crescimento* (Meadows, 1973), encomendado pelo Clube de Roma, apontava no começo da década dos 70 o esgotamento dos recursos naturais, a poluição e a explosão populacional como fatores de comprometimento da ordem econômica. Essa visão neo-malthusiana catastrófica, cuja adoção extrema indicava o "crescimento zero" como solução, era contestada por grupos que afirmavam que a problemática ambiental fazia parte de um discurso das nações ricas para controlar e refrear o crescimento econômico do Terceiro Mundo.

Os debates travados por esses grupos influenciaram a realização da Conferência das Nações Unidas de 1972, em Estocolmo, onde pela primeira vez os governos discutiram a problemática ambiental com a questão do desenvolvimento. Em meio a posições até antagônicas, procurou-se nessa conferência discutir "um caminho de desenvolvimento que fosse ao mesmo tempo socialmente útil, ecologicamente prudente e que atendesse a critérios de eficiência econômica. Justiça social, prudência ecológica e eficiência econômica é [sic] o tripé do ecodesenvolvimento" (Sachs, 1992, p.7). Outro fato importante da conferência foi a participação de ONGs, embora de forma reduzida, mas tendo seu papel emergente já inicialmente reconhecido.

Durante a década de 70, esse debate sobre desenvolvimento e meio ambiente se expande. Contudo é o crescimento do movimento ecológico e o aumento da percepção pública da criticidade ambiental no mundo que difundem a preocupação com o meio ambiente nos vários setores da sociedade, assim como na esfera governamental.

A legislação de vários países adota mecanismos de controle ambiental, assim como a preocupação com o comprometimento de recursos naturais amplia o escopo do direito internacional (Caubet, 1991); prolifera o número de agências do setor público voltadas para o tratamento da questão, desenvolvem-se organismos intergovernamentais para a discussão de problemas que extrapolam fronteiras e para a proposição de convênios e tratados internacionais etc. Essa preocupação ambiental ao mesmo tempo atinge a esfera privada, recebendo maior controle sobre suas atividades ou por outro lado, desenvolvendo empresas com "tecnologias limpas" (Vianna e Veronese, 1992). Nos anos 80, a atuação de agências de financiamento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, também sofrerá mudanças nesse sentido, exigindo análises de inspeção ambiental para a aprovação de projetos.

Nos anos 70, os grupos e entidades ativistas, por sua vez, além de expandirem-se em número, passam a se estruturar em ONGs autofinanciadas (através de sócios, contribuições ou venda de material) e com focos de ação mais direcionados (McCormick, 1992). Grande parte do movimento também passa por intenso processo de politização, seja pressionando de forma mais direta

o parlamento e o setor governamental, seja formando partidos verdes em vários países, principalmente europeus.

O processo de consolidação dos partidos verdes, por sua vez, gerou uma série de debates e até conflitos dentro do movimento ecológico. Ao lado de grupos favoráveis e até formadores do partido, havia também aqueles que contestavam a existência de um partido com esse enfoque, ou porque defendiam uma posição apolítica radical (sem entrar no jogo parlamentar), ou porque pregavam a difusão da questão ambiental em todos os partidos (Offe, 1992).

Na década dos 80, a mundialização da ecologia (Viola e Leis, 1990) consolida-se com a percepção e divulgação do caráter planetário dos problemas ambientais, como o efeito estufa, o comprometimento das florestas tropicais, o rompimento da camada de ozônio, os acidentes nucleares (Three Miles Island e Chernobyl) e as contaminações trágicas espalhadas em todos os continentes etc. Com o lançamento do Relatório Brundtland em 1987, o debate sobre meio ambiente e desenvolvimento é retomado e amplificado, levantando suas implicações com as relações Norte-Sul e a discussão de um modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Assim, além do tripé justiça social, prudência ecológica e eficiência econômica, começam a ser incorporados os enfoques geopolíticos, culturais e tecnológicos (Ratner, 1992).

As discussões do Relatório Brundtland tiveram enorme repercussão no movimento ecológico mundial (Viola, 1992; Viola

e Leis, 1992), inclusive no brasileiro. Ao lado das denúncias contra a crescente destruição das florestas tropicais e as ameaças à manutenção da biodiversidade, o movimento ecológico inclui a temática indígena e a sobrevivência dos povos da floresta no cada vez mais amplo debate sobre desenvolvimento sustentável.

Assim, interligada à ampliação da questão ambiental e recebendo várias influências, a ação do movimento ecológico chega ao final dos anos 80 espalhada por todos os continentes e com cinco grandes setores de atuação: o ambientalismo-conservacionista, voltado para a preservação ou recuperação do ambiente, sem discutir modelos econômicos; o ecologismo radical de ação direta, como o Greenpeace, com críticas abertas ao sistema capitalista e socialista; a "política verde", que procura "ecologizar" os parlamentos através dos partidos verdes ou de candidatos em vários partidos; o ecologismo camponês, voltado para o desenvolvimento comunitário, para a discussão e apoio a sistemas e modos de vida rurais, incluindo comunidades indígenas e de seringueiros, entre outras; e o ecologismo de ação global, que procura soluções para questões planetárias, influenciando na ação dos governos e das agências internacionais (Viola e Leis, 1990).

No final dos anos 80, o crescente embricamento entre ecologia, desenvolvimento econômico, relações internacionais, direitos de comunidades tradicionais e justiça social, na arena pública ambiental direciona a atenção para os países do Terceiro Mundo, com graves problemas ecológicos, como é o caso

do Brasil. Com isso, o crescimento do número de queimadas na Amazônia e a violência contra os índios e seringueiros⁵ propiciam o surgimento de inúmeras pressões internacionais sobre o Brasil, colocando-o na lista dos vilões ecológicos do planeta.

Esses debates se consolidam em 1989. Nesse ano, a Organização das Nações Unidas agenda para junho de 1992 a realização de sua Segunda Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), sendo definida a cidade do Rio de Janeiro como sede, a pedido do governo brasileiro (Viola e Leis, 1992).

Com essa perspectiva, os vários setores governamentais, intergovernamentais e da sociedade em geral (comunidade científica, empresários, sindicatos, entidades representativas dos mais diversos grupos), além dos grupos ambientalistas, mobilizam-se para a preparação da conferência do Rio, denominada popularmente de ECO-92.

Ao contrário das discussões de princípios de Estocolmo, havia nesse momento enorme expectativa, por parte de alguns setores, e temor, por parte de outros, de que a segunda conferência da ONU promovesse um reordenamento das estruturas de poder relativas ao controle dos recursos naturais e ao uso do meio ambiente comum em escala planetária. As reuniões preparatórias da ONU para o evento (Prepcons) procuravam

(5) Chico Mendes, líder sindicalista do movimento dos seringueiros em Xapuri, no Acre, é assassinado em dezembro de 1988. Nesse mesmo período, intensifica-se a divulgação de mortes e conflitos entre índios e garimpeiros, gerando protestos da comunidade internacional, principalmente de entidades ecológicas e de direitos humanos (Leonel; Mindlin e Junqueira, 1992; Costa Sobrinho, 1992).

elaborar mecanismos de financiamento das ações de combate à degradação ambiental mundial - contidas na Agenda 21⁶, assim como discutiam o conteúdo das convenções a serem assinadas pelos países durante a conferência (Sachs, 1993). Tais debates foram acompanhados pelas ONGs e levantaram uma série de conflitos de posições entre os países ricos e os terceiro-mundistas (reunidos no Grupo dos 77) sobre controle das multinacionais, metas de redução do consumo energético e de emissão de gases na atmosfera, direitos de propriedade industrial (como o patenteamento genético), uso da biotecnologia, transferência tecnológica, controle da exploração dos recursos naturais, entre outros. Desse modo, a realização da conferência significava um grande embate entre países, e seria o momento propício para que a sociedade civil internacional pressionasse os governos chamando-os a atenção para que as responsabilidades em relação à crise ambiental fossem assumidas e enfrentadas (Acsehrad, 1992).

Em meio a esse campo de batalha, iniciou-se a ECO-92. A sociedade civil recebeu grande apoio do organizador geral do evento, Maurice Strong, garantindo a sua participação nas discussões da conferência da ONU, realizada entre os representantes dos governos. Além desse evento oficial, foi simultaneamente organizado pela própria sociedade civil o Fórum das ONGs (Capobianco, 1992), que reuniu ecologistas de todo o mundo, além de grupos os mais variados como feministas, associações profissionais, empresários, religiosos, artistas,

(6) A Agenda 21, elaborada por especialistas do mundo inteiro, constitui um plano global de desenvolvimento e meio ambiente, com proposta de implementação para o próximo século.

sindicatos, congressistas. Assim, esse fórum constituiu-se numa verdadeira Babel intersetorial e internacional.

Apesar das críticas que o evento recebeu, devido, sobretudo, à sua superexposição na mídia, a realização da CNVMAD e do fórum simultâneo da sociedade civil trouxe uma série de avanços para a questão ambiental. Apesar da posição conservadora do governo dos Estados Unidos, que via alguns tratados como ameaças ao seu desempenho econômico, a maioria dos países ricos negociou diversos acordos com o Grupo dos 77 e com outros países. Com isso, firmaram-se as Convenções sobre Mudanças Climáticas (assinada por 159 países) e sobre a Biodiversidade (com 162 adesões e protesto dos Estados Unidos), devendo ser ainda ratificadas pelos parlamentos desses países. Acordos sobre Florestas e sobre Desertificação, entre outros, apenas avançaram em suas discussões (Sachs, 1993).

A ECO-92 possibilitou também a ampliação da legitimidade da sociedade civil na discussão das políticas mundiais. Além disso, o evento estabeleceu maior contato entre as ONGs do Norte e do Sul, trocando experiências, discutindo estratégias conjuntas e iniciando ou fortalecendo redes de cooperação.

Concluindo, a realização da ECO-92 consolidou o processo de multissetorialização e mundialização da questão ambiental, e, apesar de várias de suas proposições ainda se configurarem (em dezembro de 1993) como princípios, seu maior resultado foi a efetivação na mídia da preocupação pública com o meio ambiente.

4.2 - AS ENTIDADES AMBIENTALISTAS NO BRASIL E EM SÃO PAULO

O processo de expansão da questão ambiental e a emergência dos grupos ecológicos também ocorre no Brasil, embora com diferenças de escala, intensidade e período. Aqui também o ambientalismo assume vários matizes: da defesa de valores pós-materialistas à discussão do modelo de desenvolvimento econômico, além de incorporar a contestação do regime autoritário, nos anos 70, e o enfoque de justiça social na década seguinte. A ampliação mais recente do tema ambiental e do ativismo incluiu até mesmo ideais libertários, democratizantes, descentralizadores e socialistas (Vieira, 1989; Gabeira, 1986).

Apesar de já existirem no país algumas entidades de caráter conservacionista, como a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, criada em 1958, é apenas a partir dos anos 70 que o ambientalismo surge como movimento social, e somente a partir da segunda metade da década dos 80 que irá se politizar, estruturar e consolidar na arena pública (Viola, 1992; Viola e Leis, 1992; Pádua, 1990).

A compreensão desse processo de emergência do ambientalismo no Brasil, e sua inserção crescente na arena pública, tem sido discutida por vários pesquisadores, enfocando principalmente a dimensão sociológica e política desse novo ator. Em seus trabalhos, Viola e Leis (1990; 1992) abordam o tema como um movimento histórico que faz parte de um processo internacional de percepção dos riscos ambientais ("a desordem global da biosfera") e emergência de valores pós-materialistas,

atingindo vários setores da sociedade e esferas de governo. Desse modo, a "mundialização" e o "multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável" levam a considerar como ambientalismo não apenas as organizações ecológicas, mas também agências governamentais, setores do empresariado, grupos e instituições de pesquisa, agências intergovernamentais, grupos sócio-ambientais etc.

Outros autores, como Ferreira e Ferreira (1992) apontam como a questão ambiental influencia a constituição de novos atores no Estado e na Sociedade Civil e como se dá esse embate. Em sua perspectiva, apesar da ineficácia política dos movimentos ecológicos nos anos 70, a partir da década seguinte sua influência passa a ser significativamente maior no debate das questões nacionais e na definição das ações governamentais, ampliando também o espaço da cidadania, propiciada por articulação e complementaridade entre ecologistas, sindicalistas, intelectuais e minorias.

Em uma abordagem de análise sociológica, Antuniassi et alii (1988) observam o ambientalismo como movimento social urbano de classe média, estudando sua composição e seus valores. Essa pesquisa aponta dois propósitos básicos de atuação dos grupos ecológicos a partir dos anos 80: a conquista da participação política e a transformação ética da sociedade.

Já o processo de politização do movimento ambientalista e o surgimento do Partido Verde (PV) no País são questões aprofundadas por Pádua (1990), que analisa a influência da experiência europeia no movimento, assim como o desencadeamento

de fatores endógenos. Um ponto interessante de seu trabalho é a observação de três outras dinâmicas de atuação no debate ambiental, além dos grupos ecológicos organizados e o PV. Ele também chama a atenção para as mobilizações ocasionais que não chegam a se estruturar, para o "ambientalismo de estado", formado por técnicos governamentais que também militam em entidades ecológicas e, por fim, para a atuação de entidades de enfoque social que começam a se apropriar de temas ecológicos em sua agenda.

Ampliando o enfoque da dinâmica de participação nos movimentos sociais na área ambiental, Neder (1991) observa a ação de outros dois atores sociais, além do movimento ecológico: os grupos operários que reivindicam a melhoria das condições dos locais de trabalho, e os grupos heterogêneos da academia (tecnólogos, pesquisadores, cientistas).

Esse rápido painel objetivou apenas levantar algumas das discussões mais difundidas sobre o papel do ambientalismo e, em particular, das entidades do movimento ecológico no Brasil, não se pretendendo aqui sistematizar toda a bibliografia a respeito do tema. A partir dessa colocação inicial procurar-se-á traçar um cenário geral sobre a atuação das entidades ambientalistas e seu processo de consolidação na arena pública nacional, fornecendo algumas informações sobre tal processo no Estado de São Paulo.

Conforme colocado anteriormente, o movimento ecológico no Brasil desenvolve-se nos anos 70, sendo marcado pelo ativismo contra as agressões e ameaças à natureza e contra o regime

autoritário até então vigente no País. Uma das entidades precursoras do movimento é a Associação Gaúcha de Proteção à Natureza - Agapan, criada em 1971, atuando contra o uso abusivo de agrotóxicos e liderada por José Lutzemberger.

Os grupos de defesa ambiental ativistas, que se formavam nessa época, enfatizavam a denúncia e procuravam divulgar e conscientizar a opinião pública sobre o agravamento das condições ambientais nos anos 70, que acompanhou boa parte dos grandes projetos energético-minerais e sustentou o desenvolvimento econômico acelerado (Viola, 1992; Ferreira e Ferreira, 1992). Também apontavam o prevailecimento de interesses econômicos de alguns grupos na utilização de recursos naturais. Com isso, estabeleciam confrontos com agências governamentais ou empresas privadas.

As denúncias também procuravam abalar o mito desenvolvimentista dos anos 70, com o afloramento de casos concretos no campo, como a questão dos agrotóxicos e da devastação na Amazônia e, na cidade, como a qualidade de vida insustentável de Cubatão (Ferreira e Ferreira, 1992).

Outra vertente dos grupos de defesa ambiental, de caráter conservacionista, mobilizava-se em torno da fauna e da flora, pressionando pela criação de parques e reservas e pela preservação de espécies em extinção.

Em 1972, a Conferência de Estocolmo teve repercussão muito restrita no Brasil, apenas em alguns setores governamentais e

científicos, não se observando grande influência sobre o nosso movimento ecológico (Viola e Leis, 1992).

A partir de 1977, num contexto de abertura inicial de manifestações políticas no País⁷, proliferaram os movimentos reivindicatórios ambientalistas nos grandes centros urbanos. Na maioria das vezes, esses movimentos não eram bem articulados, apenas levantavam denúncias envolvendo grandes projetos e seus graves impactos ambientais. Dentre essas figuram os protestos contra a formação do lago da hidrelétrica de Itaipu, que fez desaparecer as cataratas de Sete Quedas; a luta contra a construção do aeroporto da cidade de São Paulo na região ainda preservada de Caucaia do Alto (Antuniassi *et alli*, 1988); as manifestações de alerta sobre as destruições na Amazônia, provocadas por projetos de mineração e de hidrelétricas; entre outros. Também devem ser registradas as mobilizações de associações de bairro contra a poluição, como o caso da indústria Aliperti, na cidade de São Paulo.

A ação mais articulada entre organizações ambientalistas e comunidade científica desenvolveu-se a partir do início dos anos 80. Destacam-se nesse período o Movimento Contra o Programa Nuclear Brasileiro, do qual participavam físicos ilustres como José Goldemberg e Pingueli Rosa; e as campanhas que denunciavam as calamidades de Cubatão, conhecida como o Vale da Morte (Branco, 1984), onde os ecologistas trabalharam com grande apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da

(7) Nesse período ocorrem o Movimento de Carestia, as pressões pela Anistia àqueles atingidos em seus direitos políticos pelo Regime Militar e a deflagração das lutas sindicais na região do ABC paulista.

Ciência (SBPC). Ao mesmo tempo, as campanhas contra os agrotóxicos saíram dos pampas gaúchos e se espalharam pelos Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, articulando além dos ecologistas e setores das universidades, grupos profissionais como agrônomos e engenheiros florestais.

É interessante notar que, apesar da baixa eficácia política desses movimentos, pois não conseguiam obter respostas do setor governamental para reversão dos problemas que denunciavam, eles desenvolveram um processo de conscientização da sociedade nos grandes centros urbanos. Um exemplo disso é a incorporação pela mídia e pela opinião pública da expressão "agrotóxico", em vez do termo correto "defensivo agrícola".

O processo de abertura política e o restabelecimento de eleições para os governos estaduais ampliou a ação das entidades ambientalistas. No Estado de São Paulo, por exemplo, com o Governo Montoro não houve mais boicotes nem intimidações nas manifestações. Além disso, o governo criou o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), chamando os ecologistas para participar de seus debates e incorporou alguns militantes na máquina estadual (Antuniassi *et alli*, 1988).

A partir de 1986, o movimento ambientalista sofre uma série de mudanças e redireciona sua ação, partindo de um ativismo de denúncia e conscientização pública para uma atuação multissetorial (Viola e Leis, 1992), esforçando-se também em articular o tema da proteção ambiental com a discussão sobre desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo passa por um intenso processo de institucionalização (Viola, 1992). Além disso, há

uma crescente politização do movimento, traduzida no surgimento do PV, em 1986, e no lançamento de candidatos-ecologistas por vários partidos.⁸

As entidades não institucionalizadas, formadas apenas por militantes e amadores, continuaram existindo, iniciando algumas delas um processo de profissionalização, mesmo que parcial. Além disso, surgem novas organizações ambientalistas com perfil profissional de funcionários técnicos e administrativos, com uma linha de atuação bem definida e estruturadas para a captação de recursos. No geral, essa captação se concretizava através de convênios com ONGs estrangeiras, doações, contribuições de sócios e até contratos com o governo (Viola, 1992). A maior parte dessas novas entidades adota a forma de fundação.⁹

Como exemplo desse processo, na segunda metade da década dos 80, surgiram, em São Paulo, novas entidades ambientalistas, como, por exemplo, a Associação em Defesa da Juréia e a Fundação SOS Mata Atlântica, e foram reestruturadas algumas das entidades mais antigas, como a Oikos e a Ceacon, as quais

(8) Esse processo já se havia iniciado em 1982, quando alguns ecologistas foram eleitos em vários estados, como Liszt Vieira para deputado estadual pelo PT, no Rio de Janeiro, e Walter Lazzarini, para deputado estadual pelo PMDB, em São Paulo).

(9) Conforme instruções fornecidas pelo Guia da Ecologia (1992, p. 239), "a diferença básica entre fundação e associação reside no fato de que a primeira necessita de um capital inicial cuja utilização está vinculada ao cumprimento de seus objetivos institucionais. Além disso, as fundações estão sujeitas ao controle do Ministério Público Estadual, a quem cabe o controle da gestão patrimonial". Essa mesma obra indica que a formação de entidades constituídas como associações ou fundações é muito importante para os grupos ambientalistas, porque só assim podem participar de instâncias públicas de decisão como o Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama, em nível federal, ou os Conselhos Estaduais de Meio Ambiente - Conemas, hoje existentes na maior parte dos estados. Além disso, facilita também a captação de recursos, dá maior legitimidade e representatividade perante autoridades e imprensa e possibilita ainda o ajuizamento de medidas judiciais, inexistentes para ações individuais.

adotaram novos objetivos, posturas e composições. A partir de 1986, os objetivos das campanhas ambientalistas tornaram-se mais definidos, com alvos e "vilões" mais explícitos, e, desse modo, propondo ações menos vagas ao Executivo, participando ativamente das reuniões do Consema e procurando sensibilizar mais diretamente a opinião pública (Loureiro *et alli*, 1992).¹⁰

Em São Paulo, nesse período, formou-se uma rede de relações, montada e articulada por cinco grandes atores: as próprias entidades ambientalistas (de militantes, semiprofissionais ou estruturadas); o Ministério Público, cuja atuação cresce com a criação do instrumento legal da Ação Civil; os políticos com programas ambientalistas (oriundos de associações ecológicas ou que incorporaram a temática em suas agendas, como Fábio Feldmann, Walter Lazzarini e Geraldo Siqueira); a imprensa; e, por fim, os técnicos governamentais "aliados do movimento ecológico", isto é, que militavam em associações ambientalistas e, ao mesmo tempo, trabalhavam profissionalmente nas agências governamentais. A participação de membros de diferentes espaços sociais nas associações ambientalistas, em campanhas e eventos de defesa ambiental, ou mesmo na proposição de ações penais, foi um indicador expressivo dessa rede de relações. Porém, a partir de 1990, uma série de alterações na dinâmica de cada um desses atores e, principalmente, a preparação da ECO-92, terminam por "esgarçar"

(10) Até 1985, a maior parte das entidades paulistas lançava campanhas não permanentes nem integradas, defendendo o Pantanal em um ano, alertando sobre a poluição em São Paulo e em Cubatão em outro, e denunciando as ameaças à Amazônia no ano seguinte.

a rede, limitando a sua forma de ação conjunta (Loureiro *et alli*, 1992).

Voltando ao contexto nacional, o processo de politização do movimento ambientalista, incluindo a formação do PV, trouxe mudanças na arena pública ambientalista. Já em 1985, a expectativa gerada pela proximidade da Assembléia Nacional Constituinte e a discussão sobre formas de nela garantir a inclusão da temática ambiental tornaram viável a estruturação de um partido com essa proposta (Minc, 1986). No ano seguinte, o debate a esse respeito dividiu o movimento ecológico, trazendo conflitos semelhantes aos ocorridos nos países europeus sobre a partidarização ou não do ambientalismo. Um primeiro grupo de ecologistas, concentrado no Rio de Janeiro, defendia a criação do partido como desejável e viável. Um segundo grupo, de linha mais "fundamentalista" e contrária inclusive à articulação com parlamentares, afirmava que o PV era indesejável e atrapalharia o movimento. Por fim, a maioria dos ecologistas, concentrados em entidades da região Sul e do Estado de São Paulo, apesar de considerarem desejável a constituição de um partido que tivesse uma linha de ação ambientalista, via o fato como inviável, uma vez que sua estruturação sobrecarregaria ainda mais o trabalho das entidades. Segundo Pádua (1990), que fez uma análise abrangente da "política verde" no Brasil, o PV acabou sendo criado pelo primeiro grupo, que lançou (em coligação com o PT) a candidatura de Fernando Gabeira para o governo carioca nas eleições de 1986, obtendo um resultado de 8% dos votos.

O programa nacional do PV, voltado para a "luta por uma vida melhor", defendia a reforma agrária; a assistência ao menor carente; o direito ao trabalho, a um salário digno e a participação do trabalhador na gestão das empresas; a reforma urbana e da saúde pública; incluindo também os direitos da mulher e a democratização das instituições, além da preocupação ambiental (Sirkis, 1986). Apesar de o PV procurar expandir sua atuação para outros estados, essa restringiu-se mais ao Rio de Janeiro. O partido enfrentou também inúmeras dificuldades de estruturação e, a partir de 1990, problemas de regulamentação com a Justiça Eleitoral.

Os debates sobre a atuação política dos ecologistas propiciaram também o lançamento de "candidaturas verdes" em diversos estados e por vários partidos para o Congresso Constituinte. Porém, apenas Fábio Feldmann, ativista da Oikos, conseguiu eleger-se, saindo pelo PMDB de São Paulo. Nos anos seguintes, esse processo ampliou-se com a entrada de vários ecologistas nas Assembléias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (Pádua, 1990).

Outro aspecto dessa politização é a pressão exercida pelas entidades ambientalistas sobre os parlamentares durante a Constituinte federal, em 1987 e 1988, e as Constituintes estaduais, em 1989. Nesse mesmo ano, também foram lançadas propostas sobre temas ambientais nacionais para os presidenciais - Plataforma Ambientalista Mínima -, fórmula

repetida no ano seguinte em alguns estados, como São Paulo, para os candidatos a governador.

Outra mudança que se operou no padrão de atuação das entidades ambientalistas, a partir da segunda metade da década dos 80, foi a abertura para a discussão sobre desenvolvimento sustentável. A partir de 1988, a ampla divulgação do relatório *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela Comissão Brundtland, teve grande repercussão no meio ambientalista, ao contrário das conclusões da Conferência de Estocolmo. Ao mesmo tempo, o debate sobre a compatibilização entre proteção ambiental e modelos de desenvolvimento econômico que avançava em todo o mundo, no Brasil, assim como na maioria dos países da América Latina, incorporou também a questão da justiça social, agregando a problemática indígena e a situação das comunidades tradicionais (Capobianco, 1989).

Além da influência do Relatório Brundtland, Viola (1992) aponta outros fatores para a ampliação do enfoque do movimento ecológico brasileiro, como a crise econômica, a emergência do sócio-ambientalismo e a ECO-92.

A agudização da crise econômica insensibilizou a opinião pública para temas estritamente ambientais¹¹, como a proteção a determinada espécie animal. Esse fator induziu ao redirecionamento de várias campanhas ambientalistas, que procuravam relacionar aspectos da proteção ao meio ambiente à realidade econômica.

(11) A respeito da percepção da opinião pública sobre problemas ambientais, ver Olsén (1992).

Com a emergência do sócio-ambientalismo entidades que já trabalhavam com movimentos sociais ou sindicatos sensibilizaram-se para a discussão de temas ambientais, ampliando, desse modo, o seu escopo, principalmente no aspecto da justiça social. As novas entidades ambientalistas, por outro lado, como a Fundação SOS Mata Atlântica, conectadas com ONGs estrangeiras, também enfocavam problemas de comunidades locais. A crescente pressão internacional sobre problemas ambientais e indígenas existentes no Brasil, em particular na Amazônia, também tem sido outro fator que interage nesse processo.

Por fim, o maior catalisador da nova abordagem foi a decisão da ONU em realizar no Brasil CNUMAD em 1992.

A preparação da ECO-92 intensificou o processo de consolidação das entidades ambientalistas na esfera pública (Feldmann, 1992). Em junho de 1990 foi lançado em São Paulo o Fórum das ONGs brasileiras, formado por entidades ambientalistas e entidades ligadas a diversos movimentos sociais. O Fórum teve por objetivo elaborar propostas para uma nova ordem econômica internacional, discutir novos modelos de desenvolvimento para o País, traçar estratégias de influência nos debates e resultados da conferência oficial, assim como organizar a conferência simultânea da sociedade civil.¹²

Nesse meio tempo, muitos ecologistas participaram de reuniões preparatórias no exterior, aumentando e intensificando o contato com as ONGs estrangeiras, principalmente européias e

(12) Apesar de a imprensa chamar o encontro da sociedade civil de conferência paralela, seus organizadores insistiam na expressão conferência simultânea.

americanas, entrando para uma rede internacional ambientalista (Capobianco, 1992).

No início de junho de 1992, a realização simultânea da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (reunião oficial), do Encontro da Sociedade Civil (ecologistas e movimento social), e de diversos eventos reunindo acadêmicos, políticos, empresários, sindicalistas e religiosos de todo o mundo, transformou-se em um megaevento superexplorado pela mídia.

Chamada de "circo planetário" ou "Woodstock ecológica", após a sua realização, a ECO-92 recebeu muitas críticas. Entretanto, nunca um evento sobre meio ambiente havia conseguido reunir tantas e tão diversificadas pessoas, sobretudo no Brasil. Além disso, a intensa repercussão na imprensa fortaleceu o processo de conscientização pública sobre o tema. Contudo, a maior consequência da ECO-92 para o ambientalismo brasileiro, foi a aproximação e articulação entre as ONGs do movimento ecológico e dos movimentos sociais, que começaram a buscar estratégias conjuntas de atuação não apenas durante o evento, mas também para outros debates da arena pública nacional.

4.3 - A MULTISSETORIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E AS ONGS NO BRASIL

A fim de concluir esse painel sobre a expansão da questão ambiental e a emergência dos grupos ecológicos no Brasil, será apresentado, ainda que rapidamente, dois processos

interligados: a multissetorialização do ambientalismo e a proliferação das ONGs.

Desde meados dos anos 80, pode-se afirmar que a ótica ambiental se difunde por vários setores sociais, além dos grupos ambientalistas. Entidades sociais e sindicatos vêm incorporando a questão ambiental em suas atuações; as pesquisas sobre meio ambiente, na universidade, multiplicam-se em várias disciplinas; setores empresariais debatem o tema e incorporam a dimensão ambiental em suas estratégias de marketing; um mercado ambiental vem se ampliando, com o surgimento de empresas de consultoria e tecnologia ambiental. No âmbito governamental, ao lado da criação de novas agências e de legislação específica, há disputa entre órgãos e entre esferas de governo, que querem garantir a condução da gestão ambiental. No campo jurídico, a instituição da responsabilidade objetiva em matéria ambiental, e a criação da ação civil pública, configuram um espaço de disputas, o qual vai sendo ocupado por novos atores sociais, inclusive com crescente papel dos ministérios públicos estaduais e suas Curadorias de Meio Ambiente.

Esse contexto de "formação de um campo ambiental", segundo A. Docü Loureiro et alli (1992), ou de "multissetorialismo", expressão usada por Viola (1992), impõe aos ecologistas (organizados em grupos de militância ou em entidades estruturadas) um padrão de atuação cada vez mais articulado e conectado com outros setores, além de proximidade com a imprensa e com políticos (do PV ou não), conforme já apresentado. Desses setores merecem

destaque as entidades sócio-ambientalistas e a área governamental de meio ambiente.

A institucionalização da área de meio ambiente na esfera governamental, iniciou-se na década dos 70, apesar de já existirem mecanismos institucionais (órgãos e legislação) voltados para a administração dos recursos naturais (hídricos, florestais e minerais, principalmente), desde os anos 30 (Monosowski, 1989). Um dos reflexos da Conferência de Estocolmo no Brasil foi a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente - Sema, em 1973, vinculada ao Ministério do Interior, com extensas atribuições voltadas à conservação do meio ambiente e ao uso racional dos recursos naturais. Também em alguns estados mais industrializados e com situações mais críticas de degradação ambiental, foram instituídas algumas agências estaduais para responder à poluição industrial, como a Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental - Cetesb, em São Paulo, e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - Feema, no Rio de Janeiro.

Nos anos 80, intensificou-se a expansão das instituições ligadas à área ambiental. Estabeleceu-se a Política Nacional do Meio Ambiente (1981), e surgiu o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (1985), que consolidaram estratégias e arranjos institucionais novos para a área ambiental. Criou-se também o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, diretamente vinculado ao presidente da República e encarregado da formulação de políticas ambientais. Foram igualmente institucionalizados em várias estados os conselhos ambientais

(Consemas) e o Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, abrangendo o conjunto de instituições do governo ligadas à proteção ambiental (nos níveis federal, estadual e municipal) e outros órgãos da administração pública também relacionados (Maimon, 1992; Bressan, 1992). Finalmente, a nova Constituição Federal brasileira de 1988 e as que lhe seguiram nos diversos estados da federação trouxeram capítulos específicos sobre meio ambiente, marcando definitivamente sua incorporação à ação reguladora do Estado.¹³ Destaca-se também a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - Ibama, no final do Governo Sarney, e a criação do Ministério do Meio Ambiente, no Governo Itamar.

Esse processo de consolidação institucional nas esferas de governo muitas vezes se deu em resposta às pressões de grupos ambientalistas nacionais e estrangeiros e ao processo de divulgação na mídia do agravamento das condições ambientais no País. No Estado de São Paulo, por exemplo, a criação do Consema, em 1984, e da Secretaria do Meio Ambiente, em 1986, inserem-se em um contexto de abertura da participação política e de sensibilidade às reivindicações dos ecologistas por parte do Governo Montoro. Por outro lado, a existência de novos órgãos, em todo o Brasil, estabelecendo uma interface governamental (uma espécie de "balcão para as reivindicações"), estimulou a formação de novos grupos ecológicos (Viola, 1992).

(13) Como resultado dessas ações legais e institucionais, cabe destacar, por seu caráter inovador, o zoneamento ambiental, os estímulos à criação e à instalação de equipamentos e ao desenvolvimento de tecnologias voltadas para a melhoria da qualidade ambiental, e as diversas penalidades aplicadas aos agentes da degradação ambiental. É importante destacar ainda que a legislação exige que os Estudos de Avaliação de Impactos Ambientais e seus respectivos Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (EIAs-RIMAs) sejam discutidos em audiência públicas. Isso significa um processo institucional novo, envolvendo atores públicos e privados nas questões ambientais.

Também é interessante observar que parte dos técnicos governamentais é ao mesmo tempo ativista nos movimentos ecológicos (Viola, 1992; Pádua, 1990).

Entretanto, a montagem institucional da área de meio ambiente, na década dos 80, é acompanhada pela situação de crise do Estado e de escassez de recursos orçamentários, principalmente no nível federal, implicando ineficácia das políticas ambientais. Com isso, as preocupações preservacionistas e a capacidade de mobilização dos grupos ambientalistas resultaram em pressões sobre os governos estaduais e municipais, determinando ações concretas na defesa do meio ambiente. Dessa forma, pode-se afirmar que se a questão ambiental hoje se insere na agenda pública, ela o faz de forma mais efetiva nas administrações estaduais e municipais (Loureiro *et alli*, 1992).

Outro aspecto da atuação governamental em meio ambiente foi a ampliação de sua agenda a partir da segunda metade dos anos 80. Além da proteção aos recursos naturais e do controle da poluição, difunde-se a análise de impactos de projetos e empreendimentos. Com isso, intensifica-se a inter-relação de confronto e até de colaboração entre governo e ecologistas, principalmente nas reuniões dos Consemas e nas audiências públicas sobre grandes projetos.

Por fim, a preparação e a realização da ECO-92 ajudaram a fortalecer os órgãos ambientais, geralmente com inserção política e orçamentária muito reduzidas no conjunto da máquina pública (Mac Dowell *et alli*, 1992). Além disso, esses órgãos

têm procurado consolidar suas ações e sua posição na arena pública com a formação de entidades paragovernamentais, como a Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente - Abema, que representa as secretarias estaduais de meio ambiente, e a Associação Nacional do Municípios pelo Meio Ambiente - Anama, reunindo as secretarias municipais.

No processo de multissetorialização da área de meio ambiente, ressalta-se também o papel do sócio-ambientalismo.

O sócio-ambientalismo compreende o amplo e fragmentado conjunto de entidades (também conhecidas como ONGs), ligadas ao movimento social ou mesmo a sindicatos que, a partir da segunda metade dos anos 80, incorporaram o tema ecológico em suas agendas. Exemplo dessas entidades são os movimentos dos atingidos por barragens; o movimento de defesa dos seringueiros e dos povos da floresta; movimentos e entidades de apoio a populações indígenas, como o Centro de Documentação Indígena - Cedi, ou de apoio a comunidades tradicionais, como o Instituto de Antropologia e Meio Ambiente - Iamá; o movimento dos trabalhadores rurais sem terra; associações de bairros, com enfoque na defesa da qualidade de vida, preocupando-se com a poluição, disposição e reutilização do lixo doméstico etc.; o movimento pacifista; o movimento em defesa do consumidor; e o movimento feminista (Landim, 1988; Viola, 1991).

O interesse em apresentar, ainda que rapidamente, o papel desses grupos justifica-se pela sua presença crescente na arena pública de meio ambiente.

E aqui cabe uma observação importante quanto ao uso da expressão ONG. O termo é atualmente muito utilizado para a denominação das entidades ambientalistas que, até a primeira metade dos anos 80, eram definidas e se autodefiniam como "grupos ecológicos", "entidades do movimento ecológico" ou mesmo como "grupos ativistas de defesa do meio ambiente", assim como "entidades ambientalistas".

Entretanto, a expressão "organização não-governamental" define um conjunto de entidades muito maior que apenas as que atuam com a área ambiental. O termo já aparece em documentos da Organização das Nações Unidas no final da década dos 40, e se refere a um universo amplo de instituições cujo único elemento em comum é não pertencerem à esfera de governo (Bombarolo, 1993). Nas últimas décadas, as ONGs têm se expandido em todo o mundo, inclusive na América Latina e, particularmente, no Brasil.

Além de sua posição externa à dinâmica governamental, as ONGs têm algumas características comuns: sua finalidade última não é o lucro; seus programas e atividades dirigem-se para beneficiar pessoas ou grupos (que não sejam seus membros), geralmente dos setores populares ou marginais da economia; além da satisfação de determinadas necessidades (saúde, educação, moradia etc.), seus programas visam também a promoção de valores e atitudes que tendam para a busca de uma mudança na sociedade, baseada em critérios de justiça social, democracia, participação e solidariedade, ao mesmo tempo que operam com uma visão crítica da realidade (Bombarolo, 1993).

A capacidade financeira das ONGs advém principalmente da cooperação internacional, por meio de doações ou convênios para desenvolvimento de projetos, realizados com ONGs de direitos humanos ou voltadas para o desenvolvimento comunitário ou mesmo com setores de diversas igrejas (Fernandes e Carneiro, 1992; de Souza, 1991).

A partir de 1985, os organismos multilaterais, especialmente o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD passaram a reconhecer a contribuição das ONGs no desenvolvimento nacional, particularmente nos países do Terceiro Mundo (O'Brien, 1991).

No Brasil, a maioria das ONGs surgiu entre os anos 60 e 80, caracterizando-se por uma existência quase clandestina, ligadas aos movimentos sociais de base, às Igrejas, aos movimentos sindicais e populares (Souza, 1991), executando projetos de assessoria a grupos sociais "pobres e reprimidos" (muitas vezes organizando-os), sobretudo nas áreas de educação, saúde, habitação e conscientização de base. Desse modo, têm em sua formação um caráter de oposição ao Estado autoritário e críticas à lógica de mercado, com grande afinidade ideológica de esquerda (Fernandes e Carneiro, 1991), como a maioria das entidades referidas anteriormente.

A maioria dessas organizações incorporaram a questão ambiental (sócio-ambientalismo) na segunda metade da década dos 80, mas continuam até hoje diferenciando-se do movimento ecológico, criticado por ser um "movimento de classe média" ou por não contestar a ordem econômica e política. Ao mesmo tempo,

as entidades ambientalistas passaram a ser denominadas de ONGs (no início pela imprensa e depois pelas agências governamentais), principalmente pela estruturação de associações e fundações com perfil profissional, como a SOS Mata Atlântica, a Funatura, entre outras.

No final dos anos 80, o Instituto de Estudos de Religião - Iser realizou uma pesquisa em todo o País, da qual computou a existência de 1.010 ONGs, entre aquelas que estão a serviço do movimento popular, as que tratam de temas relacionados à mulher, as do movimento negro e aquelas cujo tema é a ecologia (Landim, 1988).

A ECO-92 aproxima as ONGs ligadas ao movimento social e ONGs do movimento ecológico.

Entretanto, essa aproximação ainda não se efetivou completamente. Em 1991, realizou-se no Rio de Janeiro, o 1º Encontro Internacional de ONGs e Agências do Sistema da ONU, a fim de discutir estratégias de desenvolvimento e financiamento de projetos. A coordenação e organização esteve a cargo de nove ONGs brasileiras: Cedac, Cedi, Cese, Centro Luís Freire, Fase, Ibase, Idac, Iser e Nova (Fernandes e Carneiro, 1991). É interessante notar que, apesar da emergência da questão ambiental e o fato de o evento realizar-se às vésperas da ECO-92, não havia nenhuma ONG ambientalista no grupo organizador. Isso denota que mesmo havendo maior articulação entre ambos os tipos de entidades, as organizações ligadas ao movimento social ainda resistem ao trabalho conjunto com ambientalistas; e essas, apesar da crescente profissionalização, da expansão de

seus contatos com organizações estrangeiras, da legitimidade nos foros públicos de meio ambiente, ainda não consolidaram seu discurso nem sua atuação no enfrentamento conjunto da questão ambiental com a social.

5 - O MOVIMENTO PELA PRESERVAÇÃO DA JURÉIA: ESTUDO DE CASO

Este capítulo irá descrever a formação e a dinâmica do movimento em torno da preservação da região da Juréia e da entidade surgida dessa luta: a Associação em Defesa da Juréia. Para tanto, haverá uma apresentação geral da região, mostrando seus aspectos físicos e ecológicos, sua importância e as ameaças à sua preservação.

Em seguida, será relatado um histórico dos conflitos na área, que irá construir o cenário de surgimento de um movimento organizado, com a montagem de uma rede de pessoas e entidades em torno da questão, que resulta na criação da entidade. Ao mesmo tempo, uma rede ambientalista mais ampla está sendo formada no Estado de São Paulo. Assim, para a compreensão da dinâmica da luta, centrada na Associação em Defesa da Juréia, é preciso observar as suas articulações com outras ONGs, com a imprensa, políticos, técnicos do governo federal e estadual e com o Ministério Público.

Procurando uma compartimentação temporal do objeto de estudo, é possível observar três fases distintas. São elas:

- formação e legitimação do movimento pela preservação da Juréia; criação de uma rede em torno da Juréia e de outra mais ampla, a do movimento ambientalista em São Paulo;
- institucionalização do movimento através da organização da Associação em Defesa da Juréia (período de consolidação da rede ambientalista em São Paulo);

- declínio e "esgarçamento" da rede em torno da Juréia: a instituição começa a ficar "pesada" para os seus membros; há perda de legitimidade; problemas intra-organizacionais (desde financeiros até políticos). Situação acompanhada de um certo desligamento da rede mais ampla e surgimento de novos focos de ação dos ambientalistas, como a preparação e realização da ECO-92.

5.1 - O QUE É A JURÉIA¹⁴

Uma das mais importantes reservas ecológicas do planeta situa-se na região mais urbanizada do Brasil, a região Sudeste. São 79 mil hectares que formam a Estação Ecológica de Juréia - Itatins, resultado de grande mobilização do movimento ecológico para preservar uma das últimas regiões praticamente intocadas da costa, localizando-se no litoral sul do Estado de São Paulo.

Além de conter grande parte do remanescente de mata atlântica que originalmente cobria quase toda a costa, a região apresenta ecossistemas importantes, como mangues, restingas (planícies de praias) e campos de altitude, conferindo-lhe uma diversidade paisagística e de fauna e flora raramente encontrada, e com importância científica conhecida mundialmente.

Ao lado de sua importância ambiental, e graças ao seu isolamento, a Juréia também se destaca arqueologicamente por guardar marcos de civilizações pré-cabralinas; historicamente,

(14) A descrição dos aspectos físico-ecológicos, históricos e culturais sobre a região da Juréia, foi baseada em apostilas, folhetos e material didático pertencente aos bancos de dados da Associação em Defesa da Juréia.

por ter tido caminhos abertos por Martim Afonso de Souza e nela terem sido instalados postes telegráficos da Guerra do Paraguai; antropologicamente, pela existência de comunidades tradicionais de caiçaras, cuja cultura sobrevive; estrategicamente, por ser uma das últimas barreiras à rodovia BR-101, com conseqüente especulação imobiliária do litoral paulista; e politicamente sua importância esteve sempre presente, seja como bandeira contra o programa nuclear brasileiro, seja como símbolo dos movimentos ecologistas mais recentes.

5.1.1 - A Terra

Juréia significa em tupi-guarani "ponta saliente". É o nome do enorme maciço rochoso que avança sobre o mar e que também nomeia a região onde este se encontra.

Situada a 200 km da capital, entre os municípios de Peruíbe e Iguape (na faixa litorânea) e os de Miracatu e Itariri (pelo interior), a área é protegida pela serra dos Itatins.

É uma região de difícil acesso. Porém, sua proximidade da capital do estado representou por vezes ameaça, por vezes oportunidade de preservar a área. Ameaça ao atrair a cobiça da especulação imobiliária, projetos de estradas e até mesmo o interesse das Empresas Nucleares Brasileiras S.A. - Nuclebrás, do Ministério das Minas e Energia, em ali instalar usinas nucleares. Oportunidade por ser um "objeto de luta acessível" à militância ecologista paulistana, trazendo facilidades nas

mobilizações, denúncias e ações, e propiciando a sensibilização da opinião pública, pois a Juréia não era um paraíso distante e em perigo como a Amazônia ou o Pantanal, mas uma "ilha" preservada próxima à capital, tangível e até visitável.

Porta litorânea do Vale do Ribeira, a Juréia encontra-se em uma das regiões menos desenvolvidas do Estado de São Paulo. Uma série de fatores combinados como a pobreza de seus solos, sem vocação agrícola; a topografia extremamente acidentada, gerando dificuldade de acesso; e a baixa densidade populacional manteve no Vale do Ribeira extensas áreas preservadas. Além disso, a região chegou aos anos 80 contando ainda com terras devolutas¹⁵ e grandes conflitos fundiários. Essa realidade atípica no Estado de São Paulo propiciou a criação de várias unidades de conservação pelo governo estadual e até pelo federal no Vale do Ribeira, entre elas a Estação Ecológica de Juréia-Itatins.

Sobre a localização da Juréia convém também ressaltar sua importância estratégica na preservação dos ecossistemas remanescentes do litoral brasileiro.

O processo de ocupação da costa, durante estes 400 anos, foi destruindo, desmatando e aterrando restingas, mata atlântica, mangues, com as suas respectivas floras e faunas. Nos últimos 20 anos, esse processo intensificou-se não só pela descontrolada urbanização, mas especialmente pelo avanço da

(15) Segundo a definição de Almeida (1990, p.94), "... a terra devoluta, em síntese, constitui patrimônio imobiliário público, espécie de bens dominiais, ainda não incorporados ou arrecadados, dependentes, portanto, de ação discriminatória, e que não foram transferidos para o domínio particular, quer por processo de usucapião, quer por processo de regularização administrativa de posse."

especulação imobiliária de veraneio que, além de comprometer o meio físico, tem expulsado comunidades tradicionais remanescentes de caiçaras, pescadores e índios. Um dos facilitadores da especulação imobiliária foi a extensão da rodovia BR-101, margeando quase todo o litoral. Nesse sentido, um caso exemplar é a estrada Rio-Santos, construída na década dos 70, trazendo diversos dos problemas referidos.¹⁶

Uma das poucas regiões que escapou desse processo é a região estuarina-lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, faixa de 200 km do litoral sul de São Paulo ao litoral norte do Paraná. Essa região constitui-se em verdadeiro "berçário" onde diversas espécies de peixes vem desovar, com uma profusão enorme de fauna e flora em seus mangues, lagunas e praias ainda selvagens, além das comunidades tradicionais que ali vivem. A porta de entrada dessa região é a Juréia, pois o trecho da BR-101 em São Paulo chega somente até Peruíbe e, devido à barreira natural da serra dos Itatins e do maciço da Juréia, essa via é obrigada a se desviar até o encontro com a BR-116 (caminho pelo interior). A estrada pelo litoral só volta a se estender a partir de Paranaguá, no Paraná. Assim todos os projetos que possam comprometer a Juréia ameaçam, por conseguinte, essa outra região também conhecida como Lagamar.

(16) Raramente as famílias das comunidades tradicionais tinham o título de propriedade, mas estavam ali há gerações, tendo a posse da terra. As imobiliárias muitas vezes com o título legal de propriedade nas mãos, tentavam fazer acordos com os caiçaras, que por desconhecimento vendiam suas posses por somas irrisórias. Outras vezes, essas empresas "contratavam" o morador para "tomar conta do lugar", em troca de salário mínimo ou menos. Ao fim de um ano, o caiçara que sempre viveu ali, não poderia reivindicar na justiça a sua posse, pois havia um vínculo empregatício que anulava o seu direito. Também eram utilizadas a expulsão e as grilagens envolvendo mortes etc., ilustradas no caso de Trindade, entre Parati e Ubatuba e o caso dos índios Guaranis em Bertioça. Sobre esse assunto ver Siqueira (1986; 1989) e relatórios do Grupo da Terra (São Paulo, 1986; 1987).

A importância natural da Juréia deve-se à existência de quatro ecossistemas¹⁷ perfeitamente conservados: a mata atlântica, os manguezais, a restinga (vegetação arbórea de praia) e os campos de altitude, possuindo cada um deles suas próprias espécies animais e vegetais. Além disso, a topografia local revela um conjunto de grandes contrastes, completada por cerca de 50 km de praias.

Como contraponto à enorme barreira rochosa da serra dos Itatins, que circunda a região, aparece o principal ponto de referência: o maciço da Juréia. Antiga ilha oceânica, esse enorme bloco de pedra de 869 metros de altura (altitude da Avenida Paulista, em São Paulo) foi incorporado ao continente devido ao longo trabalho de deposição da areia, obtida pela erosão das rochas, causada pela ação do mar e dos rios e associada às regressões e transgressões marinhas. Por suas encostas, cobertas de mata atlântica, escorrem inúmeros fios d'água, formando cachoeiras e alimentando os dois principais rios da região: o pequeno rio Verde de águas transparentes e o serpenteado rio Una de águas escuras.¹⁸ É a ampla planície do rio Una que separa o maciço da Juréia da serra dos Itatins, a qual chega a alcançar 1.200 metros de altitude, em seus picos e contrafortes.

(17) Segundo Odum (1988, p. 9), ecossistema é "qualquer unidade que abranja todos os organismos que funcionam em conjunto (a comunidade biótica) numa dada área, interagindo com o ambiente físico de tal forma que um fluxo de energia produza estruturas bióticas claramente definidas e uma ciclagem de materiais entre as partes vivas e não vivas".

(18) Una já significa, em tupi-guarani, preto, escuro. É um nome muito comum na hidrografia brasileira, trazendo por vezes algumas confusões. Um exemplo é o rio Una, localizado no litoral norte de São Paulo (no município de São Sebastião), com respectivas praia e barra do Una, próximos aliás de uma outra praia chamada Juréia.

A floresta tropical atlântica que cobre grande parte da região é comparável à da Amazônia em sua exuberância e diversidade. Com um dossel que chega a atingir aproximadamente 18 metros de altura, essa floresta também abriga árvores menores - de 5 a 8 metros - palmeiras, como o palmito, e uma abundância de bromélias e orquídeas recobrando os ramos das árvores.

Já no maciço da Juréia, a fisionomia da mata varia em relação à altitude: quanto maior a declividade, menor a espessura do solo, acarretando o aparecimento de árvores menores. No topo do maciço, encontram-se campos de altitude (uma formação bastante rara no litoral brasileiro), caracterizados pelo predomínio de vegetação rasteira e poucas árvores.

Nos estuários dos rios Una do Prelado e Verde, onde o encontro das águas doce e salgada possibilita a deposição de sedimentos, ocorre a formação de manguezais. Neles, a influência das marés pode avançar quilômetros pelo interior. Nas praias é encontrada uma vegetação extremamente resistente à salinidade e à pobreza do solo, tentando se prender às dunas. À medida em que se afasta do mar, vão aparecendo formações arbustivas, de maior porte, constituindo a mata de Jundu.

Essa rara diversidade de ambientes naturais é acompanhada pela presença de várias espécies de animais, algumas ameaçadas de extinção. Entre os mamíferos, destacam-se o mono-carvoeiro (o maior macaco das Américas), a onça pintada, a jaguatirica, a anta e a lontra. Na Juréia também se encontram aves que já se tornaram raríssimas em outras regiões, como o papagaio-chauá, o

papagaio-de-cauda-vermelha e o macuco. Assim como na região do Lagamar, os mangues da Juréia desempenham importante papel no equilíbrio ecológico marinho, constituindo verdadeiro berço de espécies de peixe como a tainha, o robalo e a parati, que nele vem desovar.

5.1.2 - O Homem

O isolamento da região pelas suas próprias barreiras naturais garantiu não somente a preservação dos seus ecossistemas, mas também das pegadas dos homens que ali passaram e dos que ainda passam.

Os sambaquis¹⁹ encontrados na Juréia atestam a presença de comunidades seminômades muito antes do descobrimento do Brasil. Depois vieram os índios carijós, seguidos pelos portugueses. Uma das primeiras trilhas feitas na recente colônia passava pela região. Aberto a mando de Martim Afonso de Souza, o caminho ligava São Vicente, sede da Capitânia Hereditária, à Cananéia. É, ao longo dessa trilha, que mais tarde, em 1865, foi construída uma linha de telégrafo a fim de estabelecer a comunicação entre a cidade do Rio de Janeiro e o Sul do País, que se encontrava em plena Guerra do Paraguai. Apesar do tempo, postes de ferro ainda são encontrados, testemunhando o Caminho do Imperador, por onde passava também o Correio Del Rei.

(19) Sambaquis são depósitos de calcário, formados através do tempo pelo acúmulo de conchas, restos de peixes, fragmentos de cerâmicas, e revelam os hábitos de civilizações litorâneas pré-cabralinas. São uma espécie de "lixões" de comunidades indígenas, com imenso valor antropológico. Infelizmente, restaram poucos sambaquis devido à urbanização da costa e/ou à exploração desses sítios arqueológicos por empresas de extração de calcário.

A presença dos portugueses na região está ligada ao desenvolvimento do município de Iguape (antiga Vila de Nossa Senhora das Neves) que, a partir do século 17, se tornou um porto de significativa importância, sendo o principal escoadouro de ouro e, posteriormente, da produção agrícola do Vale do Ribeira. No século seguinte, com o ciclo do arroz, surgiram na Juréia algumas fazendas com mão-de-obra escrava. A produção era transportada em lombo de mula para Iguape, de onde era distribuída aos centros consumidores. Com a desativação gradual desse porto²⁰ e a abolição da escravidão, essas fazendas foram sendo abandonadas, delas restando ainda hoje apenas algumas ruínas cobertas pela mata.

As comunidades caiçaras que permaneceram na região viveram da pesca e da cultura de subsistência ao longo dos séculos, e mantinham contato apenas com as cidades de Peruíbe e Iguape. Esse isolamento garantiu a manutenção de práticas e costumes por gerações, daí serem também conhecidas como "comunidades tradicionais". Dessas práticas, destaca-se o uso medicinal de plantas nativas, tema de estudos recentes de farmacologia e botânica (Born, 1989). Das histórias e lendas, as mais conhecidas são a da Mãe de Fogo - uma bola de fogo que de tempos em tempos atravessa os céus da região - e o culto ao Bom Jesus de Iguape. Segundo se conta, a imagem "milagrosa" desse santo teria sido achada em uma das praias da Juréia e transportada até Iguape, tornando-se até hoje atração de

(20) A desativação do porto, e o conseqüente declínio econômico da cidade de Iguape, foi causada por um grave acidente ambiental. A fim de encurtar o caminho dos navios que desciam o rio Ribeira do Iguape até o porto, foi aberto um canal, "a braço de escravos", entre o rio e o mar. Com o passar do tempo, a obra causou o assoreamento da entrada do porto, inviabilizando a passagem de navios de grande calado.

romarias de toda a região sul do estado. Todo ano ainda são realizadas procissões em sua homenagem entre Peruíbe e Iguape, atravessando as praias da Juréia.

A situação fundiária da maior parte das famílias que ainda vivem na região sempre foi muito complicada, pois quase nenhuma tem o título de propriedade da terra e quando muito, apenas a sua posse. O isolamento natural não impediu o interesse pela propriedade das terras da região. Assim como em todo o Vale do Ribeira, observa-se na Juréia, desde o início deste século, sérios conflitos fundiários, causados pela grilagem, polititulação de terras, a existência de terras devolutas e até problemas na demarcação de terras indígenas.²¹

Esses conflitos fundiários foram acirrados a partir dos anos 70, com a pressão de firmas madeireiras e agropastoris, e de imobiliárias na faixa litorânea. Diante dessas ameaças à preservação da área, no final dessa década, o maciço da Juréia foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - Condephaat e a Secretaria Especial do Meio Ambiente - Sema, do governo federal, criou a Estação Ecológica da Juréia, no entorno do maciço. Com a vinda da Nuclebrás, em 1980, que permaneceu cinco anos em uma porção significativa da Juréia,²² e com a criação pelo governo estadual, em 1986, da Estação

(21) Ver Teleginski (1986). Nesse documento o autor faz um levantamento de irregularidades e falsificações no Registro de Imóveis de Iguape, do início deste século, que alteram as escrituras de sesmarias dos anos de 1782 a 1786.

(22) A área ocupada pela Nuclebrás era de aproximadamente 24 mil hectares na faixa litorânea entre a barra do rio Una e a praia da Juréia. Compreendia, assim, o maciço da Juréia e toda a região circundada pelo rio Una.

Ecológica de Juréia-Itatins - EEJI, a situação dos moradores ficou ainda mais confusa.

Segundo o Relatório da Viagem de Reconhecimento da Estação Ecológica da Juréia sob Controle da Nuclebrás, realizado pelo Grupo da Terra (São Paulo, 1985),²³ em outubro de 1985, em toda a faixa litorânea sob administração dessa estatal, os moradores já haviam perdido suas posses para grandes proprietários ou especuladores. No entanto, os conflitos fundiários que ainda existiam foram "solucionados" através de uma "limpeza" que a empresa realizou na área, expulsando parte dos posseiros e contratando alguns como "vigias". Outro levantamento do Grupo da Terra (São Paulo, 1986) relaciona conflitos em outras áreas, revelando a violência dos processos. Um exemplo é o da localidade de Utinga Grande (ou Itinguçu) que apresentava oito ações de usucapião especial com posse já justificada, sete ações de integração de posse contestadas, três mortes de posseiros e oito mortes de jagunços.

Segundo esse mesmo levantamento, nos aproximadamente 80 mil hectares da EEJI viviam aproximadamente 350 famílias, formando cerca de 21 comunidades que ocupavam cerca de 10% da área total da Estação. Dessas comunidades, algumas localizavam-se na região mais central da Juréia, como os moradores da praia do rio Verde, do Una, cachoeira do Guilherme, Juquiá, Juquiazinho, Parnapua e Arpoador; e outras, nas regiões de

(23) A Equipe de Resolução de Conflitos de Terras, conhecida como Grupo da Terra, era ligada, até 1986, à Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista - Sudelpa, vinculada à Secretaria do Interior, tendo depois passado para a Secretaria de Assuntos Fundiários. Esse grupo, formado durante o Governo Montoro, contava com alguns militantes do movimento ecológico e ex-integrantes do movimento em defesa dos caiçaras de Trindade, no litoral norte de São Paulo. Seu papel foi importantíssimo, não apenas na criação da EEJI, como também na formação da Pró-Juréia.

Aguapeú, Despraiado, Itinguçu, Barro Branco, Tocaia e Perequê, mais próximas de Peruíbe ou de Iguape, embora o acesso a elas fosse bastante complicado.

Além dos moradores, dos sucessivos ou concomitantes vigias (de proprietários particulares, da Nuclebrás, da Sema, e da SMA), outros tipos de homens deixaram as suas marcas na região da Juréia: fotógrafos, excursionistas, pesquisadores, ecologistas e técnicos do governo.

A beleza e a situação quase intacta da região sempre atraiu amantes da natureza em geral e até alguns estudiosos desbravadores.²⁴ Contudo, a partir da criação da Estação Ecológica da Sema, com a instalação de laboratório de pesquisas e alojamento,²⁵ estudantes e pesquisadores passaram a freqüentar a região. Entre 1979 e 1985, diversos projetos de pesquisa foram desenvolvidos na área, apesar das dificuldades burocrático-militares que a Nuclebrás havia imposto desde sua instalação ao acesso à Juréia. Fotógrafos, jornalistas e ecologistas eram mais raros, mas, a partir de 1985, além de serem mais constantes, passaram a ter papel fundamental na preservação da área.

(24) Um exemplo é a antropóloga Ilda Bruck Lacerda, que nos anos 50 passou pela região estudando os índios guaranis. A esse respeito ver seu artigo na Revista do Instituto Geológico, São Paulo, v.3, n.12, p.236-239, jul/dez. 1954.

(25) Através de convênio com a Wild World Foundation - WWF, a Secretaria Especial do Meio Ambiente instalou um laboratório para pesquisas de fauna e flora e um alojamento para até 16 pessoas. As instalações localizam-se às margens do rio Verde, nas encostas do maciço da Juréia e distante aproximadamente 3 km da praia do rio Verde.

5.1.3 - A Luta

A preocupação com a preservação da Juréia iniciou-se na década dos 70 devido à ameaça de abertura de estradas e conseqüente especulação imobiliária na região.

Dentre os vários projetos imobiliários, destacava-se um loteamento, já aprovado pela Prefeitura de Iguape, que consistia na construção de um condomínio vertical de alto luxo para 70 mil pessoas, na praia do rio Verde, no sopé do maciço da Juréia. O projeto, desenvolvido pela Construtora Gomes de Almeida Fernandes, e de autoria do arquiteto Jorge Wilhelm, previa a construção de marinas, heliportos e reuniria uma população maior que as das cidades de Peruíbe e Iguape juntas em uma praia de apenas 7 km. O acesso à região seria viabilizado pela continuação da estrada BR-101, complementando o trecho inexistente entre Peruíbe e a baía de Paranaguá, no Paraná.

A reação a esses projetos foi iniciado pelo ecologista e então vereador de Itanhaém, Ernesto Zwarg, o qual liderou um movimento que obteve, em 1977, o tombamento do maciço da Juréia pelo Condephaat. A vitória foi apenas parcial, pois não impedia a construção do referido loteamento na praia do rio Verde. Esse projeto, por ironia à causa ambientalista, tornar-se-ia ainda mais valorizado por localizar-se junto à área tombada.

A mobilização de Zwarg pela preservação da área continuou, chamando a população, fazendo denúncias à imprensa e escrevendo a autoridades dos governos federal e estadual. Essas ações

foram realizadas em um contexto bastante adverso de censura aos meios de comunicação e autoritarismo. Apesar das dificuldades, Zwarg conseguiu sensibilizar o governo federal. No início de 1978, ele realizou um vôo de helicóptero sobre a região com o então Secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, que, surpreso com a exuberância do local e preocupado ante as ameaças, criou a Estação Ecológica da Juréia. No ano seguinte, a Sema obteve, através de um Contrato de Comodato assinado com os proprietários da região, o direito de instalar uma Estação Ecológica de 1.100 hectares do maciço da Juréia. No entanto, tal contrato previa a não-interferência do órgão federal na futura implantação do condomínio, que ocuparia toda a baixada lateral ao maciço (na praia do rio Verde), o que, sem dúvida, prejudicaria qualquer trabalho científico a ser feito.

Porém, em 1980, antes mesmo da consolidação da Estação Ecológica da Juréia, a Nuclebrás escolheu a região para implantar quatro usinas nucleares, previstas no controvertido Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Constituindo mais uma ironia à causa ambientalista, foi a permanência burocrático-militar dessa empresa na área que garantiu a preservação da Juréia, impedindo a instalação do condomínio.

A razão principal da escolha dessa região para implantação do programa nuclear era a sua incipiente ocupação humana. Aliada a esses fatores, a localização da Juréia era privilegiada para a instalação de usinas: ficava entre dois grandes centros consumidores de energia, São Paulo e Curitiba, com uma distância aproximada de apenas 200 km de cada um.

Desse modo, com o Decreto federal nº 84.771, de 4 de junho de 1980, foi "declarada de utilidade pública, para fins de construção de usina nuclear", uma área de 23.600 hectares, incluindo todo o maciço da Juréia e o Parnapua, além da extensa planície circundada pelo rio Una do Prelado, exatamente a faixa litorânea mais cobiçada pelos projetos de loteamento.

A Sema, que com esse ato perdeu sua base na região, voltou a adquirir o direito a instalar-se na Juréia devido à assinatura, pelo então Presidente da República João Figueiredo, do Decreto nº 84.973, de 29 de julho de 1980, que dispõe sobre a co-localização de usinas nucleares e estações ecológicas. O que poderia parecer uma contradição, fazia parte de uma estratégia militar de garantir o isolamento das usinas, com a criação de uma zona-tampão - a estação ecológica, onde, pela legislação vigente de Unidades de Conservação, era vedada a permanência de moradores. Dessa maneira, a Estação Ecológica federal da Juréia estendeu-se de 1.100 para 23.600 hectares.

A base da Estação Ecológica contava com laboratório e alojamento para pesquisadores, uma infra-estrutura rara nas Unidades de Conservação do Estado e do resto do País. Esse fato, aliado à integridade do seu ambiente natural e à proximidade com São Paulo, tornou a Juréia de grande importância para a comunidade científica. Aproximadamente 40 projetos de pesquisa foram desenvolvidos na área, envolvendo órgãos financiadores nacionais e internacionais. Para o funcionamento e manutenção das instalações da Estação Ecológica, a Sema contratou na própria região um pequeno número

de funcionários. A administração geral da Estação era de responsabilidade do escritório da Sema em São Paulo, sendo seu primeiro administrador o arquiteto José Pedro de Oliveira Costa, que viria a ser também o primeiro Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, no fim do Governo Montoro.

No período em que a Nuclebrás permaneceu na região, de 1980 a 1985, as ameaças da especulação imobiliária se congelaram. Ao mesmo tempo, apesar da abertura de algumas estradas, a empresa não chegou a concretizar nenhuma obra. Contudo, era exercido um pesado controle de acesso à região, inclusive sobre pesquisadores e moradores.

Nessa época, uma das poucas reações à situação da Juréia vinha do Movimento contra o Programa Nuclear Brasileiro (Branco, 1984). Sua atuação (centrada mais em São Paulo) era bastante limitada pelo regime militar ainda vigente no Governo Figueiredo, no qual a questão nuclear era assunto de segurança nacional e a censura tolhia a imprensa.

Em Peruíbe e Iguape, apesar da proximidade do local onde seriam instaladas as usinas, havia um grande desconhecimento até mesmo sobre o que significava a Nuclebrás. Além de alguns poucos muros pichados, uma das únicas vozes atuantes era a do persistente ecologista Ernesto Zwarg, que procurou mobilizar a população de Itanhaém, Peruíbe e Iguape com o resgate do antigo costume da procissão do Bom Jesus de Iguape, que passava pela região da Juréia. Com a restrição de acesso, imposta pela empresa, a procissão era barrada, criando-se conflitos nos quais a Nuclebrás era associada à imagem do demônio - "Satanás

que impedia a fé dos romeiros". Apesar da pequena e restrita repercussão do movimento, além de certa pieguice, foi uma das raras oportunidades de trabalho de conscientização de base na região.

Em 1985, houve mais uma reviravolta no destino da Juréia. Cinco anos após o governo federal ter decretado de utilidade pública a região, a Nuclebrás, que não instalou as usinas planejadas devido ao estrangulamento do Programa Nuclear brasileiro no início da Nova República, também não realizou a desapropriação das propriedades particulares existentes na área. Por esse motivo, a partir de 4 de junho de 1985, a empresa perdeu o direito de permanecer com a posse das terras. Em vista disso e da reformulação do Programa Nuclear brasileiro, toda a área anteriormente reservada voltou ao seu status jurídico anterior, retornando aos seus antigos proprietários.

Se até então a Juréia permaneceu preservada, seja pelas suas barreiras naturais, seja pela "proteção burocrático-militar" da Nuclebrás, a devolução das terras para os particulares (na sua maioria empresas com projetos imobiliários) significaria a rápida e irreversível ocupação e degradação da região.

A iminente saída da Nuclebrás e o conseqüente risco da especulação imobiliária foi o estopim da articulação de um grupo de certa maneira heterogêneo de pessoas, que irá formar, concreta e organizadamente, um movimento de defesa da região. E, a partir desse momento, a história da luta pela preservação

da região fundiu-se com a história do movimento e da organização estruturada para isso, a Pró-Juréia.

5.2 - AS MOVIMENTAÇÕES PELA PRESERVAÇÃO DA JURÉIA

5.2.1 - Primeira Fase (1985-1986)

A primeira fase das lutas em torno da preservação da Juréia foi marcada pela formação e legitimação de um movimento para a sua defesa através da constituição de uma rede de pessoas e grupos em torno dessa questão. Ao mesmo tempo, iniciava-se a articulação de uma outra rede mais ampla, em torno dos problemas ambientais do estado.

5.2.1.1 - O grupo de defesa da Juréia e o Movimento Pró-Juréia

A Associação em Defesa da Juréia, institucionalizada apenas em dezembro de 1986, foi formada a partir da união de dois grupos básicos: o Grupo de Defesa da Juréia e o Movimento Pró-Juréia. Esses grupos não eram instituídos oficialmente, com estatuto, regulamento ou registro como entidade. Assim, é preciso observar o início da articulação dessas pessoas e como a luta pela preservação da região irá consolidar-se em uma ONG.

Como foi mencionado anteriormente, desde a década dos 70 havia uma preocupação de como preservar aquela área. Contudo, apesar da atuação de alguns ecologistas - considerados na época "subversivos" por contestar empreendimentos como o da Nuclebrás, tidos como "questão de Segurança Nacional" -, não existia um movimento organizado, mas ações isoladas e esporádicas.

A partir de julho de 1985, com a saída iminente da Nuclebrás da região e o risco do retorno da especulação imobiliária, algumas pessoas, preocupadas com o destino da Juréia, começaram a se articular para a defesa da região. O autodenominado Grupo de Defesa da Juréia era formado por técnicos dos governos estadual e federal que atuavam na região,²⁶ cientistas e professores com trabalhos na Estação Ecológica, e fotógrafos que a conheciam bem. Apesar da atuação profissional de cada uma dessas pessoas, a sua participação era absolutamente voluntária, não havendo nenhum vínculo do Grupo de Defesa da Juréia com a universidade ou qualquer órgão governamental.

Na urgência da sua causa, o Grupo de Defesa da Juréia passou a mobilizar várias frentes de atuação. Iniciou pressionando o governo federal na busca de informações (no caso da Nuclebrás) e de propostas de solução da Sema. E, como não havia no governo estadual um órgão de competência estritamente ambiental,²⁷ o próprio Governador Franco Montoro foi contatado pessoalmente, sendo-lhe solicitada a criação de uma Unidade de Conservação de domínio paulista na área. O Grupo também procurou a imprensa e políticos, divulgando e denunciando a situação. A causa recebeu apoio do Deputado estadual Rubens

(26) Por parte do governo estadual, havia técnicos do Grupo da Terra, vinculado à Sudelpa, que trabalhavam com a resolução de conflitos fundiários e atuavam nas comunidades caiçaras da Juréia. Do lado federal, havia técnicos da Sema.

(27) Em 1985, no governo paulista, havia apenas a Cetesb, voltada para o controle da poluição, e o Conselho Estadual de meio Ambiente - Consema, criado para discutir as políticas ambientais do estado. A Secretaria do Meio Ambiente seria criada somente no ano seguinte.

Lara, que desenvolveu projeto de lei para a proteção da área, e a cobertura da imprensa²⁸ intensificou-se.

Com o objetivo de chamar a atenção do grande público para o problema, foi realizada uma Reunião Aberta, na Assembléia Legislativa de São Paulo, nos dias 16 e 17 de dezembro de 1986. Esse evento, que teve boa divulgação, consolidou e legitimou um documento enviado ao governador do estado, no qual eram solicitadas imediatas providências para transformar toda a região da Juréia e da vertente atlântica da serra dos Itatins em estação ecológica estadual.²⁹

Além de ter aumentado a pressão sobre o governo estadual para que tomasse alguma atitude a esse respeito e de ter o espaço ampliado na imprensa sobre o problema, a repercussão do evento trouxe outra consequência: a mobilização de um novo grupo de pessoas em torno da Juréia. Esse grupo, formado de pessoas que assistiram ao ato público realizado na Assembléia Legislativa, de pessoas que haviam se informado sobre o assunto pelos jornais, e de outras que conheciam a região através de excursões ou cursos (como é o caso de alguns estudantes de Geografia da Universidade de São Paulo - USP), e que não se agregaram ao Grupo de Defesa da Juréia. O próprio Grupo não estava preparado para recrutar e incorporar novos componentes,

(28) Merece destaca o trabalho realizado pelo jornalista Randau Marques, do Jornal da Tarde.

(29) A proposta original de estação ecológica incluía apenas a região da Juréia, circundada pelo rio Una. No entanto, nesse evento, por sugestão do então Secretário do Consema, José Pedro de Oliveira Costa, a vertente atlântica da serra dos Itatins e toda a planície do rio Una foram incluídas. Com isso, visava-se assegurar a integridade natural desse rio, alimentado basicamente pelo fluxo das marés, pelas águas que escorrem do maciço da Juréia de um lado, e pelas que descem do lado atlântico dos Itatins, do outro.

principalmente essas novas pessoas que, segundo se dizia, "apesar da boa vontade, mal conhecem a região".

De fato, a maior parte dessas pessoas nunca havia pisado na região e, além disso, possuíam perfis profissionais e faixas etárias bem diferentes, formando mais um "ajuntamento" que um grupo, certamente bastante heterogêneo. Contudo, o que passou a unir tais pessoas foi a sensibilização para o problema e a vontade de fazer algo para solucioná-lo. Desse ajuntamento faziam parte estudantes de várias áreas, profissionais diversos,³⁰ sem capacitação técnica em assuntos ambientais e muito menos ligação com os governos estadual ou federal.

As primeiras reuniões dessa "moçada", como eram chamados pelo Grupo de Defesa da Juréia, foram realizadas em janeiro de 1986, primeiramente na USP e depois no escritório de um dos participantes. Seu objetivo era envolver a imprensa e um público maior com a situação da Juréia, através da realização de eventos e a mobilização de mais pessoas. Ainda no mesmo mês, esse grupo, em contato com o Grupo de Defesa da Juréia, passou a organizar uma série de apresentações de um audiovisual sobre a região, produzido para o evento de dezembro. E, na hora de assinar o cartaz-manifesto para a divulgação das apresentações, surgiu o nome do novo grupo: Movimento Pró-Juréia.

Paralelamente às movimentações dos dois grupos - Grupo de Defesa da Juréia e o Movimento Pró-Juréia -, o Governador

(30) Esse novo grupo comportava um número variável de pessoas (estudantes de geografia da USP - os mais capacitados tecnicamente sobre o assunto -, estudantes de administração da Fundação Getúlio Vargas - FGV, uma artista plástica, um médico, um representante comercial e excursionistas, entre outros), que, por sua vez, chamavam amigos que foram se incorporando ao grupo inicial.

Franco Montoro,³¹ pressionado pela imprensa e pelos recentes eventos, criou a Estação Ecológica Juréia Itatins. Através do Decreto estadual nº 24.646, de 20 de janeiro de 1986, a região da Juréia e a serra dos Itatins, seu entorno, passaram a ser considerada oficialmente como mais uma unidade de conservação paulista, sobrepondo-se à Estação Ecológica federal que já existia desde 1980.

Esse novo fato gerou certa confusão na imprensa e na mobilização em torno da Juréia. Com o decreto, as ameaças sobre a região pareciam ter desaparecido e, doravante, o governo estadual iria protegê-la. Portanto, assim como a imprensa dava o caso como resolvido, o recém-formado Movimento Pró-Juréia achava que não tinha mais por que lutar.

Entretanto, é o Grupo de Defesa da Juréia (com componentes ligados ao governo estadual e federal e assim familiarizados com os caminhos burocrático-legais) que alerta para a fragilidade daquele decreto. Apenas a criação da EEJI não resolveria os problemas, caso não fosse acompanhada de outro decreto que tornasse a área de "utilidade pública para fins de desapropriação". E isso constituía um processo muito complicado dentro do governo estadual, pois era preciso haver um levantamento dos proprietários e dos valores das terras, a possibilidade de pagamento por parte da administração pública etc., envolvendo a Secretarias da Justiça, do Planejamento, da Fazenda, além de negociações com a Nuclebrás, com o governo

(31) Além da criação da EEJI, o Governo Montoro deu grande destaque à política ambiental, como o tombamento da serra do Mar pelo Condephaat, em 1985, o convênio com o governo do Paraná para a proteção da região estuarino-lagunar de Cananéia e Paranaquá, em 1986 (assinado na mesma solenidade do decreto da EEJI), e a criação da SMA (ainda que extraordinária), em 1986.

federal e proprietários particulares. Desse modo, apesar de criada a estação ecológica, nem a desapropriação e muito menos a fiscalização estavam garantidas, propiciando o livre agir da especulação imobiliária.

Com isso, a estratégia de ação dos dois grupos passou a ser a conscientização da imprensa e da opinião pública de que a região não estava "salva". Isso tornava o trabalho ainda mais complicado, pois, se até aquele momento já era difícil divulgar a própria existência da Juréia ("Quem é a Juréia?", perguntavam), a explicação do entrave político-legal passou a ser uma tarefa quase insana.

Diante desses desafios, o Movimento Pró-Juréia, com a colaboração de membros do Grupo de Defesa da Juréia, manteve a programação de exposições do audiovisual sobre a região, definida para fevereiro e março de 1986.³²

Esses eventos, ainda que em proporções menores que a Reunião Aberta de dezembro, alcançaram boa divulgação na imprensa e mantinham o tema da Juréia em discussão. Além disso, após as apresentações, ocorriam debates com o público, que variava entre 80 e 200 pessoas, então convidado a incorporar-se ao Movimento, participando de suas reuniões - realizadas às quintas-feiras - e discutindo estratégias de atuação.

Com isso, ao lado da divulgação, o segundo grupo de pessoas em torno da Juréia começou a se estruturar com um número maior de participantes que, apesar de sua

(32) Foram realizadas cinco apresentações semanais, sempre às terças-feiras, no auditório da então Secretaria do Interior, cedido gratuitamente para o Movimento Pró-Juréia.

heterogeneidade e desconhecimento real da região (só a conheciam pelo audiovisual), tinham grande capacidade de mobilização, demonstrada pela frequência com que participavam das reuniões (com até 20 pessoas), pela vinda contínua de pessoas novas, pela procura de colaboradores, articulação de novas formas de divulgação sobre a Juréia, entre outros.

Desse modo, a partir dos eventos de fevereiro e março, a luta em torno da preservação da Juréia foi marcada pela existência de dois grupos bastante distintos: o Grupo de Defesa da Juréia e o Movimento Pró-Juréia.

O primeiro, com poucas pessoas e perfil técnico, era formado por arquitetos, biólogos e engenheiros florestais, que trabalhavam direta ou indiretamente com a região. Atuando desde julho de 1985, esse grupo norteava-se pela pressão direta sobre órgãos governamentais ligados à Juréia (procura de informações, cobrança de atitudes), reuniões técnicas de diagnóstico sobre a situação política, jurídica, de responsabilidade institucional e até sobre a integridade ecológica da região e suas ameaças, contato com a imprensa para divulgação e sensibilização da opinião pública.

Já o Movimento Pró-Juréia, devido ao seu perfil ocupacional heterogêneo, sem vinculações de estudo ou trabalho com a Juréia, desejava "fazer alguma coisa pelo meio ambiente". Vários dos seus componentes já haviam atuado em partidos políticos, política estudantil ou mesmo em outros grupos ecológicos, e a Juréia constituía uma causa real e palpável de luta e conscientização da questão ecológica. Com isso, as ações

do Movimento Pró-Juréia voltavam-se para a divulgação e a mobilização de pessoas em torno do problema ambiental da região.

Não havia rivalidade entre os dois grupos, ao contrário, procuravam trabalhar conjuntamente. Mas, faziam questão de manter seus diferentes perfis, com dinâmicas, reuniões e estratégias separadas. Contudo, havia certa desconsideração do primeiro grupo ("os que conheciam ou trabalhavam com a Juréia") em relação à capacidade de ação do segundo, a chamada "moçada".³³

Por outro lado, o Grupo de Defesa da Juréia já era conhecido pela imprensa, pelos políticos e era considerado o interlocutor da Juréia pelas agências governamentais.³⁴ Assim, o Movimento Pró-Juréia, ao lado de suas atividades de divulgação, passou a contatar um número maior de entidades já envolvidas com o assunto, a fim de receber apoio e legitimar sua atuação.

Primeiro, o Movimento Pró-Juréia entrou em contato com políticos, visitando-os e reunindo-se com deputados estaduais para buscar apoio à aprovação do projeto de lei, ainda não votado, de criação da EEJI. Procurou também apoio da Assembléia Legislativa para pressionar o governo estadual no sentido de efetivar a criação da Estação Ecológica.

(33) O termo não exprimia a realidade no sentido de o grupo ser formado por jovens, uma vez que além de estudantes, havia membros de diversas idades, inclusive dois com mais de 45 anos.

(34) Escritórios da Sema e da Nuclebrás em São Paulo, e Sudelpa.

Na seqüência, o Pró-Juréia contatou o secretário executivo do Consema, na época o arquiteto José Pedro de Oliveira Costa, o promotor Édis Milaré, então chefe da Curadoria do Meio Ambiente do Ministério Público de São Paulo, e também técnicos da Sudelpa (que trabalhavam na região), para, de posse de certa quantidade de informações, discutir as estratégias de atuação.

O Movimento Pró-Juréia também procurou o apoio de outros grupos ecológicos, como a Oikos, o Centro de Estudos para a Conservação da Natureza - Ceacon, e o Grupo Seiva, entre outros.

Esses últimos contatos propiciaram, além da troca de experiências, grande sinergia de atuação, com articulações e eventos conjuntos em torno da questão da Juréia e de outras causas.

Nesse processo, o Pró-Juréia participa de algumas reuniões da Assembléia Permanente de Defesa das Entidades de Meio Ambiente - Apedema. Essa "assembléia" procurava ser uma espécie de "central Única" do movimento ecológico paulista, discutindo estratégias e diretrizes comuns. Entretanto, as reuniões eram muito confusas e burocráticas, com poucos resultados práticos.

Outra conexão estabelecida foi entre a Pró-Juréia e a imprensa. Além da divulgação, em jornais e rádios, dos eventos do grupo, a Pró-Juréia procurava aproximar-se dos jornalistas especializados em meio ambiente, a fim de despertar o interesse e "cavar" notícias sobre a região. Apesar de a maioria dos jornalistas já saber "o que" e não "quem era" a Juréia, grande

parte da imprensa acreditava que as ameaças à região já haviam desaparecido com o decreto assinado pelo Governador Montoro no início daquele ano. Assim, para se atingir a opinião pública, era preciso quase que convencer a imprensa de que o assunto era extremamente importante e precisava continuar a ser divulgado.

Além dos contatos com políticos, técnicos governamentais, Ministério Público, outros grupos ecológicos e a imprensa, o Movimento Pró-Juréia também procurou as empresas privadas para patrocinarem os eventos e a produção de material de divulgação, como botons, cartazes e camisetas. Com a venda desses materiais, o grupo conseguiu, além de propaganda da causa, certa receita mínima para transporte, produção de folhetos etc. Nessa época, as reuniões continuavam sendo feitas no escritório de um dos componentes do grupo, não havendo ainda despesas com sede ou funcionários.

5.2.1.2 - Formação da Rede Ambientalista em São Paulo

Todas as articulações do Movimento Pró-Juréia e do Grupo de Defesa da Juréia desenvolveram-se em um contexto de expansão da questão ambiental em São Paulo: ampliação do movimento ecológico; lançamento de candidaturas verdes; propagação do tema na mídia; e fortalecimento das agências governamentais voltadas ao meio ambiente e do Ministério Público. Dessa maneira, foi-se formando uma rede de pessoas e entidades em prol da causa ambientalista.

O ano de 1986 foi marcado por diversas campanhas, organizadas por entidades ou grupos ecológicos de diversos

matizes ideológicos e objetos de luta. Havia as tradicionais e "apolíticas" entidades de proteção aos animais (União Internacional de Proteção aos Animais, União de Defesa das Baleias, e Grupo Seiva, entre outros), com suas campanhas pelas baleias, pelos botos tucuxi e cor-de-rosa, ou mesmo contra a crueldade com animais, como a utilização de cachorros pelas escolas de medicina. Também atuavam com certo vigor grupos que reivindicavam melhoria da qualidade de vida (ligados ou não a associações de bairros ou a movimentos sociais), como o Movimento de Defesa da Vida da Billings, a Associação de Defesa do Parque da Aclimação ou a Associação das Vítimas da Poluição de Cubatão. Outros ainda, como o Ceacon e a Oikos, procuravam desenvolver na opinião pública uma consciência ambiental dos problemas planetários, trabalhando com temas de caráter global, como a crítica ao programa nuclear, o aquecimento da Terra, a contaminação da água e do ar, entre outros.

Temas como a defesa da Amazônia ou do Pantanal, apesar de recorrentes, não despertavam mais grande mobilização. Ao mesmo tempo começam a se intensificar as atividades de grupos voltados à proteção de praias e faixas remanescentes de mata atlântica, ameaçadas pela especulação imobiliária, como era o caso da região da Juréia. Esses grupos ecológicos lutavam não apenas para preservar os ecossistemas litorâneos, mas também para neles manter as comunidades caiçaras e indígenas e sua cultura. Alguns desses grupos eram: o Movimento de Defesa da Vida de São Sebastião; o Museu de Cultura Caiçara de Ilhabela; a Associação Ecológica Abarebebê, de Peruíbe; e o grupo

Ecologia e Pacifismo, de Itanhaém, liderado pelo pioneiro Ernesto Zwarg.

Com esse enfoque de atuação, descrito no parágrafo anterior, foi lançada a Fundação SOS Mata Atlântica, em setembro de 1986, com perfil profissional voltado inicialmente para a proteção do Lagamar, região estuarino-lagunar entre Cananéia (SP) e Paranaguá (PR). Seu conselho administrativo era composto de jornalistas, ecologistas, empresários e professores universitários, o que demonstrava grande preocupação em articular diferentes setores em torno das questões ambientais.

As campanhas do movimento ecológico eram realizadas por meio de abaixo-assinados, passeatas, exposições audiovisuais, performances públicas e outros tipos de manifestação. Pelo fato de a maioria dos grupos ter poucos componentes efetivos, a mobilização para os eventos era feita principalmente pela reunião de várias entidades, convocação de amigos e simpatizantes, e da opinião pública pela imprensa.

As atividades do Movimento Pró-Juréia se desenvolviam conforme ocorria essa articulação. Desse modo, o grupo participava de várias campanhas e conseguia, em contrapartida, chamar outras entidades para seus eventos, assim como para compor estratégias de ação conjunta (principalmente com entidades de enfoque semelhante, como a SOS Mata Atlântica).

O ano de 1986 também foi marcado pelo lançamento de várias candidatos verdes, para deputado estadual e federal, através de vários partidos (principalmente PMDB, PT e PSB). Alguns vinham

dos próprios movimentos ecológicos, como o advogado Fábio Feldmann; outros, como Geraldo Siqueira, já atuavam em partidos e passaram a incorporar temas ambientais em suas plataformas políticas. Ao mesmo tempo começou a ser estruturado o Partido Verde (PV), que não teve em São Paulo a mesma repercussão que teve no Rio de Janeiro. Apesar de a quase totalidade desses candidatos ser muito pouco conhecida, contar com poucos recursos e, assim, ter poucas chances de serem eleitos, suas campanhas constituíam uma boa oportunidade de divulgação das preocupações ambientais. Desse modo, alguns comitês, como o do candidato Fábio Feldmann, transformaram-se em pólos de articulação de pessoas ligadas ao tema do meio ambiente, fossem eles grupos ecológicos, técnicos governamentais ou mesmo jornalistas especializados.

A imprensa, por sua vez, abria cada vez mais espaço para os temas ambientais, discutindo inclusive problemas planetários, como o efeito estufa, o buraco da camada de ozônio na atmosfera, e a crescente pressão internacional contra o desmatamento das florestas. Desastres estrangeiros como Chernobyl suscitavam debates a respeito do programa nuclear brasileiro, contestando-se as usinas de Angra dos Reis e as operações da Marinha em torno do reator nuclear em Iperó, Sorocaba (SP). Alguns jornais, como o Jornal da Tarde, chegaram a promover campanhas, como a defesa da região do Lagamar. Assim, havia grande receptividade (e quase cumplicidade) por parte da imprensa, no sentido de divulgar os eventos e as lutas que envolviam questões ambientais.

Do lado governamental, observou-se forte institucionalização na área de meio ambiente. No âmbito federal, o Governo Sarney, criou o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - Ibama, e lançou, em junho de 1986, o Programa Nossa Natureza. No Estado de São Paulo havia a Cetesb, o Consema, e a SMA, recentemente criada pelo Governo Montoro, que também atendia a demandas do movimento ecológico. Esse novo órgão, cujo primeiro titular era o arquiteto José Pedro de Oliveira Costa, apesar da insipiente infra-estrutura inicial,³⁵ mais adiante tornou-se importante canal de reivindicações e debates entre as entidades ambientalistas e o governo. Por outro lado, o processo de estruturação da SMA foi marcado pela aglutinação de técnicos de diversos órgãos do estado, que, apesar dos diferentes enfoques, já trabalhavam com questões ambientais.

Por fim, o Ministério Público, principalmente em São Paulo, consolidou seu papel de ator relevante nas questões ambientais. A Política Nacional de Meio Ambiente, promulgada pela Lei 1.638, de 6/8/81, já apontava a responsabilização objetiva de predadores do meio ambiente, a partir da identificação de nexos de causalidade entre suas ações e os danos ambientais e, com isso, foi outorgado ao Ministério Público o poder de propor ações sobre danos relativos ao meio ambiente e à defesa de terceiros prejudicados. Contudo, o papel do Poder Judiciário nas questões ambientais ganhou maior relevância somente a partir de 1985, com a decretação da Lei nº 7.347, de 24/7/85, que considera os interesses gerais da

(35) Quando foi criada pelo Decreto nº 24.932, de 24/3/86, a SMA tinha pouco mais de 18 funcionários, emprestados de vários órgãos públicos, e funcionava em um andar do prédio da Secretaria do Interior.

sociedade (definidos como direitos difusos) e pela qual se introduz o instituto da ação civil pública. Essa mesma legislação permite, ainda, a atuação conjunta do Ministério Público e de entidades da sociedade civil na defesa do meio ambiente (Mazzilli, 1992; Milaré, 1990). Com isso, em 1986, a Curadoria do Meio Ambiente, do Ministério Público de São Paulo, já era considerada uma "parceira" nas lutas do movimento ecológico paulista.

O conjunto desses atores - ecologistas, políticos, jornalistas, técnicos governamentais e promotores - procurava agir de forma integrada, havendo enorme articulação tecida em torno de diversas lutas ambientais no Estado de São Paulo, e uma delas era a preservação da região da Juréia. As ações conjuntas dessa rede ambientalista, além de gerar grande sinergia, propiciava a legitimidade da causa (a questão da Juréia era defendida por todos) e dos grupos a ela ligados.

Desse modo, tanto o Grupo de Defesa da Juréia como o Movimento Pró-Juréia passaram a ser legitimados pela imprensa, que divulgava seus eventos, entrevistava seus membros a respeito da repercussão de determinado assunto em meio ambiente; pelo governo estadual, que passou a convidar seus participantes para cerimônias oficiais, seminários e até reuniões técnicas; pelos candidatos verdes, que os chamava para participar de suas próprias campanhas; pela Curadoria do Meio Ambiente, para traçarem conjuntamente estratégias na tomada de medidas judiciais; e, sobretudo, pelos outros grupos

ecológicos, com os quais passaram a trabalhar de maneira cada vez mais interligada.

5.2.2 - Segunda Fase (1986-1989)

Nessa segunda fase ocorreu a institucionalização do movimento com a criação da Associação em Defesa da Juréia. Foi um período de grandes campanhas e expansão da rede ambientalista em São Paulo.

5.2.2.1 - A Criação da Entidade

O segundo semestre de 1986 trouxe grandes inquietações aos ecologistas ligados à preservação da Juréia. O Governo Montoro, já em final de gestão, havia demonstrado seriedade e compromisso com a causa, mas o decreto de utilidade pública que possibilitava a efetivação da estação ecológica não havia ainda sido assinado. Ao mesmo tempo, os dois candidatos favoritos nas eleições para governador, Orestes Quércia e Antonio Ermírio de Moraes, não revelavam, em suas campanhas, interesse pelos problemas ambientais e muito menos tinham algum contato com os movimentos ecológicos.

Diante dessas preocupações, o Grupo de Defesa da Juréia e o Movimento Pró-Juréia começaram a discutir estratégias conjuntas de atuação. Para acelerar o processo, o "grupo dos técnicos" e a "moçada" passaram a trabalhar juntos, compartilhando as mesmas reuniões.

Além de prosseguir com as exhibições de audiovisuais e os contatos com a imprensa e os políticos, esses ecologistas

pressionaram ainda mais o Governador Franco Montoro,³⁶ cobrando dele as medidas necessárias.

Após algum tempo de trabalho conjunto, surgiu a idéia de criar oficialmente uma entidade, pois até aquele momento, nenhum dos dois grupos era institucionalizado ou registrado. A formalização de uma entidade possibilitaria uma série de avanços, tais como: entrar com ações na Justiça; captar recursos e receber doações oficialmente; pagar as despesas como pessoa jurídica; cadastrar-se e participar do Consema; e, sobretudo, legitimar-se perante o governo.

Escolheu-se a associação como forma de entidade, por ser mais simples e não haver controle externo, como no caso das fundações (controladas pela Curadoria de Fundações). Seu estatuto foi redigido tendo por base as normas de outras entidades, como a Oikos e a SOS Mata Atlântica, e previa a existência de diferentes tipos de sócios (fundadores, efetivos, simpatizantes, honorários), assim como o funcionamento de dois conselhos, um deliberativo (grupo de gestão liderado pelo presidente da entidade) e outro consultivo (formado por notáveis em meio ambiente). Para a representação da associação, o conselho administrativo indicava uma diretoria, formada por um presidente, um vice-presidente, um secretário geral e um tesoureiro. Também era prevista a realização de assembléias abertas, nas quais os sócios elegiam os membros do conselho. Por fim, foi definido o nome: Associação em Defesa da Juréia ou, simplesmente, Pró-Juréia.

(36) Um exemplo desse tipo de pressão foi a interrupção do discurso do governador em dois eventos oficiais, quando "a sociedade civil pedia a palavra", diante das câmaras de televisão.

A Associação em Defesa da Juréia foi oficialmente lançada em 18 de dezembro de 1986, num evento divulgado pela imprensa e aberto ao público, no qual foram destacados os objetivos da nova entidade e os enfrentamentos para a preservação da região. O primeiro conselho deliberativo era composto de 15 membros, 14 escolhidos entre os mais atuantes dos dois grupos e um ecologista de Peruíbe, representante da Associação Ecológica Abarebebê, que também atuava pela região. A primeira presidência e a vice-presidência da entidade couberam, respectivamente, aos ex-coordenadores do Grupo de Defesa da Juréia e do Movimento Pró-Juréia.

A partir daí, toda mobilização pela preservação da Juréia era promovida por um único grupo, a Associação em Defesa da Juréia.

Ainda no final do mês de dezembro, foi aprovada na Assembléia Legislativa a lei que criava a EEJI, constituindo mais uma garantia para a proteção daquela área. Mesmo assim, a pressão sobre o governo paulista continuou, pois o decreto que tornava a área de utilidade pública não havia ainda sido assinado pelo governador devido a entraves burocráticos na Secretaria de Justiça do Estado.

Em janeiro de 1987, um ano após decretação da lei que criou a EEJI, a Associação em Defesa da Juréia levou para visitar a região algumas personalidades (como o recém-eleito Deputado federal Fábio Feldmann e o Professor Aziz Ab'Saber) e a imprensa (jornais e emissoras de televisão), para constatarem o seu estado de abandono e perigo. A Nuclebrás continuava

controlando o acesso à área central da Juréia,³⁷ alguns proprietários de terras na faixa litorânea anunciavam futuros condomínios e não havia qualquer tipo de proteção e fiscalização para essa unidade de conservação.

A repercussão na imprensa revelou que a estação ecológica, criada pelo Governador Montoro, só existia no papel e o perigo de especulação imobiliária continuava. Pressionado pelos ecologistas, pela mídia³⁸ e até por setores governamentais que procuravam a institucionalização da área de meio ambiente (como a recente SMA), o governador deu prioridade ao assunto e o decreto de utilidade pública ficou pronto em um mês, pouco antes dele deixar o cargo. Assim, os 79 mil hectares da região de Juréia-Itatins foram declarados de utilidade pública para fins de desapropriação para estação ecológica.³⁹ Além disso, Montoro reiterou o compromisso, firmado com os ecologistas em janeiro de 1986, de que as populações tradicionais não fossem retiradas do local. Esse acordo deveu-se ao fato de a legislação que define estações ecológicas não permitir a permanência de comunidades residentes em suas áreas, pois são unidades de conservação voltadas exclusivamente para a pesquisa, preservação e educação ambiental (Lei federal nº 6.902 de 27/4/81).

(37) A Nuclebrás detinha o controle da balsa para travessia do rio Una, que constituía o único acesso por automóvel à sede da estação ecológica, na praia do rio Verde, e ao maciço da Juréia. Assim, tanto pesquisadores, jornalistas e até mesmo técnicos do governo estadual precisavam solicitar autorização de entrada na região para o escritório da empresa, em Peruíbe.

(38) O Jornal da Tarde chegou a publicar, em 21/1/87, a seguinte manchete: TROFÉU MOTOSSERRA DO ANO. PARA MONTORO, causando enorme constrangimento não apenas à pessoa do governador, como à toda sua assessoria em assuntos ambientais.

(39) DUP nº 26.714, nº 26.715, nº 26.716, e nº: 26.717, todos de 6/2/87.

5.2.2.2 - As Atividades e a Organização da Associação em Defesa da Juréia

Com o decreto do governador, a nova entidade legitimou-se perante a políticos, imprensa, promotores, outros grupos ambientalistas e, sobretudo, perante aos setores do governo estadual; continuou seu trabalho de divulgação e mobilização e voltou-se para o acompanhamento da implantação da EEJI, a ser realizada pelo governo estadual. Além disso, a entidade iniciou um período de estruturação interna, dispendendo parte do tempo e esforço de seus membros na montagem de uma organização mínima - como sede, telefone e funcionários -, em contatos e informações para sócios e, para tudo isso, na geração de uma receita básica.

Quanto à infra-estrutura de funcionamento, a Pró-Juréia iniciou suas atividades com o apoio de outros grupos ambientalistas. A mesma casa que havia sido o comitê de campanha do Deputado Fábio Feldmann, transformou-se, em 1987, na sede conjunta de várias entidades, a partir de um acordo de divisão de despesas: Pró-Juréia, Fundação SOS Mata Atlântica, Oikos, Sociedade Brasileira de Espeleologia e, ainda, o escritório paulista do referido deputado.

Nessa época, a entidade empregava apenas um funcionário, o qual, além de atender o público, organizava as contas, encaminhava a produção de material de divulgação, agendava reuniões e eventos e participava de todas as mobilizações.⁴⁰

(40) No auge de suas atividades, entre 1988 e 1989, a Pró-Juréia chegou a empregar 6 funcionários. Dentre eles um técnico (engenheiro florestal), para subsidiar os membros do conselho administrativo em suas

No ano seguinte, com seu crescimento, a entidade mudou sua sede, ainda partilhada com outra entidade, e apenas em 1989 a Pró-Juréia alugou uma casa exclusivamente para suas atividades.

Para a geração de receitas que garantissem o seu funcionamento, a entidade intensificou e melhorou a produção de materiais de propaganda, como camisetas, botons e cartazes. Porém, a arrecadação das vendas desses produtos e as contribuições dos sócios - que demandavam grande esforço de comunicação e cobrança - não eram suficientes, obrigando a Pró-Juréia a buscar patrocínio de empresas privadas para as suas atividades.⁴¹

Quanto às suas atividades-fim, a Associação em Defesa da Juréia trabalhava com divulgação e informação sobre tudo que ocorria na região; mobilização (para isso era necessário contato contínuo com os seus sócios); atuação conjunta com outras entidades para o fortalecimento da questão ambiental; e, principalmente, com o acompanhamento das ações do governo estadual na preservação da área.

Como estratégia de divulgação, a entidade mantinha reuniões abertas semanais com associados e simpatizantes, para discutir os problemas pertinentes e definir diretrizes de atuação. Também foi montado um banco de dados sobre a Juréia, com documentos, mapas, hemeroteca, publicações e alguns estudos, atraindo estudantes, jornalistas e interessados. As

reuniões com a SMA, e um "vigia", morador da Estação Ecológica, que acompanhava a implantação da unidade de conservação e relatava os problemas que presenciava na região.

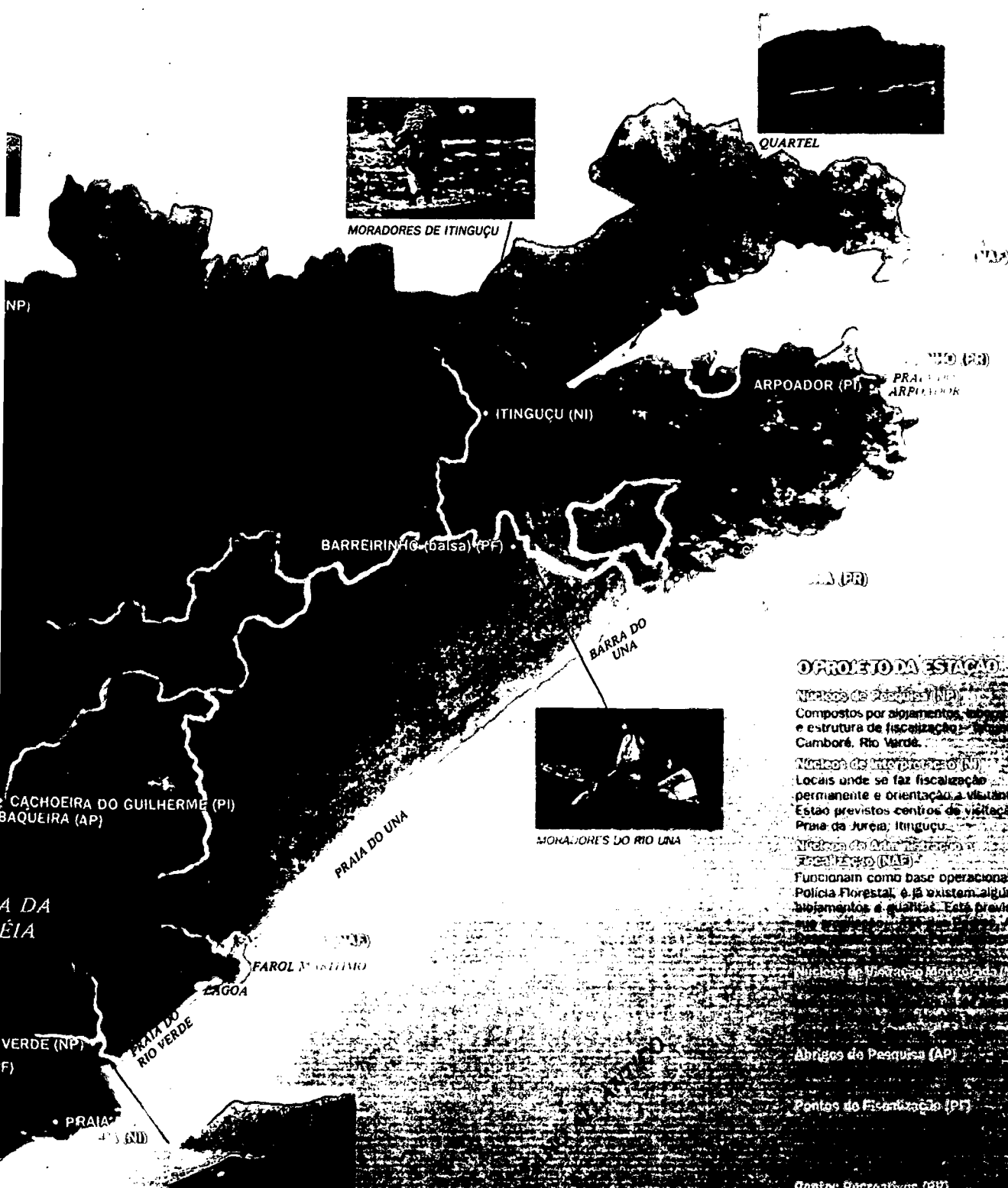
(41) À medida que a entidade ampliava as suas campanhas, tornava-se mais conhecida, recebendo maior apoio e divulgando o nome de seus patrocinadores.

palestras e mostras de audiovisual continuavam em faculdades, escolas e teatros da capital e interior. Foram também organizados cursos sobre a Juréia, primeiro para simpatizantes, em São Paulo, e depois para professores da rede estadual e municipal, em Peruíbe. Ao lado dessas atividades, a Pró-Juréia publicou, entre 1988 e 1990, cinco boletins em forma de pequeno tablóide, que eram distribuídos a sócios e simpatizantes.

Outra forma de divulgação era a realização de eventos, tais como: exposições de fotografias, mapas e maquetes referentes à Juréia; participação em Feiras do Verde e da Primavera (onde também se vendia material de propaganda); organização de atos públicos, cobrando ações do governo estadual; realização de shows de música, festas e "procissões" ecológicas, como eram chamadas algumas passeatas festivas. A entidade chegou a realizar inclusive uma grande exposição de arte, em junho de 1988, com mais de 30 artistas plásticos.⁴² Várias dessas atividades também eram realizadas em Peruíbe, procurando-se, dessa forma, maior integração entre a Pró-Juréia e os poucos ecologistas da cidade, além de conscientização da população local.

Além de reuniões semanais, a Associação em Defesa da Juréia realizava assembléias anuais, com relato de atividades, prestação de contas aos associados e renovação de metade do conselho deliberativo da entidade (15 no total). Também era a oportunidade para a nomeação de sócios honorários, como o ex-

(42) O projeto Artistas Pintam a Juréia reuniu mais de 30 artistas plásticos de renome, como Gregório Gruber, Aldemir Martins, Guto Lacaz e Gilberto Salvador, entre outros, em uma exposição na Galeria Sadalla, cuja renda foi doada à entidade. Para a sua realização, a entidade levou os artistas à região e conseguiu vários patrocinadores para o evento.



O PROJETO DA ESTAÇÃO

Núcleo de Pesquisas (NP)
 Composto por alojamentos, cozinha e estrutura de fiscalização. Localizado em Camboré, Rio Verde.

Núcleo de Fomento (NF)
 Locais onde se faz fiscalização permanente e orientação a visitantes. Estão previstos centros de visitação: Praia da Jureia, Itinguçu.

Núcleo de Ordenamento e Fiscalização (NFCA)
 Funcionam como base operacional da Polícia Florestal, e já existem alguns alojamentos e quartéis. Está prevista uma estrutura de fiscalização.

Núcleo de Visitação Interpretativa (NVI)

Abrigos de Pesquisa (AP)

Pontos de Fiscalização (PF)

Pontos Recreativos (PR)

Pontos de Interpretação (PI)



ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA - ITATINS

ÁREA TOTAL: 79.245 ha.



ILUSTRAÇÃO DE CLÁUDIO MORATO / FOTOS DE FAUSTO PIRES DE CAMPOS

ILUSTRES E AMEAÇADOS HABITANTES



MICO CARVOEIRO
(*Brachyteles arachnoides*)
É o maior primata da mata Atlântica, atualmente ameaçado de extinção. Habita as serras da Juréia e Itatins. Prefere as copas das grandes árvores e alimenta-se de folhas e frutos.



PREGUIÇA
(*Bradypus tridactylus*)
Animal solitário, vive agarrado às árvores. Encontra-se em toda a Estação e alimenta-se principalmente de folhas jovens de embaúba.



TUCANO-DO-BICO-PRETO
(*Ramphastos viliellus ariel*)
Tucano dos mais encontrados na Estação. Prefere as regiões serranas, de florestas virgens e matas secundárias. Alimenta-se de frutos.



PAPAGAIO
(*Brotopsis spp*)
Encontrado aos bandos por toda a Estação, próximo às matas.



CAVIÃO-POMBA
(*Columba leucostriata*)
Espécie ameaçada para de extinção, encontra-se na Juréia.



CARIACÁ
(*Troglodytes aedon*)
Espécie ameaçada de extinção, encontra-se na Juréia.

Governador Franco Montoro, o ex-Secretário de Meio Ambiente José Pedro de Oliveira Costa e alguns colaboradores importantes, como a agência Denison Propaganda.

Em relação à mobilização, a Associação em Defesa da Juréia convocava seus sócios (que chegaram em 1989 a 1.200 pessoas) e simpatizantes, e convidava outros grupos ecológicos para os eventos que realizava. Ao lado de cartas, boletins e reuniões abertas, outro fator de agregação das pessoas (e que também gerava receitas) era a organização de festas, constantes no funcionamento da entidade.

Entretanto, a principal atividade da Pró-Juréia era o acompanhamento da situação da EEJI e a pressão constante sobre o governo estadual para sua efetiva implantação. Para isso, contatava com frequência a SMA, responsável pela proteção da área, cobrando determinadas ações ou mesmo discutindo em conjunto algumas diretrizes, como, por exemplo, os locais onde deveriam ser estabelecidos os postos de fiscalização. Contudo, uma ação articulada com a SMA tornou-se cada vez mais difícil durante o Governo Quéricia, conforme será descrito adiante, chegando a situações de confronto com o órgão.

Os conflitos entre a Pró-Juréia e a SMA, além de gerarem campanhas mais agressivas, trouxeram reflexos internos na entidade. Como em seu conselho deliberativo havia alguns técnicos do governo estadual e federal, à medida que se acirrava o confronto com a SMA, esses técnicos sofriam pressões de suas chefias e, desse modo, evitavam aparecer nas manifestações ou falar em nome da entidade.

Por outro lado, mesmo em épocas de menor enfrentamento com a secretaria, a Pró-Juréia levantava e divulgava problemas de fiscalização da área, os quais freqüentemente envolviam a responsabilidade de funcionários do órgão. Esses acontecimentos geravam grandes conflitos nas reuniões internas da entidade, pois os membros ligados profissionalmente ao governo não aceitavam críticas aos colegas de trabalho; achavam que as críticas deveriam ser dirigidas somente ao secretário e ao governador, adotando atitudes corporativas. Nesses debates internos sempre se questionavam as posições desses membros, se pertenciam ao governo ou à sociedade civil. Na realidade, alguns deles tinham esse duplo perfil, o que constrangia sua atuação profissional e sua militância.

Além de acompanhar as ações do governo estadual, a entidade passou de forma progressiva a fazer o mesmo em relação à Prefeitura de Peruíbe, que também intervinha na região.

Enfim, a Pró-Juréia intensificou seu contato com a imprensa, deputados estaduais e federais, SMA (quando era possível), Ministério Público e, principalmente, com outros grupos ambientalistas, denunciando agressões à região e cobrando medidas.

5.2.2.3 - Expansão da Rede Ambientalista em São Paulo

A partir de 1987, a rede ambientalista consolidou-se, seja pelo fortalecimento de seus participantes e suas conexões internas, seja pela expansão da temática ambiental nos debates sociais e políticos, intensificando-se as mobilizações em torno

de lutas pela preservação do meio ambiente, processo do qual a Associação em Defesa da Juréia fazia parte.

- Articulação e conflitos com o setor governamental

O início do Governo Quércia, em março de 1987, era uma incógnita para a maior parte dos grupos ecológicos. Apesar de ser do PMDB, mesmo partido de seu antecessor (Franco Montoro), Orestes Quércia não tinha assumido compromissos com a área ambiental.

Assim, enquanto o governador não escolhia o titular para a SMA, ainda com o status de extraordinária, os ecologistas lançaram pela imprensa e até em reuniões do PMDB o nome de Édis Milaré, então chefe da Curadoria do Meio Ambiente.

Houve grande surpresa entre os ecologistas quando o governador nomeou o arquiteto Jorge Wilhelm para a Secretaria de Meio Ambiente. Conhecido técnico da área de planejamento, tendo sido secretário estadual dessa pasta durante o Governo Laudo Natel (1976-1979) e secretário municipal na Gestão Mário Covas (1983-1985), Wilhelm não pertencia à área ambiental, ao contrário de seu antecessor. Além disso, havia sido dele o projeto de condomínio na praia do rio Verde, na Juréia, para a construtora Gomes de Almeida Fernandes, fato muito explorado pela imprensa no momento de sua posse.

Apesar da repercussão negativa do nome do novo secretário, os ecologistas aplaudiram quando, em seguida, o governador transformou a SMA em uma pasta ordinária. Com esse ato, o governo estadual fortaleceu a área de meio ambiente, agregando,

em uma mesma secretaria, órgãos com outras vinculações anteriores, como a Cetesb (anteriormente ligada à Secretaria de Obras), o Instituto Florestal e o Instituto de Pesca (da Secretaria de Agricultura) e a Sudelpa (da Secretaria do Interior), entre os principais. Apesar de seus problemas estruturais e da contenção orçamentária, a nova secretaria procurou delinear planos de ação para o estado (Wilheim, 1989).

Outro fato positivo, ocorrido ainda em abril de 1987, foi o sancionamento, pelo governador, da Lei estadual nº 5.649, que criou a EEJI. Essa lei, de autoria do Deputado Rubens Lara, já havia sido aprovada pela Assembléia Legislativa em dezembro de 1986. Porém, para que entrasse em vigor era necessária sua passagem pelo Palácio dos Bandeirantes.

Assim, nesse contexto de novo governo, novo secretário e estruturação da SMA (gerando em seu início grande confusão de competências, subordinações e definição de projetos), a implantação de uma estação ecológica não constituía prioridade política. A Associação em Defesa da Juréia procurou então, durante todo o ano de 1987, agendar reuniões com o secretário, para discutir os problemas da região e propor diretrizes, tentativas essas fracassadas. Ao mesmo tempo, o acesso às informações sobre a atuação (ou propostas de ação) da secretaria na Juréia tornou-se cada vez mais difícil.

A Pró-Juréia, por sua vez, acompanhava o que acontecia na área, visitando-a e, principalmente, por meio de informações obtidas de técnicos da secretaria, pertencentes ou não à entidade, preocupados com a inoperância do governo do estado em

relação ao assunto. A situação era caótica: inexistia fiscalização e o processo de desapropriação continuava no papel.

Diante da falta de diálogo oficial, restou à entidade dirigir suas reivindicações ao governo através de atos públicos e da imprensa. Por sua vez, a imprensa, à medida que visitava o local, registrava seu estado de abandono ao mesmo tempo que explorava a imagem negativa do novo secretário.

Os conflitos acirraram-se progressivamente. Do lado da secretaria, os técnicos "aliados", que passavam informações do órgão,⁴³ eram pressionados a não colaborar com a Associação em Defesa da Juréia. Esta, por sua vez, incluiu em seus eventos e entrevistas à imprensa a apresentação de mapas e croquis do projeto de condomínio da Gomes de Almeida Fernandes, na Juréia, assinado pelo arquiteto Jorge Wilhelm.⁴⁴

Um ano e meio após o último decreto, não havia ações efetivas do governo estadual no sentido de implantar a estação ecológica, instalando-se o confronto entre a secretaria e a Pró-Juréia.

Procurando inverter o quadro, a entidade lançou, em junho de 1988, uma campanha de impacto: AJUDE A TRANSFORMAR UM PARQUE DE PAPEL EM UMA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE VERDADE. Com outdoors, filme publicitário na televisão, propaganda em jornais e

(43) Não eram informações sigilosas, apenas dados sobre o plano de ação do órgão, como o andamento do processo de desapropriação, processo de contratação de vigias para a estação ecológica, e de implantação de postos de fiscalização etc., os quais poderiam ser obtidos oficialmente se houvesse diálogo com o secretário.

(44) Na realidade, poucos ecologistas acreditavam que esse projeto, já com mais de 10 anos, seria realizado. No entanto, sua apresentação causava grande impacto na opinião pública.

revistas e várias entrevistas coletivas na imprensa, essa campanha⁴⁵ procurava atingir o grande público. Sua mensagem era muito simples: apesar de muitas leis e decretos, a Juréia continuava ameaçada e para a reversão desse quadro eram exigidas do governo estadual a desapropriação e a fiscalização da área. Acompanhando toda essa divulgação, foram coletadas adesões à causa por meio de um abaixo-assinado distribuído à população, o qual reivindicava do Governador Orestes Quéricia as medidas necessárias. Com essa mudança de estratégia, eram deixados de lado os conflitos com a SMA, voltando-se toda a pressão da Pró-Juréia para a pessoa do governador.

A campanha ampliou-se, embora não houvesse respostas efetivas por parte do governo; somente algumas declarações do secretário de Meio Ambiente a respeito de medidas que seriam implementadas, mas sem definição de prazos.

Assim, com o objetivo de obter medidas efetivas do governo estadual, a Associação em Defesa da Juréia realizou uma grande mobilização, em frente ao Palácio dos Bandeirantes, no dia 21 de setembro de 1988, para a entrega ao governador do abaixo-assinado com mais de 180 mil assinaturas. O evento reuniu cerca de 400 manifestantes, incluindo diversos grupos ecológicos de São Paulo (interior, litoral e capital), além dos Deputados estaduais Rubens Lara e Walter Lazzarini (ambos do PMDB), Ivan Valente (PT) e do Deputado federal Fábio Feldmann (PSDB). Com

(45) Desde 1987, a Associação em Defesa da Juréia contatava agências de publicidade, para realizar sua campanha institucional. No início de 1988, a Denison Propaganda aceitou desenvolver o projeto, cuja produção e veiculação na mídia foi inteiramente gratuita graças à colaboração de profissionais da propaganda, das emissoras de televisão (principalmente Bandeirantes e Manchete), de jornais e revistas.

faixas, cartazes e um grupo de crianças pintadas de "bichos da Juréia", os manifestantes conseguiram furar o bloqueio da polícia militar, que não permitia sua aproximação das grades do Palácio. Nelas foram afixadas, em forma de varal, cópias de folhas do abaixo-assinado, cobrindo totalmente alguns trechos das grades. Para a imprensa, os manifestantes explicavam sua atitude declarando que, assim como o governo estava "embrulhando" os ecologistas, eles iriam "embrulhar" o governador com as assinaturas pela Juréia. Toda essa teatralização do evento era uma forma de garantir a presença maciça da imprensa e, possivelmente, grande repercussão.

Enfim, após algumas horas de manifestação, uma comissão da Associação em Defesa da Juréia foi recebida pelo governador e seus Secretários de Governo e de Meio Ambiente, para rápida audiência, quando foram prometidas algumas medidas de emergência e um plano de desapropriação.

A repercussão do evento e o anúncio das medidas amenizaram o conflito entre a SMA e a Pró-Juréia. Ambas chegaram a reunir-se para discutir as diretrizes de implantação da estação ecológica.

De fato, a partir do final de 1988, o governo paulista adotou uma série de medidas de proteção à região: foram contratados 60 vigias (antes da manifestação havia apenas quatro), e foi acelerado o processo de desapropriação de algumas áreas, como a pertencente à empresa Gomes de Almeida Fernandes, as quais foram permutadas por outros imóveis do estado.

No ano seguinte, a SMA inaugurou um quartel da polícia florestal na entrada da estação ecológica, e instalou alguns postos de fiscalização.

Apesar de aplaudir essas medidas, a Pró-Juréia manteve o acompanhamento das atividades da SMA na região, observando problemas como falhas na fiscalização, e criticando as autorizações indevidas de desmatamento emitidas pelo órgão.

Ao lado dessas articulações e embates com o governo estadual, a Associação em Defesa da Juréia também acompanhou as ações da Prefeitura de Peruíbe, cidade com o principal acesso à estação ecológica.

O prefeito da cidade entre 1986 e 1988, Benedito Marcondes Sodré, era contra a implantação da estação ecológica, pois esta impediria a instalação de vários projetos de loteamento. Apesar da proteção em lei à Juréia, a prefeitura iniciou obras dentro dos limites da estação, procurando viabilizar desse modo alguns loteamentos. Em resposta, a Pró-Juréia, junto com ecologistas de Peruíbe, entrou com ação civil pública contra o prefeito, e organizou manifestações nessa cidade pela defesa da região. Mesmo com a dificuldade em reverter algumas das obras realizadas, como o desvio do rio Guaraú (um dos limites da estação), pelo menos elas foram paralisadas.

Nas eleições seguintes para a Prefeitura de Peruíbe, em 1988, a Pró-Juréia e os poucos grupos ecológicos da cidade apoiaram a campanha do candidato de oposição, Mário Omuro, que

elegeu-se com o compromisso de manter a especulação imobiliária distante da reserva.

- Articulação com outros grupos ecológicos

Como já foi mencionado, a partir de 1987 a Pró-Juréia participou de um acordo de cooperação mútua e divisão de despesas entre várias entidades ambientalistas,⁴⁶ que ocupavam a mesma casa. Outros grupos ecológicos do interior, da capital e do litoral, apesar de terem as suas sedes, lá se encontravam para buscar apoio e discutir estratégias comuns de atuação, campanhas, entre outros assuntos. Com isso, essa casa transformou-se em ponto de referência para as pessoas que atuavam na defesa do meio ambiente. Assim, nela também se realizavam reuniões de técnicos governamentais descontentes com a atuação da SMA, da sub-seção de meio ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) paulista, de jornalistas, políticos, incluindo os pesquisadores que apareciam para fazer seus contatos.

Nessa época, entre 1987 e 1989, houve também várias mobilizações, das quais a Associação em Defesa da Juréia participou, na cidade de São Paulo, como as campanhas pela preservação do Parque da Aclimação, pelo tombamento da região dos Jardins e da Casa Modernista, contra alguns projetos do então Prefeito Jânio Quadros, como a abertura de um túnel sobre o parque Ibirapuera e a construção de estacionamentos sob praças. Foram feitas também campanhas mais amplas, como a

(46) Além da Associação em Defesa da Juréia, funcionavam na mesma casa a Fundação SOS Mata Atlântica, a Oikos, a Sociedade Brasileira de Espeleologia. Algumas dessas entidades, ao ampliar suas atividades, partiram para outros imóveis, como a Pró-Juréia e a SOS Mata Atlântica.

preservação da Mata Atlântica no estado, o início das mobilizações pela despoluição do rio Tietê e continuação daquelas em torno da represa Billings, contra o funcionamento das usinas nucleares de Angra dos Reis, e contra o projeto nuclear da Marinha, em Iperó (região de Sorocaba), além de uma variedade de causas e lutas que apareciam em todo o estado (defesa da Pedra Grande, em Atibaia, inúmeros movimentos de defesa de praias no litoral norte, movimentos contra a contaminação do ar, do solo e das águas em várias cidades do Vale do Paraíba, grupos de defesa das serras da Mantiqueira e de Bocaina etc.

Além das lutas pontuais, que muitas vezes agregavam uma miscelânea de grupos ambientalistas, três grandes focos de mobilização articularam as atividades do movimento ecológico em São Paulo nesse período: a inclusão de um capítulo de meio ambiente no processo constituinte federal e, no Estado de São Paulo, a participação no Consema e as audiências públicas sobre projetos com impacto ambiental.

Em 1987, foi formada a Frente Verde na Constituinte, uma articulação de ecologistas, advogados ambientalistas e deputados federais para a inclusão de um capítulo de meio ambiente na Constituição federal de 1988. Além de promover debates para a divulgação do tema, a Frente (coordenada pela Oikos) procurou atender os deputados da Comissão de Consumidor, Minorias e Meio Ambiente, responsáveis pela redação desse capítulo, para a importância das causas ambientais do País. Para isso, foram organizadas viagens de fim-de-semana com esses

congressistas para diversos lugares, cuja finalidade era esclarecê-los a respeito problemas ambientais existentes ou das áreas que deveriam ser preservadas. No roteiro paulista, acompanhados pelos ecologistas, os deputados "passearam" por Cubatão; conheceram trechos quase intocados do litoral sul, como a Juréia, Cananéia e Ilha Comprida; observaram a expansão imobiliária no litoral norte, onde foi realizada uma audiência pública (em Picinguaba) com caiçaras, jornalistas e grupos ecológicos locais. De lá, partiram para Angra dos Reis, e, junto com ecologistas cariocas, visitaram a usina nuclear de Angra I.

Depois dessa fase de sensibilização, foram organizadas visitas à Brasília de grupos ecológicos de todo o País, para pressionar outros congressistas e realizar eventos na capital pela votação do capítulo de meio ambiente. Em outubro de 1988, o capítulo foi aprovado quase na íntegra, nem tanto pelo esforço do lobby ecologista, deve-se reconhecer, mas, sobretudo, porque as celeumas da constituinte concentraram-se em temas como a reforma agrária, o tabelamento de juros, os direitos sociais e, com isso, o tema ambiental passou quase despercebido.

Outro foco de mobilização dos ecologistas em São Paulo foi a sua participação no Consema. Criado no Governo Montoro para a definição da política ambiental do estado, somente a partir do Governo Quéricia passou a ter relevância, com as discussões e os pareceres sobre a viabilidade ambiental de empreendimentos. A partir de 1987, os grupos ambientalistas vêm no Consema (órgão

presidido pelo secretário de Meio Ambiente, mas não subordinado à sua secretaria) a grande arena de discussão e decisão sobre questões ambientais e passam a intensificar a sua participação. Até aquele momento, os ambientalistas tinham 4 representantes no Consema, escolhidos pelas entidades inscritas na secretaria do órgão. Contudo qualquer entidade que se definisse ambientalista poderia se inscrever, constando desse cadastro inclusive a Associação Brasileira de Caça. Desse modo, um grupo representativo do movimento ecológico paulista⁴⁷ inicia o processo de discussão, definição de critérios de inscrição e recadastramento das entidades, que depois indicaram seus titulares no órgão.

Ao mesmo tempo, a composição paritária do Consema, entre órgãos governamentais e sociedade civil, também era questionada. Dentre os membros da sociedade civil, ao lado dos representantes dos ecologistas, constavam as universidades estaduais (USP, Unesp e Unicamp), sindicatos patronais (Fiesp) e de empregados e até entidades de classe. Além de solicitar o aumento do número dos seus titulares, o movimento ecológico propunha uma composição tripartite entre governo, sociedade civil em geral e ambientalistas. Ora, em um conselho presidido pelo governo, este dificilmente aceitaria uma proposta na qual a sua participação fosse diminuída para um terço. Assim, a única reivindicação atendida foi o aumento do número de ambientalistas de quatro para seis representantes.

(47) Grupo formado pela Oikos, SOS Mata Atlântica, Pró-Juréia, Ceacon e Apedema (assembléia que congregava várias outras entidades).

Com a obrigatoriedade dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMAs) para grande parte dos empreendimentos, o Consema transformou-se em um "cartório de pareceres",⁴⁸ discutindo desde a instalação de portos de areia (mineração em rios) até a construção de hidrelétricas, ou a duplicação de estradas. Quando o empreendimento trazia riscos de grandes impactos ambientais, como nesses dois últimos casos, o Consema convocava audiências públicas que, apesar de não terem poder de decisão (restrita ao parecer do Consema), eram importantes instrumentos de informação e participação da sociedade.

Os ecologistas também se mobilizavam em torno dessas audiências, com intuito de acompanhar a discussão dos projetos e, eventualmente, exigir seu embargo ou a incorporação de medidas mitigadoras no empreendimento, como foi o caso do projeto de construção do túnel sob o Ibirapuera (da Prefeitura de São Paulo), da Estrada do Sol (do Dersa da Secretaria Estadual de Transportes) e da Hidrelétrica Três Irmãos (da CESP), cujas audiências públicas ocorreram entre 1988 e 1989.

Por fim, os grupos ecológicos de São Paulo e de todo o País juntaram-se para formular uma Plataforma Mínima Ambientalista para os Presidenciais, durante a campanha eleitoral de 1989. De maneira mais organizada e integrada que a Frente Verde (1987/1988), essas entidades reuniram-se em seus estados para a discussão de propostas, consolidando-as depois

(48) Pela Constituição federal e pela Lei federal nº 6.938/81, o empreendedor é obrigado a apresentar EIA/RIMA, geralmente realizado por empresas de consultoria. O EIA/RIMA é então analisado pelos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, que encaminham a sua recomendação (positiva ou negativa) ao Consema. Este, por sua vez, discute o projeto, aprecia a recomendação dos técnicos e emite o parecer favorável ou contra o empreendimento (Fundap, 1992).

propostas em um grande encontro realizado em Brasília no mês de outubro. Tais propostas e reivindicações (a criação de um Ministério do Meio Ambiente, por exemplo) concentraram-se em um documento, entregue a todos os candidatos e divulgado pela imprensa.

- Articulação com o Ministério Público

Fortalecido pela legislação sobre direitos difusos (relativa não apenas a meio ambiente mas também a consumidor) e acompanhando a expansão dos grupos ambientalistas em São Paulo, o Ministério Público, através da Curadoria de Meio Ambiente, ampliou suas atividades. As entidades ambientalistas passaram a trabalhar em conjunto com os promotores, utilizando cada vez mais o instrumento da Ação Civil Pública contra agressores do meio ambiente. Algumas vezes, a ação nem ao menos era ajuizada (por falta ou indefinição de informações), mas a simples divulgação de que a entidade havia procurado o Ministério Público a respeito de determinada causa, já garantia repercussão na imprensa.

A Associação em Defesa da Juréia também estava sempre em contato com os promotores da Curadoria do Meio Ambiente, procurando mecanismos legais para pressionar o governo estadual na implantação da estação ecológica e para coibir agressões à região. Nesse sentido, em 1987, a entidade impetrou diversas ações contra o prefeito de Peruíbe, que havia realizado obras dentro dos limites da estação ecológica.

- Articulação com jornalistas

O trabalho articulado com a imprensa (emissoras de rádio, televisão e jornais) foi fundamental para todo o movimento ambientalista, pois eventos não divulgados e causas não difundidas pareciam ser inexistentes. Havia mesmo certa cumplicidade entre ativistas e jornalistas na denúncia das agressões ou ameaças ao meio ambiente (Siqueira, 1992). Desse modo, os ecologistas ligados à preservação da Juréia sempre procuraram o apoio desses profissionais para divulgação, esclarecimento da opinião pública e, principalmente, pressão sobre o governo estadual. Com o tempo, a causa da Juréia ganhou a simpatia da imprensa paulista. Além de não ser uma causa difusa e complicada (como é o caso da poluição do ar em São Paulo), não ser distante (como a Amazônia ou o Pantanal), e ter atores bem definidos (os ecologistas contra a especulação imobiliária, pressionando o governo estadual), a defesa da Juréia era um tema atraente para a imprensa. A região sempre foi muito bonita e fotogênica, com fauna e flora exuberantes, com estórias e lendas e forte apelo social: a manutenção das comunidades caiçaras. Ao mesmo tempo, a Pró-Juréia procurava, o máximo possível, levar a imprensa à região para denunciar seus problemas e cobrar soluções das autoridades competentes.

Outro fator de articulação era a participação de jornalistas (repórteres e editores) nos quadros de diversas entidades ambientalistas, como na Oikos, na Fundação SOS Mata Atlântica e em diversos grupos de defesa do litoral norte.

- Articulação com políticos

Em São Paulo, não havia ligação partidária explícita dos movimentos ecológicos. Estes, durante os períodos eleitorais, apoiavam candidatos de vários partidos, desde que apresentassem plataformas ambientalistas e seriedade de atuação.

A partir de 1987, o Partido Verde (PV) procura estruturar-se no estado, participando de eventos e mobilizações organizados pelos movimentos, chamando ecologistas para compor seus quadros e propondo atuações conjuntas. Contudo, apesar de não ser contra o PV, grande parte das entidades ambientalistas não desejava entrar para o jogo político e muito menos participar da burocracia partidária (reuniões de diretórios, da executiva, definição de quociente eleitoral etc.). Para a maioria das entidades paulistas, da qual a Pró-Juréia fazia parte, a questão ecológica deveria constar do programa de vários partidos e não se concentrar em apenas um. Ao mesmo tempo, havia grupos que evitavam praticamente toda e qualquer participação política, enquanto outros grupos tinham militantes de partidos entre seus membros, o que dificultava ainda mais a expansão do PV no estado.

Por outro lado, muitos militantes de grupos ecológicos lançaram candidaturas nas eleições de 1988, principalmente para vereador, sendo alguns eleitos, como Roberto Trípoli, ligado ao Movimento Social Pró-Verde, em São Paulo, e Marco Antonio Mróz, do Museu de Cultura Caiçara de Ilhabela, nessa cidade.

Quanto à articulação com políticos já eleitos, a Pró-Juréia, como grande parte das entidades paulistas, mantinha contato direto com o Deputado federal Fábio Feldmann (PSDB), e também com alguns deputados estaduais da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, como Ivan Valente e Thelma de Souza (PT), Rubens Lara e Walter Lazzarini (PMDB).

Em campanhas para o executivo, a Pró-Juréia participou apenas da eleição à Prefeitura de Peruíbe, apoiando o candidato de oposição, Mário Omuro. Esse apoio traduziu-se em organização de festas na cidade, panfletagens e, sobretudo, na intensificação das denúncias em jornais sobre os interesses imobiliários na EEJI do prefeito da época, e, por conseguinte, do candidato da situação.

Com a posse de Mário Omuro (1989), a nova prefeitura, mais progressista, convidou alguns ecologistas locais para formar seu gabinete; descartou projetos imobiliários na área da estação ecológica e apoiou atividades da Pró-Juréia em Peruíbe.

- Novas Articulações

Com a intensificação de suas atividades de militância, paralelamente à sua estruturação como entidade ambientalista, a Associação em Defesa da Juréia estabeleceu novas articulações e conexões, envolvendo inclusive novos conflitos.

Como já havia sido mencionado, a entidade sempre procurou o apoio de empresas privadas para patrocinar suas atividades. No início, os patrocínios eram para cobrir custos de material de divulgação, e, com o passar do tempo, evoluiu para o

financiamento de campanhas e da infra-estrutura da organização (aluguel da casa, pagamento de funcionários etc.). Para esse fim, a Pró-Juréia ganhou um grande aliado: a Denison Propaganda, que desenvolveu gratuitamente diversas campanhas da entidade, promovendo-a em muitas outras empresas.

Outro importante contato estabelecido pela Pró-Juréia foi com as universidades estaduais. Apesar de muitos pesquisadores e estudantes, principalmente do curso de geografia da USP, participarem intensivamente das mobilizações iniciais em torno da preservação da Juréia, estes não tinham participação efetiva nos trabalhos da entidade.

Com o desenvolvimento de cursos sobre a região e a estruturação de um banco de dados pela própria entidade, a Pró-Juréia obteve grande apoio de professores e pesquisadores, com alguma atuação no local, sobretudo das áreas de biologia e geografia. Mesmo assim, ainda havia certa restrição dos acadêmicos à entidade, que, embora aprovassem as mobilizações realizadas pelos ecologistas para a preservação da Juréia, estranhamente criticavam a divulgação sobre a área, temendo sua invasão por turistas e curiosos, assim como criticavam as freqüentes visitas organizadas pela entidade à região, levando jornalistas, políticos e até artistas plásticos. Eles argumentavam que sendo a região da Juréia e dos Itatins uma estação ecológica, deveria ser visitada apenas por aqueles envolvidos com estudos, pesquisas científicas ou projetos de educação ambiental.

As atividades da Pró-Juréia em Peruíbe, cidade mais próxima e principal acesso de entrada à estação ecológica, propiciaram maior contato com grupos locais contrários ou que colocavam dificuldades à implantação da unidade de conservação. Eram escritórios de loteamentos com projetos na região, empresas de turismo que organizavam excursões para lá, a própria Prefeitura de Peruíbe, entre 1986 e 1988, além de massas crescentes de turistas, que a cada verão invadiam as praias e cachoeiras mais próximas dentro da estação ecológica, confirmando o temor dos acadêmicos.

Como até o início de 1989 não havia fiscalização e muito menos controle das entradas da região por parte da SMA, a Pró-Juréia denunciava freqüentemente aos jornais a ação desses grupos. Além disso, vários conflitos eram gerados entre eles e a entidade, geralmente acusada de ser composta apenas de ecologistas de São Paulo, apesar de contar em seu quadro com várias pessoas da cidade.

Outro grupo antagônico à atuação da Associação em Defesa da Juréia era formado por alguns proprietários de terras dentro da estação ecológica. Apesar de se dizerem a favor da preservação da região, exerciam pressão na Assembléia Legislativa e na SMA para a mudança dos limites da estação ecológica. Segundo a sua proposta, a unidade de conservação deveria se restringir somente à região do maciço da Juréia e à faixa litorânea, retirando-se a região do Itatins e parte da planície do rio Una, onde localizavam-se as terras desses proprietários, evitando assim serem desapropriados. Também

procuravam mobilizar as famílias que viviam na região (a maioria posseiros), afirmando que seriam expulsos com a implantação da estação ecológica.⁴⁹

5.2.3 - Terceira Fase (1990-1992)

A terceira fase das lutas em defesa da Juréia foi de enfraquecimento das conexões que haviam sido construídas à sua volta. A manutenção da entidade criada para isso tornou-se "pesada" para seus membros, ocorreram problemas intra-organizacionais (desde financeiros até políticos) e externamente a Pró-Juréia perdeu legitimidade. Essa situação foi acompanhada de esgarçamento da rede mais ampla (entidades ambientalistas, políticos, técnicos governamentais, Ministério Público e imprensa) e do surgimento de novos focos de ação da questão ambiental, como a ECO-92.

5.2.3.1 - As Atividades da Pró-Juréia e o Processo de

Implantação da Estação Ecológica de Juréia-Itatins

A partir de 1989, a SMA iniciou o processo de fiscalização e desapropriação das terras da EEJI. Retiraram-se do local tanto a Nuclebrás como os funcionários da Secretaria Especial de Meio Ambiente (federal). Assim, a única e problemática atuação governamental na área passou a ser de responsabilidade da SMA.

(49) Conforme já apresentado, as estações ecológicas são as unidades de conservação com uso mais restrito, voltadas exclusivamente para a proteção, pesquisa e educação ambiental. Com isso, legalmente, não seria permitido que as famílias continuassem habitando a EEJI. No entanto, o governo estadual havia se comprometido a manter as comunidades tradicionais na região.

A sede do batalhão da polícia florestal não tinha condições de operar,⁵⁰ e os mais de 60 vigias, contratados pela SMA, trabalhavam descoordenadamente. Não havia uma ação articulada entre guardas e vigias. Os levantamentos para as desapropriações seguiam em ritmo muito lento. Com todos esses problemas, eram freqüentes as saídas de caminhões de madeira da reserva e a ação de caçadores.

A Pró-Juréia continuou seu trabalho de acompanhamento e cobrança das ações governamentais, reunindo-se constantemente com a SMA ou denunciando aqueles problemas pela imprensa. Contudo, esse processo vai tornando-se cada vez mais difícil.

Para acompanhar a situação da Juréia, a entidade sempre obtinha informações de técnicos da SMA (que participavam ou não da entidade), colaboração essa cada vez mais escassa por diversos motivos. Dentre eles a pressão do Secretário Jorge Wilhelm, que, desde o início de sua gestão, havia restringido o contato desses funcionários com grupos externos ao órgão. Por outro lado, alguns desses técnicos "aliados" estavam envolvidos diretamente com a implantação da estação ecológica e não aceitavam as críticas dos ecologistas, principalmente aquelas relacionadas à fiscalização inoperante. Para eles, a responsabilidade pelos problemas recaía nas deficiências orçamentárias da secretaria e nos entraves burocráticos, sendo

(50) Construída em 1989, na entrada da estação ecológica, e contando com aproximadamente 15 guardas, essa sede constituía o principal posto de fiscalização da área. Porém, seu funcionamento era muito precário: havia falta de gasolina ou de viaturas para as rondas e, algumas vezes, até de alimentação, cobertores e botas para os guardas. Isso ocorria devido à inexistência de articulação operacional e financeira entre a Secretaria de Segurança Pública (responsável pelo efetivo policial) e a SMA (responsável pela manutenção da sede). Com isso, muitos guardas acabavam por permanecer na sede da polícia florestal na cidade de Peruibe, ou seja, fora do seu local de trabalho.

assim, Pró-Juréia deveria compreender a situação e limitar suas denúncias. Isso gerou uma série de conflitos na entidade, que resultou em certo afastamento dos técnicos.

As visitas à região, outra forma de acompanhamento do que por lá ocorria, foram restritas pela secretaria, que passou a controlar o acesso à parte central da estação ecológica, dificultando e mesmo impedindo a entrada de ecologistas críticos ao órgão.

Além disso, depois da campanha de 1988, em que a Pró-Juréia reivindicava a desapropriação e fiscalização da região, e das respostas (ainda que não efetivas) da secretaria, no ano seguinte, todas as cobranças e denúncias da entidade pareciam ser pontuais e pouco expressivas para a imprensa. A última e repercutida visita da entidade junto com a imprensa ao local aconteceu no final de 1989, quando se constatou a distância entre as medidas anunciadas e o que realmente estava ocorrendo.

A partir daí, com o campo de ação restrito, a Pró-Juréia concentrou suas atividades de acompanhamento nas reuniões abertas da SMA, em São Paulo e Peruíbe, sobre o processo de implantação da estação ecológica.

Esse processo desencadeou uma discussão até então latente: a situação da comunidade residente na estação ecológica. Apesar das restrições legais a respeito da permanência de moradores em estações ecológicas, no caso da Juréia o governo estadual havia se comprometido em não expulsar as 350 famílias que lá viviam, em sua imensa maioria, posseiros que ali estavam há gerações

(Mac Dowell e Belinky, 1989). Contudo, a partir de 1989, várias de suas atividades de sobrevivência começaram a ser coibidas: não podiam pescar, caçar, nem fazer queimadas para plantar a sua roça. Além do mais, havia revista da polícia florestal em habitantes de algumas áreas, quando iam ou voltavam de Peruíbe; diminuição do tráfego de ônibus de linha; e uma série de outros constrangimentos. Essa população, que passa a se sentir enclausurada pelo governo estadual, dele também cobra direitos mínimos e básicos como a construção de escolas e postos de saúde e a abertura de estradas para diminuir seu isolamento.

Para discutir esses problemas e procurar solucioná-los foram organizadas diversas reuniões no local, com técnicos da SMA, representantes de moradores das diversas comunidades, vereadores das quatro cidades circundantes da estação ecológica, entidades da região (como associações de pescadores e sindicatos rurais), e a própria Pró-Juréia.

Nessas reuniões, a entidade ficava em uma posição complicada, pois apesar de sempre ter defendido, por princípio, a manutenção das comunidades na região, tinha pouco contato com os habitantes e seus problemas. Além disso, a atuação dos ecologistas dirigia-se para pressionar o governo estadual a implantar a unidade de conservação, e as reivindicações dos moradores, mais que justas, poderiam prejudicar esse processo. Considerando a dispersão dessas 350 famílias, distribuídas em nove núcleos pela região, e o deficiente controle das diversas

entradas da estação ecológica,⁵¹ algumas das reivindicações, como a abertura de estradas e autorizações para desmatamento (para o plantio de suas roças), poderiam também ser utilizadas por grupos externos, interessados na exploração da estação ecológica, como madeireiros, plantadores de banana e até loteadores, que continuavam agindo. Desse modo, a Pró-Juréia permaneceu discutindo princípios que pareciam incompatíveis - a preservação de um lado e a manutenção das comunidades na área, de outro -, sem conseguir formular propostas concretas.

Procurando não ser excluída do debate, a Associação em Defesa da Juréia organizou, em setembro de 1990, uma grande reunião aberta em São Paulo, mais uma vez na Assembléia Legislativa, para discutir o assunto. Foram convidados representantes dos moradores, técnicos do governo, jornalistas, deputados estaduais e vereadores da região, outros grupos ecológicos e entidades que trabalhavam na defesa de comunidades tradicionais, como o Instituto de Antropologia e Meio Ambiente - Iamá. Compareceu também à essa reunião a recém-criada Associação dos Moradores da Juréia, presidida por um fazendeiro local, que defendia, desde 1987, a mudança dos limites da estação ecológica, o qual, com os recentes conflitos havia conseguido mobilizar moradores para essa causa. Após muitas discussões, nenhuma proposta foi articulada e estabeleceu-se um certo antagonismo entre ecologistas e moradores.

(51) Apenas a faixa litorânea entre a praia do Una e o maciço da Juréia tinha o acesso efetivamente controlado pela SMA, que comandava a balsa (antes nas mãos da Nuclebrás) para a travessia do rio Una, e permitia apenas a passagem de habitantes, técnicos e alguns pesquisadores.

Os debates sobre a situação dos moradores acirraram-se, principalmente a partir do segundo semestre de 1991, quando o novo conselho da Pró-Juréia passou a defender a indenização ou realocação da população residente. Com isso, a entidade foi criticada pelas instituições sócio-ambientalistas, como o Iamá, por outros ecologistas e, até mesmo, por técnicos governamentais, ficando isolada nesse debate.

Enquanto isso, a SMA e os moradores vão negociando diversos limites sobre atividades na estação, procurando chegar a alguns acordos sobre zonas de desmatamento e plantio, períodos de pesca, melhoria do acesso à região etc.⁵²

Terminando o assunto do acompanhamento das ações do governo na região, a Pró-Juréia mantém, entre 1989 e 1991, um funcionário na área do Despraiado, na serra dos Itatins. Era um morador local, que informava sobre os caminhões de madeira que saíam da região, as extrações de palmito e tantos outros problemas ligados à deficiente fiscalização, como os desmatamentos feitos pelos próprios moradores, às vezes com autorizações indevidas de técnicos da SMA. Com a intensificação dos conflitos com a população residente, esse funcionário passou a ser tratado como "delator" por parte dos seus vizinhos, recebendo ameaças verbais e retaliações, como tiros em sua casa e destruição de sua horta. A Pró-Juréia o transfere, então, para Peruíbe, onde ele passa a auxiliar os trabalhos de divulgação e educação ambiental.

(52) As negociações com os moradores, iniciadas em 1990, ainda não haviam chegado a uma solução definitiva até a época de fechamento da pesquisa para esta dissertação (dezembro de 1993).

Dentre suas outras atividades, a Pró-Juréia continua o trabalho de divulgação e mobilização. Porém, a partir de 1990, as palestras e mostras de audiovisual em escolas, universidades e centros culturais tornam-se cada vez menos freqüentes, uma vez que o assunto Juréia já não despertava tanto interesse. Ao mesmo tempo, apesar da sua capacidade em articular sócios, simpatizantes e outros ecologistas, a entidade não conseguia mais organizar grandes mobilizações. Embora houvesse ainda uma série de problemas, a EEJI estava sendo implantada, e as reivindicações feitas pela entidade ao governo, como a necessidade de uma fiscalização eficiente, por exemplo, eram muito pontuais para reunir pessoas em um ato público.

Nesse período, a Pró-Juréia continuava participando de Feiras do Verde e da Primavera, e comparecia a exposições e mobilizações realizadas por outros grupos ecológicos. Por outro lado, os eventos organizados pela entidade, como mostras de fotografia, shows de música e festas, rareavam-se.

A entidade mantém seu banco de dados sobre a região e continua realizando cursos, embora voltados quase que exclusivamente para a população de Peruíbe. E é nessa cidade que a Pró-Juréia passou a concentrar suas atividades de divulgação e educação ambiental, iniciando inclusive três novos projetos: o posto de informações sobre a Juréia, a produção de material didático para a rede municipal e o treinamento de monitores para atuarem na estação ecológica.

O posto de informações era uma espécie de centro cultural sobre a Juréia, e funcionava durante as temporadas de verão.

Foi instalado numa pequena casa cedida pela Prefeitura de Peruíbe, no centro da cidade, onde havia exposição permanente de fotos, maquetes e documentos sobre a estação ecológica, pequenas palestras e reuniões, e venda de material promocional.

O segundo projeto, realizado em 1990, em conjunto com a prefeitura e com um grupo especializado em educação ambiental, desenvolveu material didático de apoio aos professores municipais, para que esses incluíssem o tema da Juréia em suas aulas. Esse programa compreendia a produção de apostilas, slides e até de um vídeo sobre os problemas ambientais urbanos de Peruíbe, além do treinamento de professores e o acompanhamento de sua implantação.

Enfim, o terceiro projeto colocou monitores de educação ambiental em vários pontos de visitação controlada dentro da estação ecológica, a fim de orientar os turistas. A entidade procurava diminuir o impacto de uma das conseqüências de suas campanhas: à medida que se divulgava a Juréia para a sua preservação, a região ficava cada vez mais conhecida do grande público, atraindo crescentes levas de turistas no verão.⁵³

Assim, foi montado um programa com monitores recrutados nas faculdades de biologia e geografia, principalmente da USP e Unesp, e entre os sócios e simpatizantes da Pró-Juréia. Esses monitores, treinados pela própria entidade, foram distribuídos em cinco equipes, que atuavam nas cachoeiras e praias mais

(53) A Pró-Juréia cobrava constantemente da SMA a restrição do número de excursionistas dentro da estação ecológica, bem como o impedimento de acesso a determinadas áreas. Apesar da existência de um posto da polícia florestal, os carros de passeio trafegavam livremente nas áreas próximas de Peruíbe, havendo até engarrafamentos em feriados ou durante a temporada. Assim, não podendo proibir a entrada de turistas, a entidade procurou ao menos informá-los da importância do local.

próximas de Peruíbe, e na praia da Juréia, próxima a Iguape. Para realizar essa empreitada, a Pró-Juréia buscou patrocinadores para fornecimento de camisetas e bonés, e restaurantes de Peruíbe, para fornecimento de alimentação. Além disso, a entidade teve de obter permissão da SMA para atuar dentro dos limites da estação.

Apesar das diversas colaborações e do fato de os monitores trabalharem voluntariamente, a Pró-Juréia teve enormes gastos com o projeto, realizado no verão de 1990 e não repetido no ano seguinte por falta de patrocínio.

Essa experiência trouxe uma nova leva de militantes para a entidade (estudantes entusiasmados com a experiência de campo) e maior contato com a população local. Não há dados sobre o impacto do projeto nos turistas, mas constatou-se que a única informação que lhes interessava era sobre o acesso às praias e cachoeiras.

Por último, cabe destacar que durante essa terceira fase, a Associação em Defesa da Juréia, além de suas atividades problemáticas de acompanhamento da implantação da EEJI, e de seu trabalho de divulgação e mobilização, ainda mantinha sua articulação com outros grupos ambientalistas, promotores, políticos e jornalistas. Articulação essa que, muito ao contrário de se expandir, foi-se fragilizando até quase desaparecer, seja por problemas internos da entidade, seja por mudanças no cenário e na composição dessa rede ambientalista em São Paulo.

5.2.3.2 - Problemas Internos e Desorganização da Entidade

A partir de 1990, a Associação em Defesa da Juréia começou a sofrer uma série de desgastes em sua organização e estrutura, parte como reflexo dos enfrentamentos externos da entidade e parte por conflitos e disputas políticas entre os seus membros. Esses desgastes são observados pelos crescentes problemas financeiros da entidade, pela dificuldade na realização de suas atividades e pelas crises em seu conselho deliberativo.

Os problemas financeiros advieram das crescentes despesas da entidade com sede, telefones, funcionários e projetos deficitários (como o de monitores), em contrapartida à diminuição da entrada de recursos. Estes continuavam a ser gerados pela venda de materiais de propaganda e, sobretudo, pelas doações e patrocínios de empresas colaboradoras, enquanto o montante das contribuições dos sócios mantinha-se pouco relevante.

Com o esvaziamento da causa da Juréia e sua diminuta imagem na mídia, houve retração das fontes de renda, principalmente das empresas patrocinadoras. Tal fato não deixa de ser irônico, pois, enquanto a Pró-Juréia se voltava apenas para a pressão sobre o governo e a divulgação do trabalho da entidade através de eventos, havia certa estabilidade orçamentária; mas, quando iniciou atividades concretas, sobretudo na região, a sua atuação perdeu visibilidade e, conseqüentemente, grande parte do apoio financeiro.

Com esses estrangulamentos, em 1991 a Pró-Juréia só pôde arcar com as despesas de apenas um funcionário, e passou novamente a dividir a sede com outras entidades, além de reduzir suas atividades.

A realização das atividades-fim de acompanhamento, divulgação e mobilização tornou-se também mais difícil, assim como a procura de novos patrocinadores e a produção de material promocional. Além dos constrangimentos financeiros, a limitação do quadro profissional da entidade fez recair uma grande carga de trabalho sobre a diretoria e o conselho administrativo. Estes, apesar de incorporarem novos militantes, contavam com membros cuja participação, desde o início dos movimentos pela preservação da Juréia (antes mesmo da formação da entidade), sempre fora voluntária e não remunerada. Por isso, os trabalhos da entidade eram sempre realizados nas brechas de suas atividades profissionais, em noites e finais de semana, o que passou a ser insuficiente nesse momento pela qual passava a entidade.

Muitos desses militantes também se afastaram da entidade, seja por desentendimentos internos, seja por problemas pessoais ("Foram cuidar da própria vida") e até para atuarem em outras entidades. Com isso, a manutenção e a atuação da Pró-Juréia tornaram-se progressivamente mais "pesadas" para seus componentes.

Outra atividade, ligada tanto à mobilização como à manutenção material da Pró-Juréia, que começou a se estrangular foi o contato com os sócios e simpatizantes, fundamental para a

renovação de quadros e a "oxigenação" da entidade. Os dois últimos boletins foram publicados em 1990; as cartas para os mais de 1.200 sócios tiveram sua frequência controlada, culminando, no ano seguinte, na suspensão da correspondência aos sócios inadimplentes. Ainda eram realizadas, até o final de 1991, reuniões abertas semanais e assembléias anuais, com quoruns cada vez mais reduzidos. Em 1992, ainda ocorreram reuniões esporádicas, mas a entidade já está esvaziada.

O terceiro desgaste interno da entidade vinculou-se às crises políticas de seu conselho deliberativo. Desde sua formação inicial, a atuação desse conselho (e por conseguinte, o direcionamento da entidade), caracterizou-se pelo "equilíbrio instável" entre seus componentes. Além de certas rixas que perduravam entre os membros de perfil técnico, oriundos do Grupo de Defesa da Juréia, e a "moçada", vinda do Movimento Pró-Juréia, a partir de 1990 eclodem dois grandes conflitos.

O primeiro deles relacionava-se à atuação dos já mencionados "técnicos aliados". Apesar da dedicação que tinham à causa ambientalista, suas atividades paralelas, ora dentro, ora fora do governo, traziam para dentro da entidade um clima conflitante, gerado, por um lado, pelas pressões impostas por suas chefias e, por outro, pelos questionamentos feitos por parte dos companheiros ecologistas.

Enquanto a causa da Juréia se concentrava na criação da EEJI e na reivindicação de sua desapropriação e fiscalização, o conselho permanecia unido. Com o processo de implantação da estação ecológica, surgiram as críticas, por parte da Pró-

Juréia, à atuação SMA, as quais atingiam diretamente a atividade desses técnicos ou de seus colegas de trabalho. E, à medida que a maioria do conselho deliberativo recusava-se a aceitar as justificativas sobre os problemas burocráticos do órgão (que realmente existiam, mas não poderiam condicionar a ação governamental), a Pró-Juréia mantinha sua posição de ONG, pressionando o governo e denunciando a ineficiência deste em relação aos problemas da Juréia. Diante desses fatos, a partir de 1991, a maioria desses membros saiu do conselho, restando apenas um, vinculado ao governo federal.

Outro conflito instalado e que minou a entidade foram as discussões geradas de seu posicionamento quanto à manutenção dos moradores na estação ecológica. Apesar de essa manutenção ser defendida, como princípio, desde o início das lutas pela Juréia, o processo de implantação da reserva revelou que, na prática, ela poderia comprometer a preservação da área. Além disso, nas reuniões abertas sobre o tema, em Peruíbe e em São Paulo, o antagonismo que se construía entre preservação e questão social enfraquecia a atuação dos ecologistas. Diante dessa situação, membros do conselho defendiam maior aproximação da Pró-Juréia com a realidade da região, sobretudo para acompanhar e auxiliar a população residente. Proposta essa considerada "assistencialista" por parte de outros membros, que discutiam, inclusive, a possibilidade de indenização dessas famílias ou sua realocação para outras áreas fora da estação ecológica. Esse conflito interno, acirrado por outros desentendimentos entre membros do conselho, ao mesmo tempo que manteve indefinida a posição externa da entidade, concretizou a

formação de duas chapas antagônicas para o conselho,⁵⁴ no primeiro semestre de 1991. Em maio, às vésperas da eleição, o grupo que procurava aproximação com os moradores se desarticulou e, durante a assembléia que empossou o novo conselho, retirou-se da entidade.

Esses conflitos internos agravaram o esvaziamento da Associação em Defesa da Juréia (que já passava por problemas financeiros e crise de militância). De maneira interligada, a entidade, com seu novo conselho, adotou uma radical postura conservacionista, sendo criticada pelos grupos que apoiavam a manutenção dos moradores na região, técnicos governamentais e outros ecologistas, isolando-se nas reuniões sobre a estação ecológica.

Ao mesmo tempo, sua atuação torna-se cada vez mais desarticulada com a rede ambientalista, que também sofria mudanças.

5.2.3.3 - Contexto de Mudanças na Rede Ambientalista em São Paulo

A partir de 1990, uma série de alterações vão ser observadas na atuação de cada um dos componentes da rede ambientalista em São Paulo (principalmente no setor governamental e nas entidades ambientalistas), modificando a

(54) Isso constituía um fato inédito para a entidade. Seu conselho era formado por 15 membros, com mandatos de dois anos, renovados em períodos alternados, a fim de impedir descontinuidades. Assim, anualmente havia assembléia para renovação de metade do conselho, possibilitando a participação de novos sócios. Mas, sua composição era sempre resultado de acordos, não alterando o equilíbrio de forças do grupo interno. Desse modo, pela primeira vez a direção da entidade passava por uma disputa eleitoral, com duas propostas de atuação política incompatíveis entre si.

sua forma de articulação e, indiretamente, acentuando as crises da Associação em Defesa da Juréia.

Essas alterações refletiam a grande mudança no cenário mundial e brasileiro da questão ambiental no ano de 1989, marcado, sobretudo, por dois fatos muito ligados: a pressão internacional sobre a Amazônia e a decisão da Assembléia da ONU em realizar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, no Brasil.

O primeiro fato resultou de um processo crescente de denúncias, principalmente na mídia internacional, sobre a degradação ambiental e a destruição de áreas na Amazônia, causadas pelas queimadas, mineração e garimpo, e projetos hidrelétricos, entre outros. Com as visitas de líderes indígenas à Europa e aos Estados Unidos - relatando as violências sofridas e a invasão de suas terras -, a morte de Chico Mendes (dezembro de 1988) e a crescente articulação de ONGs ligadas a movimentos sociais, a questão ambiental tomou contornos cada vez maiores de luta por justiça social.

O governo brasileiro, apoiado por setores conservadores da mídia nacional, reagiu inicialmente às críticas e pressões internacionais com certa xenofobia, definindo-as como parte de um "complô" pela internacionalização da Amazônia. Contudo, procurando mudar a imagem de vilão ambiental que o País havia adquirido na mídia internacional, o próprio Presidente Sarney reivindicou formalmente à ONU a sede da ECO-92 para o Brasil, o que foi concedido. Ao mesmo tempo, intensificaram-se os debates, inclusive no Brasil, sobre pobreza e degradação

ambiental (iniciados em Estocolmo, em 1972, e consolidados no Relatório Brundtland, em 1987) e sobre novas formas de cooperação entre países ricos e pobres, assim como formas de participação não-governamental.

Esses acontecimentos ampliaram o enfoque sobre os problemas ambientais, agregando a questão indígena, a sobrevivência dos povos da floresta e de populações tradicionais, entre outras lutas. A ECO-92, por sua vez, deflagrou intensa mobilização por parte dos governos federal e estaduais e dos mais variados setores da sociedade civil (de sindicatos a entidades empresariais, ONGs de movimentos sociais, grupos e instituições científicas e até ecologistas).

Esse novo cenário teve grande influência sobre a rede ambientalista em São Paulo, que também já passava por algumas transformações, refletindo-se sobre a Associação em Defesa da Juréia.

- Desarticulação da Associação em Defesa da Juréia com o setor governamental

Ao final do Governo Quéricia, a SMA (resultante da reunião de vários órgãos estaduais), já se encontrava mais consolidada, com um corpo técnico menos desagregado e com crescente atuação, voltada, principalmente, à análise da viabilidade ambiental dos grandes projetos no estado. Com o Governo Fleury e a mudança de secretário de meio ambiente (assumindo essa pasta o advogado Alaor Café Alves), iniciou-se um diálogo melhor entre o órgão e

os grupos ecológicos, apesar da manutenção dos conflitos em torno do Consema e das audiências públicas.

Tendo em vista não somente a realização da ECO-92, mas principalmente o aporte de recursos de agências financiadoras externas, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o governo estadual deu enorme destaque a projetos de recuperação ambiental, procurando fixar a imagem de grande interessado no assunto (Fleury, 1992). Desse modo, foram iniciados, e muito divulgados, projetos como a despoluição do rio Tietê, a recuperação da represa de Guarapiranga, as operações Mata-Fogo (de combate a incêndios florestais) e Olho-Vivo (de monitoramento da cobertura vegetal), e também foi discutida a proposta de Código Ambiental para o estado. O governo paulista também organizou fóruns de debates preparatórios para a ECO-92, além de eventos paralelos em São Paulo e no Rio de Janeiro, e enviou uma grande delegação para a Conferência, chefiada pelo próprio Governador Luís Antonio Fleury.

Esse processo mobilizou grande parte dos recursos humanos e financeiros da SMA, que ao mesmo tempo teve ampliado seu trabalho de análise de viabilidade ambiental de projetos. Com isso, a implantação da EEJI e de outras unidades de conservação passou a ser uma prioridade distante, sem visibilidade política alguma, seguindo, em consequência, um ritmo muito lento.

Quanto à articulação entre a SMA e a Associação em Defesa da Juréia, houve desligamento contínuo. Se, no final da gestão de Jorge Wilhelm, os embates permanentes levaram à falta de

diálogo entre as partes, quando o novo secretário assumiu, em 1991, a entidade, por problemas internos, começava a se desmobilizar, perdendo inclusive a capacidade de acompanhar e cobrar ações do governo. Ainda assim, os poucos ecologistas que restaram na entidade continuaram participando de reuniões abertas sobre a situação da Juréia. Juntos com a Fundação SOS Mata Atlântica obtiveram a assinatura de decretos complementares para a implantação da EEJI, no início de 1992. Porém, isso não foi suficiente para uma nova articulação.

Concluindo, apesar de a entidade continuar existindo até o período de conclusão desta pesquisa (dezembro de 1993), a sua atuação não tem apresentado mais nenhuma articulação com o governo estadual (seja de conflito, seja de trabalho conjunto), resumindo-se ao acompanhamento de algumas reuniões abertas sobre a região e adotando posições isoladas.

Por fim, em relação ao governo municipal, o esvaziamento da entidade também levou à desarticulação das ações conjuntas que desenvolvia com a Prefeitura de Peruíbe

- Desarticulação da Associação em Defesa da Juréia com a imprensa

Em relação à imprensa, houve maior desarticulação entre ela e o tema da preservação da Juréia que exatamente com a Associação em Defesa da Juréia.

Diante do processo de implantação da EEJI, a partir de 1989, o assunto Juréia esmaeceu na imprensa, que passou a considerá-lo um "móvel de luta resolvido", mesmo havendo

denúncias dos ecologistas sobre os vários problemas ainda existentes na região, inclusive sobre os crescentes conflitos com a população residente. Ao mesmo tempo, o controle da SMA sobre a área tornou as visitas de jornalistas mais difíceis, principalmente se acompanhadas pela Pró-Juréia.

O crescente desinteresse da imprensa pela Juréia, embora ainda fossem feitas algumas reportagens esporádicas, foi inversamente proporcional à sua atenção para o novo cenário das questões ambientais, como as pressões internacionais sobre a degradação ambiental no Brasil e a realização da ECO-92. Assim, enquanto os meios de comunicação de massa divulgavam as ameaças à preservação da Amazônia e a luta pela defesa dos povos da floresta (indígenas e seringueiros), não se mostrava à opinião pública conflitos muito semelhantes envolvendo a preservação da Mata Atlântica e as comunidades caiçaras.

A cobertura pela imprensa da preparação e realização dos eventos da ECO-92, incluindo a conferência oficial e o Fórum das ONGs e seus debates, intensificou-se de tal forma que não restou muito espaço para temas que não fossem "globais". Terminados os eventos, sua grande divulgação contribuiu para certa saturação do tema meio ambiente, principalmente a partir do segundo semestre de 1992.

- Desarticulação da Associação em Defesa da Juréia com outros grupos ambientalistas

Ainda em 1990, as entidades ambientalistas em São Paulo mantiveram uma atuação bastante articulada, não apenas em torno

de suas próprias campanhas, mas também sobre as discussões no Consema e as audiências públicas envolvendo projetos de grande impacto ambiental. Foi também um ano eleitoral, com o lançamento de candidaturas verdes e a discussão de uma Plataforma Ambiental Mínima para os candidatos a governador do estado (a exemplo da plataforma apresentada para os presidenciais, no ano anterior).

A Pró-Juréia continuou atuando nessas campanhas e mobilizações, embora eventos e atos públicos especificamente sobre a questão da Juréia tenham se reduzido bastante diante da incapacidade de organizá-los e reunir seus militantes. Concomitantemente, a entidade iniciou projetos de educação ambiental e divulgação em Peruíbe e passou a acompanhar com maior frequência os problemas na região. Com isso, a entidade distanciou-se de algumas atividades do movimento ecológico, como, por exemplo, as reuniões quase semanais dos grupos ambientalistas para formulação de estratégias de atuação no Consema.

Por outro lado, a decisão da ONU em realizar a CNUMAD no Brasil redirecionou as atividades de grande parte das entidades ambientalistas no estado e no País (Feldmann, 1992). Algumas delas, como a Oikos e a Fundação SOS Mata Atlântica, de São Paulo, a Fundação Biodiversitas, de Minas Gerais, e a Funatura, do Distrito Federal, que contavam com uma estrutura profissional bem montada, já realizavam contatos com outras ONGs ambientalistas estrangeiras. Entretanto, a realização da ECO-92 seria uma oportunidade para se ampliar a rede ecologista

internacional destas e de outras entidades. Além disso, o encontro fortaleceria a rede brasileira, possibilitando-a de participar de discussões globais sobre o destino do planeta.

Ao mesmo tempo, diversas ONGs ligadas a movimentos sociais ou à questão indígena, com crescente atuação em assuntos ambientais e que também já se articulavam com outras ONGs estrangeiras, mobilizam-se para sua participação concreta no evento do Rio.

Após várias reuniões informais entre as ONGs ambientalistas e aquelas ligadas aos movimentos sociais, foi criado, em junho de 1990, o Fórum das ONGs brasileiras, preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ser realizada simultaneamente à conferência oficial dos governos, em 1992. Segundo Capobianco (1992), o fórum iniciou-se em São Paulo, com 39 entidades e chega a 1.300 em 18 meses de atividade. Foram realizados diversos encontros nacionais para divulgar a realização da ECO-92 e discutir e elaborar documentos de subsídio à participação das ONGs na Conferência da ONU e na montagem da sua própria Conferência. Representantes do fórum brasileiro também participaram de reuniões internacionais preparatórias e começaram a trabalhar junto com ONGs estrangeiras alguns temas globais.

Essa articulação brasileira não-governamental em torno da ECO-92, envolvendo entidades da sociedade civil ligadas aos mais diferentes setores, apesar dos diferentes enfoques e discursos, chegou a uma compreensão básica comum: de que o

modelo de desenvolvimento econômico existente no País deve ser modificado, "procurando-se um modelo que seja socialmente justo, economicamente eqüitativo e ecologicamente sustentável"(Capobianco, 1992, p.16). Embora permaneça ainda no campo dos princípios, essa compreensão significou grande aproximação entre movimentos sociais e movimentos ecológicos.

A preparação e a realização dos eventos da ECO-92 efetivamente possibilitaram o fortalecimento da rede ecológica internacional, e trouxeram enorme evidência à atuação das ONGs (ambientalistas ou não). Após as conferências, foi mantido um trabalho articulado entre ONGs nacionais e estrangeiras para pressionar os respectivos governos a ratificar os tratados assinados e assinar aqueles discutidos em junho de 1992.

A Associação em Defesa da Juréia participou da fase inicial desse processo, em suas primeiras reuniões em 1990, mas não o acompanhou por diversas razões, como as suas crises internas, que eclodiram no ano seguinte, esvaziando a entidade; e, principalmente, devido à pouca articulação da nova diretoria da entidade com o resto do movimento ambientalista.

Embora muitos ecologistas que haviam militado na entidade tenham participado dos eventos da ECO-92, a Pró-Juréia manteve-se alheia aos grandes debates. Da mesma forma, a partir de 1991 afastou-se gradativamente das mobilizações do movimento ecológico em São Paulo, que, por sua vez, têm diminuído de intensidade.

- Desarticulação da Associação em Defesa da Juréia em relação ao Ministério Público

A atuação conjunta entre a Pró-Juréia e a Curadoria do Meio Ambiente do Ministério Público também passou por gradativo enfraquecimento nessa fase. Além das crises e do esvaziamento da entidade, estrangulando sua capacidade de levantar denúncias e encaminhar ações civis públicas, outro fator que contribuiu para isso foi a sobrecarga de ações nessa Curadoria. Contando com uma equipe reduzida na capital, apesar do incremento de promotores de meio ambiente espalhados por todo o estado, o órgão não tinha estrutura suficiente para processar o volume crescente de denúncias e ações a ele encaminhadas. A Curadoria do Meio Ambiente também participou de outros processos, como a discussão da proposta de Código Ambiental, apresentada pela SMA, as reuniões do Consema, nas quais tem assento e direito a voto, e as discussões e eventos preparatórios da Conferência do Rio.

A redução dessa equipe do Ministério Público agravou-se no segundo semestre de 1992, com a nomeação do promotor Édis Milaré para Secretário do Meio Ambiente, fato bem recebido pelos grupos ecológicos de São Paulo. Até então, ele era o chefe da Curadoria do Meio Ambiente e, para a montagem de sua assessoria no novo órgão, chamou vários promotores que atuavam na área.

- Desarticulação da Associação em Defesa da Juréia em relação aos políticos

A Pró-Juréia, em 1990, ainda participou de algumas campanhas de candidatos ligados ao movimento ecológico, e da elaboração e divulgação da Plataforma Ambientalista Mínima para os candidatos ao governo do estado.

Nesse momento, a entidade já não mais conseguia realizar visitas com deputados estaduais e federais à região, embora ainda mantivesse algum contato com os políticos para denunciar problemas da Juréia. Com a desestruturação da Pró-Juréia, esses contatos desaparecem.

Vale a pena destacar que, nessa fase, há crescente atuação da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de São Paulo, presidida pelo Deputado Ivan Valente (PT), e que se transformou em um dos fóruns de discussão sobre os conflitos na implantação da EEJI. Mesmo com uma participação muito reduzida da Pró-Juréia, a partir de 1991, as reuniões na Assembléia Legislativa reuniam técnicos do governo, representantes dos moradores, grupos sócio-ambientalistas de apoio à população residente, políticos da região e outros grupos ecológicos que também acompanhavam os problemas da Juréia, como a Fundação SOS Mata Atlântica.

5.2.3.4 - O Esmacimento da Entidade

Em dezembro de 1993 (período de fechamento da pesquisa), a Associação em Defesa da Juréia continuava em atividade. O conselho deliberativo empossado em 1991 foi-se esvaziando por

novos desentendimentos internos ou mesmo por desinteresse pessoal de alguns membros, restando poucos ativistas. Em 1992, a entidade organizou dois cursos de curta duração sobre a Juréia e algumas palestras e debates em sua sede, procurando discutir propostas para a EEJI. Essas atividades contaram com o apoio de professores universitários e de alguns técnicos governamentais, e procuravam atrair associados e simpatizantes. Contudo, esses debates não reverteram o processo de esvaziamento interno da entidade, assim como não alteraram a sua postura contrária à permanência de moradores na região. Desse modo, a Pró-Juréia continuou participando das reuniões da SMA e da Assembléia Legislativa sobre a região, embora em posição isolada e sem voz ativa.

A entidade também não acompanhou mais os debates e as atividades do movimento ecológico, em suas campanhas, ou nas reuniões do Consema, mantendo apenas algum contato com a Fundação SOS Mata Atlântica.

Por restrições orçamentárias,⁵⁵ apesar de ainda ocupar a mesma sede, a Pró-Juréia passou a compartilhá-la com outros grupos, a fim de dividir despesas. Pelo mesmo motivo, ela também não empregava nenhum funcionário, passando a concentrar suas atividades nas mãos da atual presidente da entidade.

(55) As receitas da entidade restringiam-se às poucas contribuições de sócios e a um convênio de pesquisas que mantinha.

6 - DISCUSSÃO

Como atores recentes da arena pública, as entidades ambientalistas no Brasil têm sido analisadas pela perspectiva sociológica e política. Porém, a dinâmica cada vez mais ampla e intensa do movimento ambientalista e entre este e outros setores da esfera social e governamental, conduz a novos enfoques de observação, privilegiando-se neste trabalho o estudo das relações interorganizacionais.

Ao articular e manter conectadas pessoas, instituições e interesses públicos em torno de uma causa ambiental, uma entidade consegue grande eficácia política. Essa eficácia pode ser expressa em legitimidade, evidência na imprensa, em poder dialogar diretamente com as agências governamentais envolvidas e, principalmente, por ter atendidas suas reivindicações.

No caso da Pró-Juréia, em concomitância ao crescimento da mobilização em volta de seu objeto de luta, o conjunto ampliado de militantes procurou formas de se estruturar, institucionalizando a entidade e se transformando em ONG. Com a passagem do tempo, deflagrou-se certa contradição: no momento em que a entidade passou a se "organizar", tornou-se "pesada" para seus membros, afetando sua agilidade interna e sua capacidade de mobilização.

Partindo dessas considerações, a luta pela preservação da região da Juréia e a dinâmica da organização estruturada para isso (a Associação em Defesa da Juréia) constituem interessante

estudo de caso para a discussão da dinâmica do movimento ecológico da perspectiva interorganizacional.

Essa discussão tem como pano de fundo a emergência da questão ambiental, em seu multissetorialismo e na ampliação de seu enfoque (passando da preservação dos recursos naturais para uma visão de desenvolvimento sustentável). Desse modo, não se pode compreender o desenvolvimento da luta em torno da Juréia e a atuação da entidade a ela vinculada, se não se observar a formação da arena interorganizacional em sua volta e a dinâmica de rede que se estabelece.

A Associação em Defesa da Juréia era uma entidade de militância, semiprofissional, com uma linha de atuação bem definida, embora não fosse estruturada como outras ONGs ambientalistas, as quais tinham um corpo técnico profissional e mecanismos de captação de recursos no exterior.

A entidade foi criada em 1986, num contexto de "ambiente turbulento", do ponto de vista interorganizacional. A temática ambiental consolidou-se em vários setores: nas esferas de governo, no empresariado, na política, propiciando o surgimento de novas entidades e a ampliação do debate sobre desenvolvimento sustentável.

Nesse quadro de proliferação de atores e instituições, houve crescente complexificação na forma de agir das entidades e suas inter-relações com outros setores. A atuação isolada dos grupos ecológicos, que prevaleceu até o início dos anos 80, foi cada vez mais substituída por formas mais articuladas e

integradas de ação, com o estabelecimento de conexões e formação de redes pessoais e intersetoriais. Foi nesse "ambiente organizacional" que se deu o surgimento da Pró-Juréia. Sua atuação, marcada pela formação e consolidação de uma rede ambientalista multissetorial, garantiu grande parte de sua eficácia na inserção do tema da preservação da Juréia na arena pública.

Nesse sentido, a dinâmica do movimento em torno da questão da Juréia tem mais clara compreensão se observada pelo enfoque interorganizacional, que considera o conjunto de organizações e setores envolvidos e suas diversas conexões, e a lógica de trabalho em rede que a entidade assumiu.

Como já foi apresentado no terceiro capítulo, a temática interorganizacional atém-se à discussão dos distúrbios e das questões emergentes na forma de agir das organizações e à observação dos arranjos e dinâmicas que se desenvolvem entre elas, como conexões e redes.

Para compreender esses fenômenos foram desenvolvidas duas abordagens principais: a ecologia organizacional e a regulação sistêmica das relações interorganizacionais. A primeira delas, desenvolvida por Trist, volta sua atenção para o campo organizacional criado por determinado número de organizações, cujas inter-relações compõe um sistema. Já a abordagem da regulação sistêmica, discutida por Crozier e Thoenig, analisa a organização e sua dinâmica como parte de um sistema maior, complexo e estável, no qual se desenrola um "jogo coletivo"

entre as entidades que o compõe e que procura a integração e a homeostase, pressionando a manutenção de seu "estado estável".

Essa segunda abordagem, apesar de sua contribuição para o debate interorganizacional, é insuficiente para entender a dinâmica da luta em torno da defesa da Juréia e a organização criada para esse fim.

Apesar de haver certa interdependência entre as organizações e setores envolvidos nesse processo (entidades ambientalistas, agências governamentais, Ministério Público, políticos e imprensa), o processo decisório não era interseccional, como Crozier e Thoenig apontaram em seu estudo. Ao mesmo tempo, no caso da Juréia não se observa uma regulação cruzada entre as organizações em sua forma de agir. Além disso, a abordagem sistêmica enfatiza as estratégias dos "parceiros" (componentes do sistema), assim como os "jogos coletivos" por eles desenvolvidos. Essas estratégias correspondem às regras de regulação existentes entre eles, que procuram dar estabilidade ao sistema e restringir o processo de mudança, o que também não foi demonstrado em sua totalidade no estudo escolhido.

Por outro lado, a abordagem da ecologia organizacional permite observar os fenômenos interorganizacionais que se desenvolvem, não apenas em torno da defesa da Juréia, mas no campo mais amplo da questão ambiental. A própria emergência do ambientalismo e sua multissetorialização, na década dos 80, pode ser compreendida como a formação de um novo domínio organizacional, unindo populações organizacionais a um conjunto de problemas ou área de preocupações sociais comuns. Dessa

perspectiva, a ampliação da consciência ecológica em todo o mundo, assim como no Brasil, pode ser definida como um processo complexo de apreciação de novos valores, que começam a ser compartilhados por um número cada vez maior de setores e organizações na sociedade.

Como domínio organizacional amplo, o ambientalismo tem uma "fronteira" estreita no contexto brasileiro dos anos 70, restrito à preservação dos recursos naturais, ampliando-se na década seguinte, com a incorporação do debate sobre desenvolvimento sustentável. Isso fez com que o domínio passasse a agregar uma gama cada vez maior de organizações e setores, ao mesmo tempo que toma como "direção" a aproximação com a comunidade científica e os movimentos sociais.

Entre os tipos de domínio definidos por Trist, o ambientalismo poderia ser considerado como um domínio não centrado, isto é, não há uma organização de referência que estabeleça suas diretrizes, fronteiras ou valores. Ao contrário, ele tem uma dinâmica de rede. Seu funcionamento, aliás, se expressa através do desenvolvimento de várias redes - científicas, governamentais, do movimento ecológico etc. -, nacionais e internacionais, em torno da questão ambiental. A própria realização da CNUMAD e seus eventos simultâneos, em 1992, propiciou a oportunidade de estabelecer e consolidar diversas redes, em todas as esferas elencadas, além de fortalecer e legitimar o seu domínio mundialmente.

A rede ambientalista em São Paulo, formada por entidades ambientalistas, técnicos governamentais, imprensa, políticos e

Ministério Público, observada no estudo de caso, também pode ser considerada como parte desse amplo domínio organizacional. Nesse domínio emerge a questão da Juréia, formando em escala menor um outro domínio organizacional (do tipo centrado em uma organização de referência). De grupos isolados e não-permanentes nos anos 70, a partir da segunda metade da década dos 80, a defesa da região mobilizou um número cada vez maior de pessoas e organizações.

Seguindo as etapas - elencadas por Trist - de formação de um novo domínio organizacional, pode-se observar, a partir de 1985, o reconhecimento de um novo metaproblema entre ecologistas, técnicos governamentais, cientistas e estudantes: as ameaças à preservação da Juréia. Esse reconhecimento foi ampliado e compartilhado por grande número de pessoas e entidades ("appreciation"). Identificado, esse novo domínio organizacional (o conjunto de populações organizacionais preocupadas com o destino da Juréia) segue sua direção, voltando-se para o enfrentamento do problema: cobrar do governo (primeiramente o federal e depois o estadual) medidas para a preservação da área. Esse novo domínio também passa a tomar forma, observando fronteiras e delimitando, assim, quem "está dentro" (ecologistas e colaboradores da causa) e quem "está fora" ("inimigos" como a Nuclebrás e loteadores ou instâncias de pressão como o governo federal e o estadual). Internamente, os fundadores ("stakeholders") do domínio iniciam a acomodação de interesses conflitivos, procurando assegurar um terreno comum de atuação, como ocorre entre os membros do Grupo de Defesa da Juréia e o Movimento Pró-Juréia que partem para o

trabalho conjunto, do segundo semestre de 1986 em diante, e terminam por criar uma nova entidade.

Do enfoque da ecologia organizacional, pode-se considerar a Associação em Defesa da Juréia como uma "organização de referência", criada para tomar ações em nome do domínio organizacional de defesa da Juréia (formado por ecologistas, técnicos, jornalistas, pesquisadores etc). Uma nova organização foi instituída, com algumas das características apontadas por Trist. É uma organização representativa (contendo membros dos grupos que defendiam a causa), voluntária (ela não recebeu nenhum mandato para a sua efetivação), emergente (voltada para a inovação - a preservação de uma área, respeitando as comunidades existentes) e múltipla (desenvolvendo uma série de atividades).

Ao mesmo tempo, o processo de institucionalização da entidade pode ser observado também pelo enfoque sistêmico, discutido por Crozier e Thoenig, como parte de um jogo do campo de relações interorganizacionais. A necessidade de se estruturar como associação, com registro formal, estatuto, instituindo diretoria e representantes formais, segue algumas regras de regulação do sistema (formado pelo conjunto de organizações envolvidas com o tema meio ambiente). A institucionalização da entidade foi condição *sine qua non* para que ela pudesse participar das reuniões do Consema e outros foros das agências governamentais, para o ajuizamento de ações no Ministério Público, facilitando também o reconhecimento pela imprensa e outras entidades ambientalistas ou não.

Dessa forma, apesar da criação da entidade não ter sido "exigida" por nenhum desses "parceiros" (segundo expressão utilizada pelos autores), ela faz parte de uma estratégia comum de consolidação do campo ambiental e de regulação cruzada entre eles.

Voltando à perspectiva da ecologia organizacional, ao se analisar as atividades e o comportamento interorganizacional da Associação em Defesa da Juréia até o início de 1991, pode-se inferir que a entidade assumiu o papel de organização de referência (do domínio em torno da preservação da região). Nesse sentido, seu desempenho foi observado nas três funções básicas discutidas por Trist: a regulação do domínio, a apreciação das tendências emergentes e a mobilização de recursos.

Dentro da primeira função, de estabelecimento de fronteiras, valores e direções do domínio, a entidade conseguia liderar o debate sobre as ameaças e as propostas para a região, apontando quem estava a favor ou contra a EEJI. Também liderava a definição de estratégias junto com técnicos governamentais "aliados", Ministério Público, imprensa, políticos e, sobretudo, com outras entidades ambientalistas sobre formas de pressionar o governo estadual para a tomada de medidas. Um outro exemplo de seu papel regulador foi sua participação no processo de recadastramento de entidades ambientalistas para o Consema, entre 1987 e 1988. Ao lado de outras ONGs expressivas do movimento ecológico paulista, como a SOS Mata Atlântica, o

Ceacon, a Oikos e a Apedema, a Pró-Juréia discutiu e estabeleceu critérios de participação dos ecologistas no órgão.

A respeito da função de "apreciar" as tendências emergentes, assumindo posições a longo prazo para o domínio, a entidade esteve ligada a quase todos os processos de ebulição do movimento ecológico em São Paulo, no período. O trabalho conjunto com outros grupos ambientalistas para o fortalecimento da causa meio ambiente, a participação nas arenas emergentes de discussão e decisão, como o Consema, o apoio a candidaturas verdes (principalmente para o Congresso Nacional e para a Assembléia Legislativa), a atuação nas campanhas para as constituintes federal e estadual, assim como nos debates de propostas para os presidenciais e para o governo paulista. Além disso, a entidade observou a tendência de profissionalização e estruturação organizacional, contratando funcionários técnicos e administrativos, e buscando a colaboração de empresas e patrocinadores (embora não tenha sido tão bem sucedida quanto outras ONGs).

Por fim, a mobilização de recursos se efetivou pela montagem de uma infra-estrutura básica para o domínio (informações e banco de dados sobre a região; acompanhamento da situação administrativa, legal e política da implantação da estação ecológica; recrutamento de pessoal técnico e militantes da entidade, para observar e pressionar as ações do governo; material de divulgação e de educação ambiental; sede para reunir as pessoas interessadas na defesa da região etc.). Além disso, a mobilização de recursos incluía a permanente produção

e difusão de informações sobre a questão da Juréia e, principalmente, a manutenção de uma ampla rede pessoal e interorganizacional em torno do problema. Para isso, grande parte da energia da entidade voltava-se para o desenvolvimento ou reforço das conexões com outras entidades ambientalistas, imprensa, políticos, Ministério Público e agências governamentais (através de técnicos "aliados" ou de reuniões formais com a Secretaria do Meio Ambiente).

A partir de 1991, uma série de fatores interligados, incluindo as crises internas da entidade, fizeram com que a Associação em Defesa da Juréia perdesse sua posição de "organização de referência" na luta pela preservação da região.

O primeiro fator foi a própria perda das funções acima elencadas. O processo iniciou-se com o enfraquecimento da capacidade de apreciação das tendências emergentes. A Pró-Juréia não percebeu a intensidade da aproximação entre a questão ambiental e a social, acelerada com os debates sobre desenvolvimento sustentável e o enfoque sobre populações tradicionais e justiça social.

Apesar de sua posição pioneira, em 1986 e 1987, obtendo o compromisso do governo estadual de que a comunidade residente na Juréia não seria retirada da estação ecológica, a entidade não conseguiu acompanhar os problemas e conflitos que se desenvolveram na área. Com isso, ela avaliou incorretamente a dimensão e a intensidade de um novo metaproblema surgido no domínio organizacional: a manutenção e a subsistência econômica das famílias de pescadores e agricultores dentro dos limites de

uma unidade de conservação. Além do que, considerando as novas palavras de ordem na arena interorganizacional, de um "meio ambiente sadio, equilibrado e socialmente justo", esse era um problema cuja legitimidade não poderia ser contestada.

Enquanto a Pró-Juréia manteve-se apenas na defesa da permanência dos moradores como princípio, sem definir propostas ou tomar posições claras (de apoio aos residentes, por exemplo), outros grupos surgiram na arena pública de debates sobre a estação ecológica, contestando gravemente a posição da entidade, como a Associação dos Moradores da Juréia (de residentes posseiros e fazendeiros proprietários que não moravam lá) ou o Instituto de Antropologia e Meio Ambiente - Iamá.

Esse novo metaproblema também acelera as crises internas em seu conselho deliberativo (já abalado com a diminuição da militância e com o peso dos problemas intra-organizacionais). O conselho foi dividido em dois grupos antagônicos, vencendo, nas eleições da entidade em 1991, a posição mais conservadora, que defendia a saída das comunidades tradicionais da região, ou seja, a visão de incompatibilidade entre questão ambiental e social. É interessante notar aqui um dos fenômenos apontados por Crozier e Thoenig, em sua abordagem de regulação sistêmica. Ao se sentir ameaçada pela mudança no campo exterior, a organização passou por um processo de homeostase, fechando-se ou adotando posição mais resistente e menos adaptativa. Com isso, ela procurou enfrentar as "turbulências ambientais", embora com dificuldades crescentes e menor maleabilidade,

aumentando inclusive suas possibilidades de fracasso na resolução de questões emergentes.

Como perda da capacidade de apreciação da realidade e suas tendências, a Pró-Juréia também permaneceu distante do processo de preparação e realização da ECO-92, que proporcionou maior contato entre movimento ecológico e outros movimentos sociais. Enfim, a entidade também foi desconectando-se da rede ambientalista que formava, afastando-se da arena pública de meio ambiente em São Paulo.

Quanto à segunda função, devido ao enfraquecimento da capacidade de apreciação, a Associação em Defesa da Juréia foi rapidamente perdendo seu papel regulador. A partir de 1991, ela não mais conseguia definir valores e direções no domínio organizacional em torno da preservação da Juréia, ficando marginalizada nos debates e reuniões com governo, políticos e outras ONGs (como a Associação de Moradores e o Iamá). A entidade também participa cada vez menos do processo de debates no âmbito do domínio organizacional amplo de meio ambiente no estado.

Como conseqüência dos dois primeiros processos de perda (da função reguladora e da apreciação), a entidade não mais conseguiu mobilizar recursos que mantivessem sua posição de destaque como fonte de informação e difusão sobre a situação da Juréia. Sua capacidade material e financeira de suporte, para uma infra-estrutura básica, também se estrangula, ao mesmo tempo que a entidade se desliga progressivamente da rede que ajudara a formar. E, desse modo, a Associação em Defesa da

Juréia deixou de ser referência para quem se preocupa ou quer trabalhar pela proteção à região.

Além de a entidade perder as três funções de organização de referência, outro fator interligado foi a emergência de novos metaproblemas no domínio organizacional em torno da Juréia. A sobrevivência das comunidades tradicionais, a mudança ou não dos limites da estação ecológica, os problemas de implantação da fiscalização e da desapropriação das terras, entre outros, fizeram surgir novas organizações de referência, com linhas de atuação e posição diferentes e, principalmente, divergentes das adotadas pela Pró-Juréia. Com isso, foram abertos conflitos e polaridades dentro do domínio, não havendo mais consenso e muito menos a centralização em uma organização de referência. Deve-se esclarecer que apesar da perda dessa posição por parte da Associação em Defesa da Juréia, nem o Iamá, nem a Associação dos Moradores da Juréia assumiram esse papel.

Nesse sentido, o domínio organizacional em torno da Juréia passou a ser novamente não-centrado (como até 1986, quando não havia uma organização que liderasse sua direção). E, a partir de 1992, com o enfraquecimento dos debates sobre a preservação da região na arena pública (por parte de governo, entidades ambientalistas, outros grupos da sociedade civil, imprensa, políticos, promotores etc.), não se observa mais com nitidez um

domínio organizacional formado em torno do tema, apesar da permanência dos problemas e conflitos.⁵⁶

Outro fator que explica o esmaecimento da entidade (conectado com a perda da apreciação já discutida), foi o fato de ela não acompanhar as mudanças que se operavam no amplo domínio organizacional do ambientalismo. Além de sua multissetorialização e da consolidação de um campo ambiental - na área jurídica, governamental, acadêmica, empresarial e de movimentos sociais - ao lado dos grupos ecológicos, o enfoque de desenvolvimento sustentável começou a permear o discurso e a ação das organizações envolvidas. A procura de mecanismos mais consistentes de profissionalização e captação de recursos por parte das entidades ambientalistas (principalmente por meio de apoio e convênios com ONGs estrangeiras) também é uma outra direção que a Pró-Juréia não conseguiu acompanhar, assim como o estabelecimento de conexões internacionais, a fim de entrar em alguma rede ambientalista global.

Por último, a própria rede ambientalista em São Paulo (ecologistas, imprensa, políticos, técnicos governamentais e promotores), a que pertencia a Pró-Juréia também se fragmentou, devido a transformações na forma de agir de cada um de seus componentes, que desenvolvem outros tipos de conexões, não atuando mais em bloco, como entre 1986 e 1990.

(56) As reuniões que se realizavam em Peruíbe ou em São Paulo, organizadas pela SMA e pela Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa não mobilizavam mais que técnicos governamentais, alguns políticos da região, representantes dos moradores e alguns ecologistas (entre os pertencentes à SOS Mata Atlântica e os poucos militantes que continuavam atuando na Pró-Juréia).

Fechando essas discussões, pode-se concluir que vários conceitos da temática interorganizacional foram bastante úteis para se ter uma visão mais ampla da dinâmica do movimento ecológico. E, a preocupação em analisar o movimento dessa perspectiva encontra-se no fato de que a ação social não pode ser discutida sem se buscar compreender sua forma.

A ação social em torno da preservação da Juréia, por exemplo, assumiu várias formas - grupos, redes, organização de referência -, as quais foram válidas e eficazes em seus momentos e em suas arenas. Ao mesmo tempo, o recente esmaecimento da Associação em Defesa da Juréia não pode ser considerado um fracasso organizacional, mas um resultado de mudanças no enfoque da luta e mesmo na arena pública, as quais tornaram inadequada a organização estruturada em outro contexto.

Ao entrar na arena pública, uma determinada ação social - a emergência do "novo" em uma situação politicamente "velha" -, pode ser, muitas vezes, domesticada pelos padrões de conduta da ecologia social e organizacional (Spink, 1989). Desse modo, o grupo responsável por essa ação tende a se estruturar de uma forma que leva a diversos desgastes internos, com problemas de liderança, definição de normas para decisão e atuação, busca de recursos para a manutenção das atividades que são desenvolvidas etc. Por outro lado, essa mesma ação social pode optar em não se institucionalizar, sendo geralmente apontada como "desorganizada".

Não se quer dizer, com isso, que a ação social deva ou não "organizar-se", estruturando-se em forma de instituições. Contudo, em um contexto turbulento, de grande interdependência e incerteza, deve-se atentar para o fato de que a adoção de um modelo organizacional burocrático dificilmente levará à eficácia da ação social, principalmente se esta, efetivamente, trouxer propostas de mudança na arena pública.

Com essa preocupação, levanta-se a pergunta: qual o grau de organização necessário para a busca da eficácia de uma ação social?

Em vez de se formular alternativas, deve-se repensar o fenômeno organizativo, geralmente tratado como algo meramente técnico. Contestando essa visão, Spink (1989, p.107) afirma que "ao contrário, ele é a materialização social das contradições políticas mais amplas".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRICH, Howard. E.

1979 *Organizations and enviroments*. USA: Prentice Hall, 1979.

ANTUNIASSI, Maria H. R.; MAGDALENA, Celigrácia; GIANSAANTI, Roberto

1988 O movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.40, n.7, p. 706-708, jul.

ACSELRAD, Henri

1992 Eco 92: na reta final? *Políticas Governamentais*, Rio de Janeiro, n.8, p. 21-24, mai/jun.

ALMEIDA, Paulo Guilherme

1990 Aspectos jurídicos da reforma agrária. São Paulo: Editora LTr; p. 94-97.

BOMBAROLO, Félix

1993 Desafios para as organizações não governamentais na América Latina na década de 90. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v.40, n.206, p. 6-26, jan/mar.

BORN, Gemima

1989 *Estudo de plantas medicinais na Estação Ecológica de Juréia-Itatins*. Trab. apres. no 1º Seminário de Desenvolvimento Sustentável, São Paulo, USP/SMA, 1989. mimeo.

BRANCO, Samuel M.

1984 *O fenômeno Cubatão*. São Paulo, CETESB.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues

1985 *Participar - pesquisar*. In: Brandão, Carlos Rodrigues, (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense.

BRESSAN Jr, Almir

1992 *Principais resultados da política ambiental brasileira*. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.26, n.1, p. 96-122, jan/mar.

BRUYNE, P. et alli

1977 *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CAPOBIANCO, João P.

1989 *O movimento ecológico e o exercício da cidadania*. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.3, n.4, p. 13-17, out/dez.

1992 *O que podemos esperar da Rio 92?* *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.6, n.1 e 2, p. 13-17, jan/jun.

CAUBET, Christian G.

1991 *De biodiversidade; ONGs e direito internacional*. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 28, n.112, p. 133-148, out/dez.

COSTA SOBRINHO, VICENTE

- 1992 Chico Mendes: a trajetória de uma liderança. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.6, n.1 e 2, p. 175-186, jan/jun.

CROZIER, Michel

- 1972 The relationship between micro and macro sociology. *Human Relations*, London, v.25, p. 239-251.

CROZIER, Michel; THOENIG, Jean-Claude

- 1976 The regulation of complex organized systems. *Administrative Science Quarterly*, New York, v.21, p. 547-569, dec.

DILL, William

- 1958 Environment as an influence on managerial autonomy. *Administrative Science Quarterly*, New York, v.3, p. 409-443.

DUNCAN, Robert

- 1972 Characteristics of organizational environments and perceived environmental certainty. *Administrative Science Quarterly*, New York, v.17, p. 313-327.

EMERY, F.E.; TRIST, E.L.

- 1965 The casual texture of organizational environment. *Human Relations*, London, v.13, p. 21-32.

FELDMANN, Fábio

1992 Tendências e equívocos do movimento ambientalista.
São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.6, n.1 e 2, p.18-21, jan/jun.

1992 *Guia abril de ecologia*, São Paulo: Abril.

FERNANDES, Rubem C.; CARNEIRO, Leandro P.

1991 *ONGs anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros*,
Rio de Janeiro: Iser (Textos de Pesquisa, ISER).

FERREIRA, Leila da Costa; FERREIRA, Lúcia da Costa

1992 Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade. In: Hogan, D.J.; Vieira, P.F. (orgs.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: Ed. da Unicamp. p. 13-35.

FLEURY Filho, Luiz A.

1992 São Paulo e a Eco 92. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.6, n.1 e 2, p. 2-5, jan/jun.

FRIEND, John

1977 Community and policy: co-ordination from above or below? *Linkage*, London, n.2, p. 4-7.

FRIEND, John; SPINK, Peter

1978 Networks in public administration (Some comments on the use of a term). *Associations Transnationales*, n.11, p. 500-504.

FUNDAP. Fundação de Desenvolvimento Administrativo

1992 *Licenciamento em meio ambiente no Estado de São Paulo: Relatório Final.* São Paulo.

GARCIA, Ramon M.

1986 As redes institucionais de apoio e a produção local de alimentos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.20, n.3, p. 70-88, jul/set.

GONÇALVES, Marilson A.

1987 Referencial teórico para um projeto de teoria interorganizacional. *Cadernos Fundap: Consultoria interorganizacional*, São Paulo, ano 7, n.14, p. 11-13, out.

1992 *O processo de interdependência organizacional em rede.* Trabalho baseado em tese de doutorado do autor: "Contribuição ao Estudo dos Processos de Interdependência Organizacional e Tecnológica" (apresentado na Fundap, em maio de 1992)

KATZ, Daniel; KAHN, Robert L.

1976 *Psicologia social das organizações.* São Paulo: Atlas.

LAWRENCE, Paul R.; LORSCH, Jay W.

1973 *As empresas e o meio ambiente: diferenciação e integração administrativas.* São Paulo: Vozes.

LEONEL, Mauro; MINDLIN, Betty; JUNQUEIRA, Carmem

1992 A co-responsabilidade internacional e a questão indígena e ambiental na Amazônia. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.6, n.1 e 2, p. 193-206, jan/jun.

LOUREIRO, Maria Rita et alii

1992 *A formação do campo ambiental no Brasil (1972-1992)*. Trab. apres. no GT "Ecologia, Política e Sociedade" da Reunião anual da ANPOCS, Caxambu, mimeo.

MAC DOWELL, Silvia F.; BELINKY, Aron

1989 Desenvolvimento e preservação ambiental em São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.3, n.4, p. 65-68, out/dez.

MAC DOWELL, Silvia F.; GUIMARÃES, Paulo C.V.; CARNEIRO, José M.B.

1992 Gasto na gestão ambiental no Estado de São Paulo: um estudo preliminar. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p.155-171, abr/jun.

MAIMON, Dália

1992 Política ambiental no Brasil: Estocolmo-72 a Rio-92. In: Maimon, D. (coord.) - *Ecologia e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, APED. p. 59-76.

MAZZILLI, Hugo Nigro

1992 *A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor e outros interesses difusos e coletivos*, 4 ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

MC CORMICK, John

1992 "Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista". Rio de Janeiro: Relume Dumará.

MEADOWS, Donella H. et alii

1973 Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva.

MILARÉ, Édis

1990 A ação civil pública na nova ordem constitucional. São Paulo: Saraiva.

MILLER, Eric J.

1977 Towards a model for integrated rural development in Latin America. *Linkage*, London, n.2, p. 8-9.

MINC, Carlos

1986 A ecopolítica na Constituinte. In: Partido Verde (propostas de ecologia política). Rio de Janeiro: Anima, p. 41-43.

MONOSOWSKI, Elizabeth

1989 Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. *Cadernos Fundap: Planejamento e Gerenciamento Ambiental*, São Paulo, v.9, n.16, p. 15-24, jun.

NEDER, Ricardo T.

1991 Industrialismo, Ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. *Tempo Social; Rev Sociologia*, São Paulo, v.3, n.1 e 2, p. 131-153.

O'BRIEN, Jim

1991 Qual é a melhor forma para os doadores apoiarem os consórcios das ONGs? *Desenvolvimento de Base*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 33-35.

ODUM, Eugene P.

1988 *Ecologia*, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan.

OFFE, Claus

1992 Entre Movimiento y Partido? Los Verdes en la "crisis de adolescencia" política? In: *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales*. Madrid: Ed. Sistema. cap.8.

OLSÉN, Orjan O. V.

1992 A percepção da opinião pública e de grupos sociais estratificados a respeito de desafios ambientais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.26, n.1, p. 123-144, jan/mar.

PÁDUA, José A.

1989 Espaço público, interesses privados e política ambiental. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.3, n.4, p. 2-4, out/dez.

1990 O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 190-216.

RATNER, Henrique

1992 Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.6, n.1 e 2, p. 30-33, jan/jun.

SACHS, Ignacy

1992 Ecodesenvolvimento: 1972 - 1992. In: Maimon, D. (coord). - *Ecologia e desenvolvimento*, Rio de Janeiro, APED. p. 7-12.

1993 *Estratégias de Transição para o século XXI. Desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Fundap e Studio Nobel.

SÃO PAULO. Secretaria do Interior. Grupo da Terra

1985 *Relatório da viagem de reconhecimento da Estação Ecológica Juréia-Itatins sob o controle da Nuclebrás*, São Paulo.

SÃO PAULO. Secretaria do Interior. Grupo da Terra; Brasil.

Ministério do Interior. Secretaria Especial do Meio Ambiente

1986 *Relatório sobre a Estação Ecológica Juréia-Itatins*, São Paulo, (Documento de Trabalho).

SCHON, Donald A.

1973 *Beyond the stable state*. USA: Norton Library

SIQUEIRA, Priscila

1986 *Genocídio dos caiçaras*, São Paulo: Ed. Massao Ohno.

1989 Os caiçaras e a Rio/Santos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.3, n.4, p.62-63, out/dez.

1992 Jornalismo e meio ambiente. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.6, n.1 e 2, p. 79-81, jan/jun.

SIRKIS, Alfredo

1986 Pontos para uma discussão programática. In: Partido Verde (propostas de ecologia política). Rio de Janeiro: Anima, p. 51-62.

SOUZA, Herbert de

1991 As ONGs na década de 90. *Políticas Governamentais*, Rio de Janeiro, n.68, p. 20-24, abr/mai.

SPINK, Peter

1978 Arena interorganizacional; seus desafios para a assistência técnica. Apostila do Encontro Nacional de Mudança Organizacional na Administração Pública. São Paulo: Fundap.

1989 A forma do informal. *Psicologia e Sociedade*, v.4, n.7, p.99-107.

STRINGER, John

1980 Industrial contexts for inter-organisational linkage. *Linkage*, London, n.4, p. 5-6.

TELEGINSKI, Antonio (coord.)

- 1986 *Situação Fundiária da Estação Ecológica Juréia-Itatins e o Grilo Roncatti*, São Paulo, Secretaria do Interior, Grupo da Terra.

THIOLENT, Michel

- 1985 Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: Brandão, Carlos Rodrigues, (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 2.ed., São Paulo: Brasiliense.

TRIST, Eric

- 1976 A concept of organisational ecology. *Australian Journal of Management*, Melbourne, v.2, p. 162-175.
- 1983 Referent organizations and the development of inter-organizational domains. *Human Relations*, London, v.36, n.3, p. 269-284.

VIANNA, Marcelo D.B.; VERONESE, Gilberto

- 1992 Políticas ambientais industriais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.26, n.1, p. 123-144, jan/mar.

VIEIRA, Lizst

- 1989 Fragmentos de um discurso ecológico: reflexões críticas de ecologia política. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.3, n.4, p. 5-12, out/dez.

VIEIRA, Paulo F.

- 1992 A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil. In: Hogan, D.J.; Vieira, P.F. (orgs.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: Ed. da Unicamp., p. 103-147.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector

- 1990 A desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p.156-189.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R.

- 1992 A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: Hogan, D.J.; Vieira, P.F. (orgs.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, Campinas: Ed. da Unicamp. p. 37-71.

WEICK, Karl

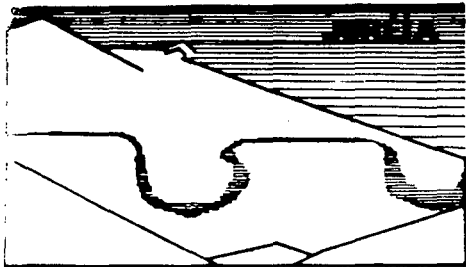
- 1973 *A psicologia social das organizações*. São Paulo: EDUSP.

WILHEIM, Jorge

- 1989 Ecologia no Estado de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.3, n.4, p. 69-70, out/dez.

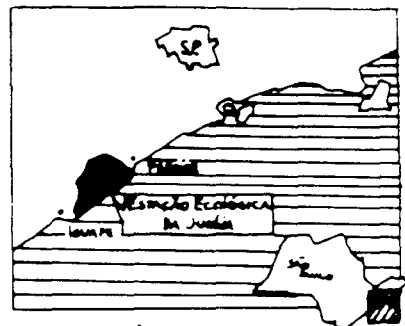
ANEXOS:

- MAPA DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS
- DOCUMENTOS ILUSTRATIVOS DAS ATIVIDADES DA LUTA EM DEFESA DA JURÉIA



ISTO NÃO É UM ANÚNCIO DE LOTEAMENTO

(MUITO PELO CONTRÁRIO ...)



VOCÊ ACREDITA QUE A MENOS DE 200 KM DE SÃO PAULO EXISTE UM PEDAÇO DA AMAZÔNIA?

É UMA ÁREA ONDE AINDA HOJE ENCONTRAMOS RIOS PURÍSSIMOS E UMA FLORESTA VIRGEM, COMPLETAMENTE PRESERVADA, HABITADA POR ANIMAIS COMO CAPIVARAS, LONTRAS, JAGUATIRICAS, PORCOS-DO-MATO E MACACOS DE DIVERSAS ESPÉCIES (INCLUSIVE O MONO-CARVOEIRO, AMEAÇADO DE EXTINÇÃO); ALÉM DE AVES COMO O MACUCO, A JACUTINGA, E O PAPAGAIO CHAUÁ, ENTRE OUTRAS.

ESTA É A REGIÃO DA SERRA DA JURÉIA, LOCALIZADA NO LITORAL SUL DE SÃO PAULO, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE PERUIBE E IGUAPE. LÁ SE CONCENTRA UMA GRANDE PARTE DO QUE RESTA DA MATA ATLÂNTICA, A QUAL JÁ FOI DESTRUIDA EM 97% DA ÁREA QUE UM DIA OCUPOU, E CUJO VALOR PARA A HUMANIDADE E PARA A CIÊNCIA É INESTIMÁVEL.

A RESERVA DA JURÉIA REPRESENTA UMA HERANÇA NATURAL PARA AS GERAÇÕES FUTURAS E UMA ESPERANÇA DE SOBREVIVÊNCIA PARA INÚMERAS ESPÉCIES ANIMAIS E VEGETAIS. TAMBÉM O VALOR CIENTÍFICO DA JURÉIA É VITAL: PELO ESTUDO DESTA ÁREA PODEMOS CONQUISTAR O CONHECIMENTO NECESSÁRIO PARA DETER O PROCESSO DE EROSIÃO E DESLIZAMENTO DA SERRA DO MAR, POR EXEMPLO.

TUDO ISTO PODE SER DESTRUÍDO JÁ !!! (COMO OS RESTANTES 97% JÁ O FORAM...)

ATÉ HOJE A SERRA DA JURÉIA TEVE A SORTE DE ESTAR "FORA-DE-MÃO" PARA A DEVASTAÇÃO, DEVIDO A FATORES GEOGRÁFICOS E POLÍTICOS. MAS JÁ FOI DESCOBERTA!

HÁ 5 ANOS A REGIÃO FOI ESCOLHIDA PARA ACOLHER PELO MENOS DUAS USINAS ATÔMICAS, QUE ATÉ HOJE NÃO FORAM CONSTRUÍDAS. COM A ÁREA DESOCUPADA, LOTEADORAS AVANÇAM NOVAMENTE SOBRE A JURÉIA, AMEAÇANDO-A DE DEVASTAÇÃO IMEDIATA.

É NOSSO DEVER DEFENDÊ-LA!

O GOVERNO ESTADUAL JÁ DECRETOU A JURÉIA COMO ESTAÇÃO ECOLÓGICA, PORÉM APENAS ISTO NÃO É SUFICIENTE PARA PROTEGÊ-LA. SUA PRESERVAÇÃO EFETIVA SÓ SERÁ POSSÍVEL PELA APROVAÇÃO DE UMA LEI ESTADUAL *, MAIS ESTÁVEL QUE UM SIMPLES DECRETO.

A PRESSÃO POPULAR PARA APROVAÇÃO DE TAL LEI É ABSOLUTAMENTE NECESSÁRIA, PARA COMPENSAR AS PRESSÕES DE CERTOS GRUPOS IMOBILIÁRIOS E SEUS INTERESSES ESPECULATIVOS.

O MOVIMENTO ESTÁ SE ORGANIZANDO E NECESSITA DE SUA PARTICIPAÇÃO!

COMPAREÇA À EXIBIÇÃO DO AUDIO-VISUAL "JURÉIA"
de João Paulo Capobianco
ENTRADA FRANCA

ÀS 3ªS FEIRAS, DIAS: 18 E 25 DE FEVEREIRO; 4, 11 E 18 DE MARÇO.
NO AUDITÓRIO "ALCEU AMOROSO LIMA" (SECRETARIA DO INTERIOR)
AV. DA CONSOLAÇÃO, 2333 - TERREO (AO LADO DO CINE BELAS ARTES)
INICIATIVA: MOVIMENTO PRÓ-JURÉIA SEMPRE ÀS 19:30 HS.
CONTACTOS: F. 285-4767 (COM EDGAR, MAURÍCIO OU SONIA)

* NESSE SENTIDO, JÁ SE ENCONTRA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA O PROJETO DE LEI 837/85 DO DEPUTADO RUBENS LARA

CARTA CONVITE

Há muito ambientalistas lutam para garantir a preservação da Juréia, um dos últimos pedaços virgens do litoral brasileiro e da Mata Atlântica, praticamente desaparecidos. Ampliando-se com a participação de jornalistas, pesquisadores e cientistas, além de profissionais liberais e estudantes, juntamente com conservacionistas em geral, a luta pela preservação da Juréia ganhou corpo e expressão pública, obtendo já significativos avanços no sentido de manter a região preservada.

Buscando canalizar os amplos e difusos anseios de participação nessa luta e visando dar organicidade, continuidade e força institucional a estes movimentos é que será fundada a Associação em Defesa da Juréia.

Reconhecendo seu interesse e atuação em prol da preservação do Meio Ambiente, convidamos V.Sa. bem como outras pessoas de seu relacionamento, merecedoras de sua indicação, a participar da Associação em Defesa da Juréia na qualidade de sócio fundador.

A assembléia de fundação da entidade, de aprovação de seu estatuto e da eleição de seu primeiro Conselho Deliberativo ocorrerá dia 18 de dezembro de 1986, às 20:00 hs, no auditório Alceu Amoroso Lima, da Secretaria do Interior, à rua da Consolação, 2333. Em conformidade ao estatuto a ser aprovado

serão sócios fundadores todos os que assinarem a ata de fundação, a ser lavrada nesta ocasião, o que reveste de grande importância seu comparecimento à reunião.

Para seu melhor esclarecimento e participação, colocamos à disposição exemplares do estatuto, que poderão ser retirados à Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 4442 ou solicitados pelos telefones 883.0559, com Maura ou 62.0848, com Márcia. Solicitamos que eventuais contribuições ou dúvidas quanto à organização ou ao estatuto, sejam encaminhadas até o dia 16 de dezembro para o endereço acima indicado.

Contamos com sua preciosa participação.

Atenciosamente,

Grupo de Defesa da Juréia

Rubens Ramos Mendonça
João Paulo R. Capobianco
Patrícia Mendonça
Eliane Penna F. Rodrigues

Sociedade Ecológica Aberebebe

Arnaldo Paschoalino

Movimento Pró-Juréia

Silvia F. Mac Dowell
Aron Belinky
Letícia Regina Pereira
Beruja Correia de Souza
Celuta Louro Wagner
Antônio N. Veiga
Erika Fisher

PARA LEMBRAR

data da reunião: 18.12.86 - 20:00hs

local: Rua da Consolação, 2333 (ao lado do cinema Belas Artes)

tels: 883.0559 (Maura) e 62.0848 (Márcia)

JURÉIA

ALUDE A TRANSFORMAR UM PARQUE DE PAPEL NUMA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE VERDADE

Exmo. Sr.
Dr. Orestes Quércia
M.D. Governador do Estado de São Paulo

Após anos de luta, o Governo Estadual anterior criou, em janeiro de 1986, a Estação Ecológica de Juréia-Itatins e, mais tarde, em fevereiro de 1987, declarou suas terras de utilidade pública para fins de desapropriação.

Ciente do inestimável valor ecológico daquela unidade de conservação, V. Exa. sancionou, em tempo recorde, a Lei Estadual 5.649, proporcionando maiores garantias à sua preservação.

No entanto, Sr. Governador, apesar de todas estas conquistas, a Juréia existe apenas no papel. Lá trabalham somente 4 vigias para cuidar de 82.000 hectares, o que tem permitido as mais diversas formas de destruição. Além disso, muito pouco se concretizou a nível de desapropriação, condição fundamental para que ela não volte para seus antigos proprietários, que são, na grande maioria, grandes empresas imobiliárias.

Por tudo isto e considerando que a Juréia é um dos últimos refúgios ecológicos representativos da Mata Atlântica do país, nós, abaixo assinados, reivindicamos a imediata implantação de uma fiscalização eficiente e o início da desapropriação de toda a área da Estação Ecológica.

São Paulo, junho de 1988.

NOME: _____ RG: _____

ENDEREÇO: _____ CIDADE: _____

ESTADO: _____ CEP: _____ ASSINATURA: _____

NOME: _____ RG: _____

ENDEREÇO: _____ CIDADE: _____

ESTADO: _____ CEP: _____ ASSINATURA: _____

NOME: _____ RG: _____

ENDEREÇO: _____ CIDADE: _____

ESTADO: _____ CEP: _____ ASSINATURA: _____

NOME: _____ RG: _____

ENDEREÇO: _____ CIDADE: _____

ESTADO: _____ CEP: _____ ASSINATURA: _____

NOME: _____ RG: _____

ENDEREÇO: _____ CIDADE: _____

ESTADO: _____ CEP: _____ ASSINATURA: _____

Associação em Defesa da Juréia

Adesões: Al. dos Nhambiquaras, 1997 - telefones (011) 240-6182 e 240-4883 - CEP 04090 - Moema - São Paulo

JURÉIA

AJUDE A TRANSFORMAR UM PARQUE DE PAPEL NUMA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE VERDADE

NO DIA DA ÁRVORE ENTREGA DO ABAIXO-ASSINADO PELA JURÉIA.

No próximo dia 21 de setembro (dia da árvore), às 13.00 horas, a ASSOCIAÇÃO EM DEFESA DA JURÉIA estará entregando ao Governador Orestes Quercia 130 mil assinaturas solicitando desapropriação das terras da Estação Ecológica de Juréia-Itatins e sua imediata fiscalização.

No ato da entrega, o Palácio dos Bandeirantes será simbolicamente "embrulhado" por manifestantes do movimento PRÓ-JURÉIA, que fixarão nas grades externas do Palácio, cópias das 9 mil folhas de abaixo-assinados, que colocadas lado a lado somam mais de 2.500 metros de extensão.

O objetivo do evento é sensibilizar o Governador do Estado e alertar a opinião pública para o completo abandono da reserva, consequência da inoperância da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Com o claro intuito de desmobilizar a manifestação e confundir a imprensa e a opinião pública, a Secretaria do Meio Ambiente irá anunciar a contratação de vinte vigias e a desapropriação de seis pontos estratégicos para fiscalização. ISTO NÃO É VERDADE.

A contratação destes vigias foi solicitada há MAIS DE UM ANO e a Secretaria, mesmo informada das depredações que vinham ocorrendo na reserva esperou até que a legislação eleitoral proibisse contratações. Agora, pressionada pela mobilização de ecologistas e temerosa das possíveis repercussões na imprensa, reuniu vinte pessoas e fez um acerto de trabalho temporário por TRÊS MESES, sem contrato. Quanto aos pontos de fiscalização eles só serão efetivamente desapropriados e, portanto, fiscalizados num prazo mínimo de 15 meses.

O que acontecerá daqui a três meses, quando todos já esqueceram o manifesto? A Juréia continuará como esta hoje:

As depredações não param de ocorrer. Caça, extração de palmito e madeira, invasões, obras irregulares e outras ocorrências injustificáveis estão acontecendo em um ritmo cada vez maior. Todos querem aproveitar a ausência de fiscalização para tirar o máximo que podem, enquanto podem.

Se a fiscalização não começar imediatamente, a descaracterização da reserva poderá lhe tirar o valor ecológico, científico e cultural que tem hoje e que motivou sua defesa. Por outro lado, se o governo não desapropriar suas terras até fevereiro de 1992, elas voltarão aos antigos proprietários e será o fim de mais de uma década de trabalho que culminou na Lei e no Decreto que criaram a Estação Ecológica de Juréia-Itatins.

Associação em Defesa da Juréia

Adesões: Av. dos Nhamiquaras, 1997 - telefones (011) 240-6182 e 240-4883 - CEP 04090 - Moema - São Paulo

ASSOCIE-SE À PRÓ-JURÉIA

Escolha um dos grupos de contribuição e preencha a ficha de adesão. Você passará a receber todo o material informativo sobre a Pró-Juréia e estará contribuindo para a preservação das últimas reservas da Mata Atlântica do Brasil.

Nome: _____
Endereço: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____ Telefone: () _____
Data de Nascimento: _____ Nacionalidade: _____
Estado Civil: _____ RG: _____ CPF: _____
Profissão/atividade: _____ Telefone comercial: () _____

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Ordem do Macuco (NCz\$ 7,00/ano) | <input type="checkbox"/> Ordem Anta (NCz\$ 112,00/ano) |
| <input type="checkbox"/> Ordem Papagaio-Chaud (NCz\$ 14,00/ano) | <input type="checkbox"/> Ordem Veado-Campeiro (NCz\$ 224,00/ano) |
| <input type="checkbox"/> Ordem Tucano (NCz\$ 28,00/ano) | <input type="checkbox"/> Ordem Onça-Pintada (NCz\$ 448,00/ano) |
| <input type="checkbox"/> Ordem Tiê-Sangue (NCz\$ 56,00/ano) | <input type="checkbox"/> Ordem Mono-Carvoeiro (NCz\$ 896,00/vit.) |

Nome Legível

Assinatura

PARCELAMENTO: Assinale a opção desejada

Ordem Macuco: parcela única
Ordem Papagaio-Chaud: no máximo duas parcelas
Ordem Tiê-Sangue e acima: brinde 1 camiseta + 1 adesivo na última parcela

- Parcela Única, pelo cheque número _____ do Banco _____, no valor de _____ nominal à Associação em Defesa da Juréia, que envio anexo.
- 2 parcelas, sendo a primeira através do cheque número _____ do Banco _____ no valor de _____, nominal à Associação em Defesa da Juréia, que envio anexo; e a segunda em 15/09/89, na forma indicada no item COBRANÇA, abaixo.
- 4 parcelas, sendo a primeira através do cheque número _____ do Banco _____ no valor de _____, nominal à Associação em Defesa da Juréia, que envio anexo; a segunda em 15/06/89, a terceira em 15/09/89 e a quarta em 15/12/89, na forma indicada no item COBRANÇA, abaixo.

COBRANÇA: Assinale a opção desejada

- Envio anexo _____ cheque(s) pré-datados, para depósito na(s) data(s) indicada(s) acima.
- Solicito o envio de carnê para pagamento na(s) data(s) e valor(es) indicado(s) acima.
- Autorizo o débito automático em minha conta corrente nº _____ do Banco (Itaú/Bradesco/Banespa), da agência _____, na(s) data(s) e valor(es) indicados nos itens PARCELAMENTO e PLANO DE CONTRIBUIÇÃO acima.

ASSOCIAÇÃO EM DEFESA DA JURÉIA - PRÓ-JURÉIA
R. Cardoso de Almeida, 1479 - casa 2
05013 - São Paulo - SP
Fone: (011) 864-2355

Não Recebemos
sua resposta ao
recadastramento.
Solicitamos devolu-
ção urgente.

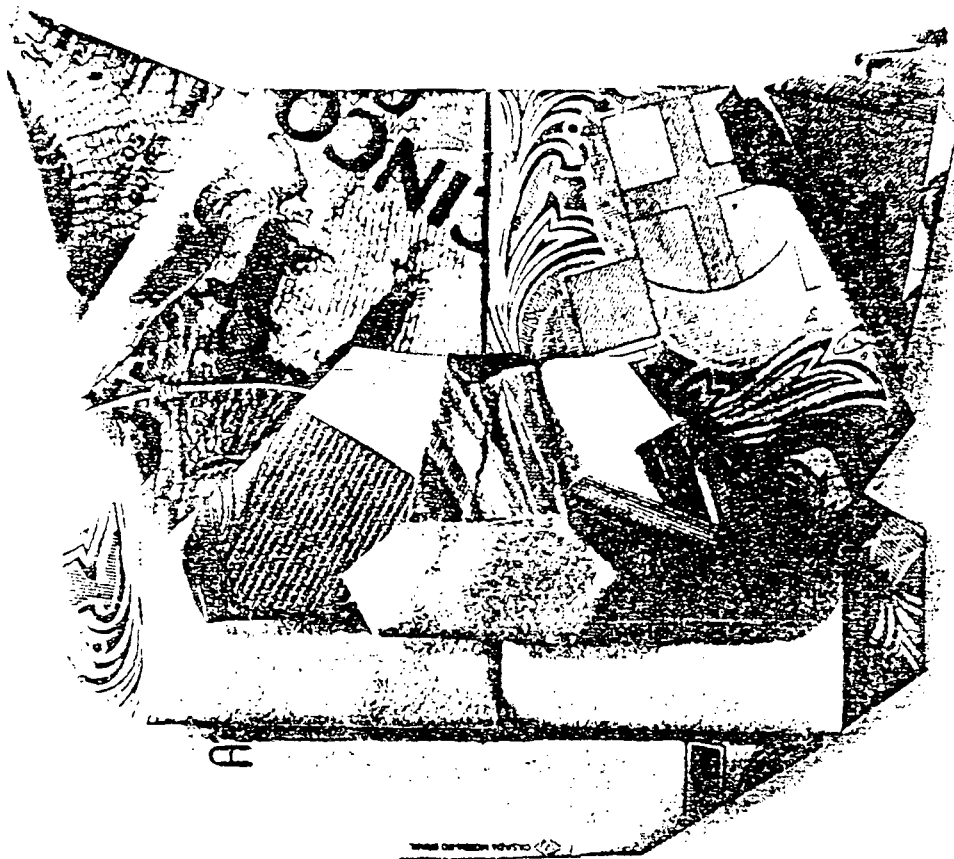
Saudações

Pro-Juréia

ATIVIDADE VOLUNTARIA: Assinale os tipos de atividade
===== voluntaria que voce gostaria e
poderia realizar pela Jureia, e
preencha onde necessario. Assinale
apenas os itens em que haja real
interesse/possibilidade, pois voce
passara a ser informado das
oportunidades para exercer a(s)
atividade(s) escolhida(s).

- (1) Trabalho ocasional em eventos (montagem ou atendimento em exposicoes, feiras, stands, palestras, etc.)
- (2) Apoio profissional na area de -----

- (3) Redistribuicao de material gratuito informativo e publicitario (boletins, cartazes, folhetos, cartas, circulares, etc.)
- (4) Venda de material promocional (camisetas, bottons, etc.)
- (5) Comparecimento a manifestacoes publicas (passeatas...)
- (6) Participacao em projetos executados ou apoiados pela Pro-Jureia (trabalho voluntario de algumas horas semanais na sede da Associacao ou fora dela, junto a atividades/grupos especificos.)
- (7) Contato com empresas/instituicoes para obtencao de doacoes ou patrocinio de projetos.
- (8) Indicao e filiacao de novos socios.
- (9) Outras formas: (especifique) -----



O CREFISUL ESTÁ LANÇANDO
A ÚNICA CADERNETA DE
POUPANÇA QUE RENDE JUROS,
CORREÇÃO MONETÁRIA E
QUALIDADE DE VIDA.

A Caderneta de Poupança Ecológica Crefisul é o melhor investimento que você pode fazer. Vela só: ela é uma caderneta regularíssima. Rende os mesmos juros e a mesma correção monetária.

Mas tem uma grande diferença: o Crefisul, a cada 30 dias, doa uma porcentagem da sua poupança para duas associações ecológicas: Projurena e SOS Mata Atlântica. Você sabe o quanto estes grupos tem feito pela preservação do meio ambiente. Eles merecem essa ajuda. Por isso mesmo quanto mais pessoas aderirem na Poupança Ecológica, maior será o investimento do banco em ecologia. O Crefisul oferece ainda as vantagens da Central de Atendimento Nacional e o let banco, um serviço que permite a você efetuar depósitos sem sair de casa ou do escritório. Tudo isso para facilitar a vida de quem se interessa em proteger a vida.

JURENA

S O S
MATA ATLÂNTICA

CREFISUL BANCO
São Paulo: (11) 874-1111; Rio: (21) 237-1111;
outras localidades: (DDD) 0800-01111111

POUPANÇA ECOLÓGICA CREFISUL

Aviação sobre
 Leilão de Fazendas
 Localizadas na EEJI
 em Junho de 1989

DECLARAÇÕES E EDITAIS

Prefeitura Municipal de Pedro de Toledo

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO torna público o resultado da Prova de Conhecimentos Gerais, da Prova Prática, da Entrevista, média final e a Classificação Final da Seleção Pública para preenchimento de função de Auxiliar de Enfermagem, para o Quadro da Prefeitura Municipal.

CANDIDATOS HABILITADOS
 Nº INSCRIÇÃO - NOME - RG - NOTA PROVA OBJET. GERAIS - DA PROVA PRÁTICA - DA ENTREVISTA - A MÉDIA FINAL - CLASSIFICAÇÃO FINAL.

- 1149 - Eládio de O. Florindo - 13.158.632 - 64,00 - 80,00 - 75,00 - 73,00 - 1º
- 2070 - João da Guia A. Costa - 14.758.780 - 62,00 - 80,00 - 74,00 - 69,00 - 2º
- 1122 - Marcocondes Gama de Souza - 18.739.523 - 64,00 - 78,00 - 60,00 - 67,00 - 3º
- 1151 - Célia Maria França - 12.183.745 - 68,00 - 66,00 - 74,00 - 66,00 - 4º

Pedro de Toledo, 28 de junho de 1989
 A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO torna público o resultado da Prova de Conhecimentos Gerais, da Prova Prática, da Entrevista, a Classificação Final da Seleção Pública para o preenchimento de função da classe de ESCRITURÁRIO, para o Quadro da Prefeitura Municipal.

CANDIDATOS HABILITADOS
 Nº DE INSCRIÇÃO - NOME - RG - NOTA DA PROVA DE CONHEC. GERAIS - NOTA DA PROVA PRÁTICA - DA ENTREVISTA - MÉDIA - CLASSIFICAÇÃO FINAL.

- 100022 - Alexandra Melo de Andrade - 9.655.154 - 72,00 - 108,00 - 72,00 - 84,0 - 1º
- 10089 - Mary Retzka - 14.757.319 - 72,00 - 72,00 - 77,00 - 74,0 - 2º
- 100132 - Rosana Jacob Costa - 18.903.118 - 68,00 - 75,00 - 83,00 - 69,0 - 3º
- 100008 - Conceição Aparecida Oliveira - 03.031.337 - 68,00 - 30,00 - 69,00 - 62,0 - 4º

CANDIDATO INABILITADO
 Nº INSCRIÇÃO - RG - NOTA DA PROVA DE OBJET. GERAIS - NOTA DA PROVA PRÁTICA - DA ENTREVISTA - MÉDIA - CLASSIFICAÇÃO FINAL.

- 00084 - 21.263.367 - 68,00 - 23,00 - 50,00 - 45,0
- Pedro de Toledo, 28 de junho de 1989

LEILÃO

JURANDIR DANTAS



Lapis
Johann Faber S/A

3 FAZENDAS EM IGUAPE

DATA: 21 DE JULHO DE 1.989 - SEXTA-FEIRA - 14:00 HORAS

LOCAL: R. DR. DIOGO DE FÁRIA, 561 - VILA MARIANA - S.P.

- FAZENDA "ITIMIRIM", COM 440 ALQUEIRES, ÁREA CULTIVADA DE 132 ALQUEIRES DE PALMITO E CAXETA.
- FAZENDA "CAXETAL DESPRAIADO" COM 891,86 ALQUEIRES. POSSUI PALMITO E CAXETA CULTIVADAS.
- FAZENDA "REVESSA - RIO COMPRIDO", COM 512 ALQUEIRES. POSSUI PALMITO E CAXETA CULTIVADAS.

INFORMAÇÕES COM O LEILOEIRO (011) 544-1469 - 570-1548 - 570-1026
 570-9712 - FAX: (011) 544-3313 - TELEX 11-32244

Prefeitura Municipal de Sete Barras

Decreto nº 14/89
 (De 28 de junho de 1989)

"Dispõe sobre reajuste de tarifas para Transporte Coletivo dentro do Município de Sete Barras"

BENEDETO SACON, Prefeito Municipal de Sete Barras

Edital
 Assembleia Geral de Fundação

Por este, ficam convocadas as senhoras residentes na Vila Romão da cidade de Registro para a assembleia geral de fundação, discussão e aprovação dos estatutos sociais e eleição da diretoria e do Conselho Fiscal de uma entidade civil de caráter assistencial e de proteção às crianças do bairro, a realizar-se às 14:00 horas do dia 09 de julho de 1989, na Rua "C", Casa 44, da Vila Romão - Registro - SP.

Prefeitura Municipal de Itariri

HOMOLOGAÇÃO

A vista dos relatórios apresentados, declara homologada a Seleção Pública para várias categorias, do Quadro da Prefeitura Municipal de Itariri. (Edital nº 033/89, de 04/03/89).



GERISAT
 ANTENAS PARABÓLICAS
 TV VIA SATÉLITE — IMAGENS DO BRASIL E DO MUNDO

Recepção perfeita de Som e Imagem
 Instalação e Assistência Técnica em todo Brasil

EZEQUIEL FERREIRA DA SILVA
 Rua Comendador Parada, 49 - Tels. (0152) 42.2487 ou 42.1386 - Piedade-SP

DETETIVE PARTICULAR
ANTÔNIO CÉSAR
 Inf. Av. Clara Giannotti de Souza, 60

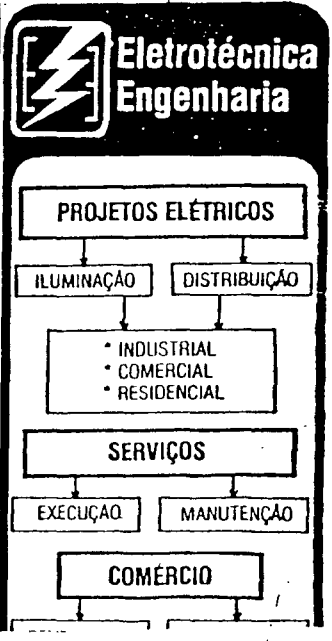
Registro
 Especialização: adulterios, cobranças, desaparecimentos

Em Registro

ANTENAS PARABÓLICAS SANTA RITA

Para recepção de TV via satélite Nacional e Internacional.
 Rádio Telestrada e Rádio telefone rural, para facilitar seus negócios a qualquer distância.
 A grande vantagem é assistência técnica e manutenção em todo Vale do Ribeira.
 Av. Mary Pro. Castelo Branco, 167 - Tel: (0138) 21.1835 e 21.3128 - Registro - em frente ao Posto Leno. Falar 0'Calvo.

DEDETIZAÇÃO



T E L E X

0720.1416

1102500ctst br

1132244LJCD BR

DEI JURANDIR DANTAS - LEILOEIRO OFICIAL

ATT. SR. AGOSTINHO NELLO

REF: FAZENDAS EM IOUAPE

PREZADO SENHOR,

EM REFERENCIA, TEMOS A INFORMAR A V. SAS.:

LOTE 38 - CONTENDO 01 FAZENDA " ITIMIRIM ", LOCALIZADA EM IOUAPE - SP, COM AREA DE 440 ALQUEIRES. PROJETO: A) IOUAÇU II, COM 132,23 ALQUEIRES DE PALMITO, IMPLANTAÇÃO: 1.974. ESPAÇAMENTO 2,0 X 1,0 MTS. (APROX. 600.000 PES). INFRA-ESTRUTURA: ACEIROS: 3,03 ALQUEIRES. ESTRADAS: 1,65 ALQUEIRES. PROJETO: PROTOCOLADO NO IBDF-DESP SOB NR. 21/74/0253-0. B) IOUAÇU III, COM 221,92 ALQUEIRES, DE CAXETA. IMPLANTAÇÃO: 1.974. ESPAÇAMENTO: 2,0 X 1,0 MTS. (APROX. 960.000 PES). INFRA-ESTRUTURA: ACEIROS: 9,60 ALQUEIRES, ESTRADAS: 1,64 ALQUEIRES. PROJETO PROTOCOLADO NO IBDF-DESP SOB NR. 21/74/0255-0. REGISTRADO NO CARTORIO DE IMOVEIS DE IOUAPE - SP.

LOTE 40 - CONTENDO 01 FAZENDA " REVESSA ", LOCALIZADA EM IOUAPE - SP, COM AREA DE 512 ALQUEIRES, POSSUI CAXETA E PALMITO NATIVOS. OBS: ESTA FAZENDA ENCONTRA-SE DENTRO DA ESTAÇÃO ECOLOGICA DA JUREIA. ACESSO MARITIMO.

LOTE 41 - CONTENDO 01 FAZENDA " CAXETAL DESPRAIADO ", LOCALIZADA EM IOUAPE - SP, COM AREA DE 891,90 ALQUEIRES. POSSUI CAXETA E PALMITO NATIVOS. OBS: ESTA FAZENDA ENCONTRA-SE DENTRO DA ESTAÇÃO ECOLOGICA DA JUREIA. ACESSO MARITIMO.

VALORES MINIMOS:

LOTE 38 - NCZ# 900.000,00

LOTE 40 - NCZ# 210.000,00

LOTE 41 - NCZ# 360.000,00

FORMA DE PAGAMENTO:

55 ./. DE SINAL PARA O DIA 24/07 E OS RESTANTES 50 ./. NO PROXIMO DIA 21/08/89 (VALOR FIXO).

ATENCIOSAMENTE

JURANDIR DANTAS
LEILOEIRO OFICIAL

OP. EDNAE
1102500ctst br
1132244LJCD BR

TELEX